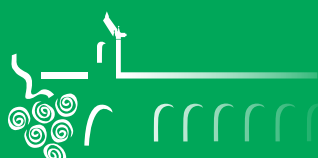


Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios




CÂMARA MUNICIPAL S. João da Pesqueira
coração do d'ouro vinhateiro

elaborado por:

(CMDFCI)

Comissão Municipal de Defesa
da Floresta Contra Incêndios

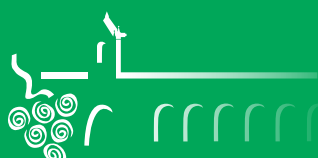
Março 2015

Período de execução
2015 - 2019

CADERNO II

Plano de Acção




CÂMARA MUNICIPAL S. João da Pesqueira
coração do d'ouro vinhateiro

elaborado por:

(CMDFCI)

Comissão Municipal de Defesa
da Floresta Contra Incêndios

Março 2015

Período de execução
2015 - 2019

ÍNDICE

1 ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	5
1.1 ENQUADRAMENTO DO PLANO DE DEFESA DA FLORESTA NO PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO DOURO	6
1.2 ENQUADRAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA NO PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	6
2.1 MAPA DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS	13
2.2 CARTOGRAFIA DE RISCO	15
2.2.1 Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal	15
2.2.2 Mapa de Risco de Incêndio Florestal.....	16
2.2.3 Mapa de Prioridades de Defesa	17
4 EIXOS ESTRATÉGICOS	24
4.1 1º EIXO ESTRATÉGICO - AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	24
4.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	24
4.1.1.1 Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis	24
4.1.1.2 Rede Viária Florestal	26
4.1.1.3 Rede de Pontos de Água	37
4.1.1.4 Silvicultura no âmbito de DFCI	39
4.1.2 Planeamento das ações	39
4.1.2.1 Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis	39
4.1.2.2 Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de Parcela de Gestão de Combustível	44
4.1.2.3 Rede Viária Florestal	46
4.1.2.4 Rede de Pontos de Água	46
4.1.3 Metas e Indicadores, Estimativas de Orçamento e Responsabilidades	47
4.2 2º EIXO ESTRATÉGICO - REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS	48

4.2.1	Avaliação.....	48
4.2.1.1	Comportamentos de Risco	48
4.2.2.1	Fiscalização	50
4.2.2	Planeamento das ações do 2º Eixo Estratégico	50
4.2.2.1	Sensibilização da População.....	50
4.2.2.2	Fiscalização	52
4.2.3	Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização.....	53
4.3	3º EIXO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS	56
4.3.1	Avaliação.....	56
4.3.1.2	1ª Intervenção	57
4.3.1.3	Rescaldo e vigilância pós-incêndio.....	58
4.3.2	Planeamento das Ações.....	59
4.3.3	Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento	59
4.4	4º EIXO ESTRATÉGICO - RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS.....	60
4.4.1	Avaliação.....	60
4.4.1.1	Estabilização de Emergência	60
4.4.1.2	Reabilitação de povoamentos e habitats Florestais	61
4.4.2	Planeamento	61
4.4.2.1	Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats.....	61
4.5	5º EIXO ESTRATÉGICO - ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ.....	64
4.5.1	Avaliação.....	64
4.5.1.1	Formação	64
4.5.2	Planeamento das Ações.....	64
4.5.2.1	Organização SDFCI	64

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1	Combustíveis florestais	15
MAPA 2	Perigosidade de incêndio florestal	16
MAPA 3	Risco de incêndio florestal	17
MAPA 4	Perigosidade de defesa	19

MAPA 5 Faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis	26
MAPA 6 Rede viária florestal	28
MAPA 7 Rede de Pontos de água.....	Erro! Marcador não definido. 38
MAPA 8 Parcelas de silvicultura no âmbito da DFCI	39
MAPA 9 Intervenções preconizadas no programa de acção da rede regional de DFCI - 2015.....	40
MAPA 10 Intervenções preconizadas no programa de acção da rede regional de DFCI - 2016.....	40
MAPA 11 Intervenções preconizadas no programa de acção da rede regional de DFCI - 2017.....	41
MAPA 12 Intervenções preconizadas no programa de acção da rede regional de DFCI - 2018.....	41
MAPA 13 Intervenções preconizadas no programa de acção da rede regional de DFCI - 2019.....	Erro! Marcador não definido. 42
MAPA 14 Zonas prioritárias de fiscalização	Erro! Marcador não definido. 53
MAPA 15 Vigilância e detecção de incêndio	Erro! Marcador não definido. 56
MAPA 16 1ª Intervenção	Erro! Marcador não definido. 57
MAPA 17 Áreas com possível necessidade de estabilização de emergência	Erro! Marcador não definido. 6

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 Implicações para o PMDFCI	7
TABELA 2 Objetivos estratégicos do PNDFCI - 1ºEixo Estratégico	Erro! Marcador não definido.
TABELA 3 Objetivos estratégicos do PNDFCI - 2ºEixo Estratégico.....	9
TABELA 4 Objetivos estratégicos do PNDFCI - 3ºEixo Estratégico.....	10
TABELA 5 Objetivos estratégicos do PNDFCI - 4ºEixo Estratégico.....	12
TABELA 6 Objetivos estratégicos do PNDFCI - 5ºEixo Estratégico	Erro! Marcador não definido.
TABELA 7 Entidades Envolvidas no PMDFCI	13
TABELA 8 Objetivos estratégicos do PMDFCI - 1ºEixo Estratégico	20
TABELA 9 Objetivos estratégicos do PMDFCI - 2ºEixo Estratégico	20
TABELA 10 Objetivos estratégicos do PMDFCI - 3ºEixo Estratégico	21
TABELA 11 Objetivos estratégicos do PMDFCI - 4ºEixo Estratégico	24
TABELA 12 Objetivos estratégicos do PMDFCI - 5ºEixo Estratégico	Erro! Marcador não definido.
TABELA 13 Distribuição da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.....	Erro! Marcador não definido.
TABELA 14 Distribuição da Rede Viária Florestal	29
TABELA 15 Capacidade da rede de pontos de água	38

TABELA 16 Intervenções na rede de FGC para o quinquénio 2015-2019.....	44
TABELA 17 Intervenções na RVF para o quinquénio 2015-2019	46
TABELA 18 Intervenções (manutenção) da rede de pontos de água para o quinquénio 2015-2019.....	46
TABELA 19 Metas e indicadores - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	47
TABELA 20 Estimativa de orçamento (Euros) e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.....	47
TABELA 21 Comportamentos de risco.....	48
TABELA 22 Fiscalização.....	50
TABELA 23 Sensibilização da população - ações de sensibilização	52
TABELA 24 Sensibilização da população - metas e indicadores.....	54
TABELA 25 Fiscalização - metas e indicadores	54
TABELA 26 Sensibilização da população - estimativa de orçamento e responsáveis	55
TABELA 27 Fiscalização - estimativa de orçamento e responsáveis	55
TABELA 28 Vigilância e Detecção	56
TABELA 29 Índice entre o número de incêndios, número de equipas e número de elementos de 1ª intervenção (2013).....	67
TABELA 30 Número de reacendimentos.....	58
TABELA 31 Metas e indicadores - Vigilância e deteção, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio	59
TABELA 32 Orçamento das ações propostas- Vigilância e deteção, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio.....	60
TABELA 33 Ações propostas para o quinquénio 2015-2019	69
TABELA 34 Orçamento de ações propostas para o quinquénio 2015-2019	63
TABELA 35 Formação	64
TABELA 36 SDFCI - Competências de coordenação e competências significativas	65
TABELA 37 Estimativa de orçamento para a formação.....	67
TABELA 38 Comissão Municipal de Defesa da Florestal Contra Incêndios	68
TABELA 39 Responsável do GTF.....	68
TABELA 40 Ordem de trabalhos da CMDFCI	68
TABELA 41 Eixos estratégicos - estimativa de orçamento total (Euros) para o quinquénio 2015-2019.....	69

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Valor médio por freguesia do tempo de chegada à 1ª intervenção nas fases de perigo - Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo	58
---	----

1

ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A floresta constitui um recurso natural com um importante valor sob o ponto de vista económico-social. Neste sentido, a sua preservação deverá ser encarada em termos estratégicos como de primordial importância, num quadro de equilíbrio biológico, na preservação da qualidade do ar e da biodiversidade, na manutenção do equilíbrio dos solos e das culturas, trazendo deste modo um valor acrescentado para a vida das populações.

Por sua vez, os incêndios florestais, próprios das regiões mediterrânicas, como é o caso de Portugal, constituem, sem margem de dúvida, um dos grandes entraves à produtividade, sustentabilidade e investimento na floresta, facto que apela à necessidade urgente de desenvolver ações concretas de diagnóstico das situações locais seguidas de ações de planeamento e implementação de medidas concretas e efetiva de prevenção e combate aos Incêndios Florestais.

A elaboração do PMDFCI deve ter em conta os diversos planos, de abrangência nacional e regional. Ao nível dos planos de âmbito nacional, o planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios desenvolve as orientações nacionais consequentes do planeamento nacional em matéria florestal emanadas da Estratégia Florestal Nacional, do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

A estratégia regional de defesa da floresta contra incêndios é elaborada de acordo com os instrumentos nacionais que foram já enunciados desenvolvendo-se nos planos regionais de ordenamento florestal (PROF), que no caso da área em questão é o PROF Douro, em outros planos sectoriais e, complementarmente, nos outros instrumentos de gestão territorial de nível regional como os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

Em suma, a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios para um período de cinco anos (com revisão anual ou sempre que se justifique), assenta, essencialmente, na prevenção e combate de incêndios florestais consequentes de um conjunto de orientações emanadas para a proteção e promoção da área florestal do concelho de São João da Pesqueira.

1.1 Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro

O concelho de São João da Pesqueira encontra-se abrangido no PROF do Douro, por duas sub-regiões homogêneas: Douro e Beira Douro.

O PROF do Douro, com entrada em vigor no dia 23 de Janeiro de 2007 (art.º 4.º do Decreto Regulamentar n.º4/2007 de 22 de Janeiro), compreende orientações estratégicas para o sector florestal regional, que vinculam diretamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projetos a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados (art.º6.º do mesmo decreto), com implicações ao nível da elaboração e execução dos PMDFCI.

O PROF do Douro tem um prazo de vigência de 20 anos (art.º 50.º) e pode ser sujeito a alterações periódicas de cinco em cinco anos, baseado nos relatórios anuais de acompanhamento ou sempre que ocorra qualquer facto relevante (art.º 51.º).

TABELA 1 | Implicações para o PMDFCI

	Art.º	Implicação
Corredores Ecológicos	n.º4 do art.10.º	Os corredores ecológicos devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RRDFCI).
Zonas Críticas	45.º	O planeamento das zonas críticas e a aplicação das medidas definidas nos artigos 43.º e 44.º devem estar concluídas num prazo de 2 anos, refletindo-se no programa de ação do PMDFCI.
Gestão de Combustíveis	46.º	Define conjunto de medidas a aplicar na gestão de combustíveis, com implicações para o programa de ação referente à silvicultura preventiva.
RRDFCI	47.º	Define as componentes da RRDFCI e competência das diferentes entidades. Declaração de utilidade pública.
Depósitos de Madeiras e Outros Produtos Inflamáveis	48.º	Condiciona o depósito de madeiras e outros produtos inflamáveis nas redes de faixas e nos mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.
Edificações	49.º	Condiciona a classificação, qualificação e reclassificação do solo mediante a classificação do risco de incêndio dos PMDFCI. Interditada a edificação em áreas classificadas de risco de incêndio elevado ou muito elevado.

1.2 Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, da competência da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios pretende ser um instrumento orientador das diferentes ações, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDFCI.

Tendo em vista a prevenção e combate dos incêndios florestais torna-se necessário um trabalho urgente de planeamento e ordenamento da floresta pelo que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios constituirá uma base de trabalho e auxílio importante para se atingir esse desiderato.

O PMDFCI deve encontrar-se enquadrado nas políticas para o sector definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), no Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI) e ainda ter em conta os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Concelhos Limítrofes e Orientações Estratégicas para a Recuperação das áreas ardidas.

Sendo assim de seguida apresentam-se os Eixos estratégicos apontados pelo PNDPCI.

Tabela 2 | Objetivos estratégicos do PNDPCI – 1.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais				
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas estratégicas	Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais	Adoção do modelo ZIF como referência para a introdução de princípios e estratégias de defesa da floresta contra incêndios, canalizando para esta ação os recursos financeiros existentes.	Mais de 50 mil hectares por ano 500 mil hectares em 2012	ICNF OPF's
	Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a ação das CMDFCI. Apoiar a atividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	As CMDFCI reúnem 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização, execução do respetivo PMDFCI. Até ao termo de 2006 todas as CMDFCI adotaram o quadro de indicadores municipais	Autarquias ICNF
		Apoiar a atividade dos Gabinetes Técnicos Florestais	Avaliação do desempenho dos GTF em 2006. DGRF estabelece, em 2006, uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDFCI. Pretende-se que em 2006, 184 Municípios disponham de PMDFCI em fase de implementação; em 2009, 216; em 2012 o sistema esteja em funcionamento pleno em 278 Municípios.	ICNF CMDFCI GTF
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de proteção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios	As Autarquias realizem integralmente a meta anualmente prevista nos PMDFCI.	Autarquias
		Criar e manter faixas exteriores de proteção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.	Entidades gestoras Autarquias
		Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações), e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao termo do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas, e notificados os respetivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação.	GNR
	Implementar programa de redução de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	Em 2006, a rede primária é delineada para 20% do território; em 2009, para 60% e em 2012 está concluída. Para a instalação prevê-se uma execução de 1.5 mil hectares em 2006; 10 mil até 2009 e 25 mil hectares no fim de 2012	CMDFCI GTF DGRF
		Desenvolver um programa de fogo controlado em ações preventivas, reduzindo os fatores que favorecem a propagação dos incêndios.	Formação e credenciação até 2012 de 20 Técnicos por ano e capacitação até àquele ano de 80% das Equipas de Sapadores Florestais na utilização desta técnica.	ICNF OPF
	Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio	As CMDFCI acompanham o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM	CMDFCI

Tabela 3 | Objetivos estratégicos do PNDFCI – 2.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que atua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.				
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Anualmente as CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas ações.	CMDFCI
	Sensibilização e educação escolar	Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental, e recuperar para esta área iniciativas como a da "Ciência Viva	Todos os Municípios das áreas de mais elevado risco de incêndio têm em sede de CMDFCI ações programadas e executadas e procedem à respetiva avaliação.	MAMAOT MEMCTES MAI MAOTDR
	Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	Coordenação das ações de vigilância, deteção e fiscalização pela GNR/ SEPNA	A partir de 2006 a GNR como entidade coordenadora enquadra estas ações nas CMDFCI e define estratégia de atuação ao nível municipal. Anualmente apresenta relatório de progresso	GNR/SEPNA

Tabela 4 | Objetivos estratégicos do PNDFCI – 3.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.				
Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.				
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal.	Assumir a responsabilidade pela coordenação das ações de prevenção relativa à vertente vigilância, deteção e fiscalização.	Anualmente, em sede de CMDFCI, o SEPNA/GNR integra as ações de todos os agentes envolvidos no sistema de vigilância e deteção previstas no PMDFCI	GNR
		Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestais e das Brigadas Móveis de Vigilância (AGRIS).	Redefinir missão e objetivos do Programa com integração nos sistemas Municipais de prevenção e 1ª intervenção no novo enquadramento legislativo.	ICNF OPF CMDFCI
		Participar através das Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) dos CB nas ações de vigilância e deteção	No final do 1º semestre de 2006 as atividades das equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção e acompanhadas por técnicos da DGRF.	ICNF OPF CMDFCI
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDFCI, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projetos comuns de proteção coletiva.	A partir de 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	SNBPC
		Melhorar o desempenho das Brigadas Móveis de vigilância.	Anualmente, e durante 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de proteção coletiva a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital.	CMDFCI
		Coordenação de todas as ações de vigilância e deteção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal	Em 2006 as equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.	CMDFCI ICNF
			Os Gabinetes Técnicos Florestais, ou na sua ausência a DGRF, recolhe informação trimestral da respetiva atividade.	GTF ICNF
		Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das ações de deteção ao nível Municipal, Distrital e Nacional.	A partir de 2006: - Implementar a vigilância fixa; - Implementar a vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais).	SEPNA/GNR CMDFCI GTF ICNF
			- A partir de 2006 melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.	SEPNA/GNR CMDFCI ICNF
	Integrar a vigilância móvel de cariz Distrital ou Nacional	Prever a integração da vigilância aérea armada nos dias em que o Índice de Risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhe.	- No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projeto municipal de proteção coletiva, a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital; - No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior	SEPNA/GNR CMDFCI CMOS
	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a atuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais da DGRF e do ICN, das Equipas da AFOLCELCA, das Equipas do SEPNA e do GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, a DGRF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO.	CMDFCI
			Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as atividades dos recursos humanos e dos meios no município;	CMDFCI
			Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.	SNBPC ICNF FA GNR ICN
		Dar continuidade a projetos comuns de proteção coletiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e deteção.	Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.	CMDFCI
			Anualmente, promover a distribuição de material específico para autoproteção das populações.	CMDFCI
			No 1º Trimestre do ano promover ações de formação (1ª Intervenção)	SNBPC ICNF OPF

Tabela 4 | Objetivos estratégicos do PNDFCI – 3.º Eixo Estratégico (cont.)

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.				
Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.				
Reforço da capacidade de 1ª intervenção	Estruturar o nível Distrital de 1ª Intervenção	Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção.	Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas.	CMDFCI GNR SNBPC
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios)	Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respetivo Município.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.	SMPC CB
		Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	A partir de 2006, em articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município.	SMPC CB ENB CDOS
			Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção.	CDOS ENB CB SMPC
			Formação nos CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a IF.	CDOS CB ENB SMPC
		Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo Operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades, calendariza as atividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional.	CDOS CB ENB CNOS
		Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tractores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.	SMPC CMDFCI
		O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	A partir de 2006, todas estas Equipas/Brigadas farão parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.	ICNF OPF's OB SMPC CDOS CMDFCI
		Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários.	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do seu Município.	CMDFCI GTF SMPC CDOS
			Anualmente, planejar a tática de combate mais adequada à defesa do município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.	CMDFCI GTF SMPC CDOS SMPC
		Balancear o acionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do seu Município, privilegiando os aspetos da coordenação entre os vários agentes.	SMPC CDOS CB SMPC CMDFCI
		Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adotar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.	SMPC CDOS CB
		Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: - fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; - planejar a manobra logística mais adequada ao Município; - elaborar exercícios para validação do planeamento logístico.	SMPC CMDFCI CDOS
		Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: - fazer a avaliação dos meios dos municípios e risco associado; - elaborar planos de contingência; - promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; - promover uma atitude de colaboração intermunicipal.	CDOS SMPC
		Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho.	A partir de 2006, até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução deste desiderato.	CDOS SMPC

Tabela 4 | Objetivos estratégicos do PNDFCI – 3.º Eixo Estratégico (cont.)

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.				
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.	Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo.	Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais	Anualmente: - elaborar o levantamento das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes no respetivo Distrito; - Implementar modelos de atuação nas operações de rescaldo.	SMPC CDOS CMDFCI GTF ICNF OPF's OB
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.	SMPC CDOS CMDFCI
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projetos comuns de proteção coletiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas ações.	A partir de 2006: - incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; - a formação e sensibilização; - distribuição de material específico para o efeito.	SMPC CDOS CMDFCI JUNTAS DE FREGUESIA
	Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, a partir de 2006, as ações da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando. Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos do comando	SMPC CDOS CNOS SNBPC SMPC CDOS CNOS SNBPC
Melhoria das Infraestruturas e logística de suporte à DFCI	Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada não só para fazer face às situações de socorro e combate aos incêndios florestais mas também constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.	Criar uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	Até 2007, estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	SNBP CNOS CDOS SMPC

Tabela 5 | Objetivos estratégicos do PNDFCI – 4.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas				
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu.	Execução de ações imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios	ICNF INAG ICN IPPAR IES ANEFA OPF
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afetadas	Avaliação e monitorização das ações. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF

Tabela 6 | Objetivos estratégicos do PNDFCI – 5.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. - Assente no pressuposto que para a proteção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e proteção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.				
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as ações e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal.		MAI CÂMARAS MUNICIPAIS
		Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.		MAI MAMAOT CÂMARAS MUNICIPAIS
		Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.		MAI CÂMARA MUNICIPAIS
		Descentralizar a formação de âmbito regional, apoiando-se nos Centros de Formação já existentes, implementar modelos de formação contínua nos CB com vista a incentivar o uso de novos métodos e técnicas de combate em incêndios florestais, de que se destaca como medidas privilegiadas as técnicas de sapador e contra-fogo.		SNBPC CNOS SMPC CDOS ENB
		Integrar os PDFCI, elaborados ao nível do Concelho (Estrutura Municipal), numa ótica Distrital, e Nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.		MAI CÂMARAS MUNICIPAIS
Ao nível Municipal, organizar o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e, garantir o necessário apoio técnico e logístico.	A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes ações. Anualmente, as CMDFCI devem assentar a sua atividade da vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal. Os SMPC deverão garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da atividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.		CÂMARAS MUNICIPAIS

Tabela 7 | Entidades envolvidas no PMDFCI

Entidades Envolvidas	
CMDFCI	Comissão Municipal da Floresta Contra Incêndios
GTF	Gabinete Técnico Florestal
Autarquia	Município de São João da Pesqueira
SMPC	Serviço Municipal de Protecção Civil
Juntas de Freguesia	Juntas de Freguesia do Concelho
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
GNR	Guarda Nacional Republicana
SEPNA	Serviço da Protecção da Natureza e do Ambiente
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
ENB	Escola Nacional de Bombeiros
CNOS	Comando Nacional de Operações de Socorro
CDOS	Centro Distrital de Operações de Socorro
CB	Corpo de Bombeiros
CMOS	Comando Municipal de Operações de Socorro
MAMAOT	Ministério da Agricultura, do Mar e Ordenamento do Território
ME	Ministério da Educação
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MAI	Ministério da Administração Interna
INAG	Instituto Nacional da Água
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IES	Instituto de Exercício e Saúde
ANEFA	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
Entidades Gestoras	Entidades Gestoras
OPF	Organizações de Produtores Florestais

2 MODELOS DE COMBUSTÍVEL, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

2.1 Mapa de Combustíveis Florestais

A Carta dos Combustíveis Florestais é uma importante ferramenta de apoio ao planeamento, prevenção e combate aos incêndios florestais. A elaboração desta carta assenta na comparação das diferentes comunidades vegetais para os caracterizar sistematicamente relativamente à sua inflamabilidade, combustibilidade e carga de combustível que são as características que mais influenciam o fogo:

Carga de combustível

A carga de combustível está relacionada com a quantidade de material disponível para a combustão. Dos quatro estratos de vegetação (arbóreo, arbustivo, herbáceo e folhada), os três últimos são os que contribuem diretamente para a carga de combustível. O estrato arbóreo contribui indiretamente com a folhada do solo e as raízes. A carga de combustível e a sua distribuição espacial, traduzido no grau de continuidade vertical e horizontal, são as características do combustível que influenciam o comportamento do fogo.

Combustibilidade

A combustibilidade traduz-se na facilidade de propagação da combustão e está relacionada com o arranjo espacial dos combustíveis, associado a uma determinada formação vegetal. É estabelecida através do tempo que uma formação vegetal demora a arder.

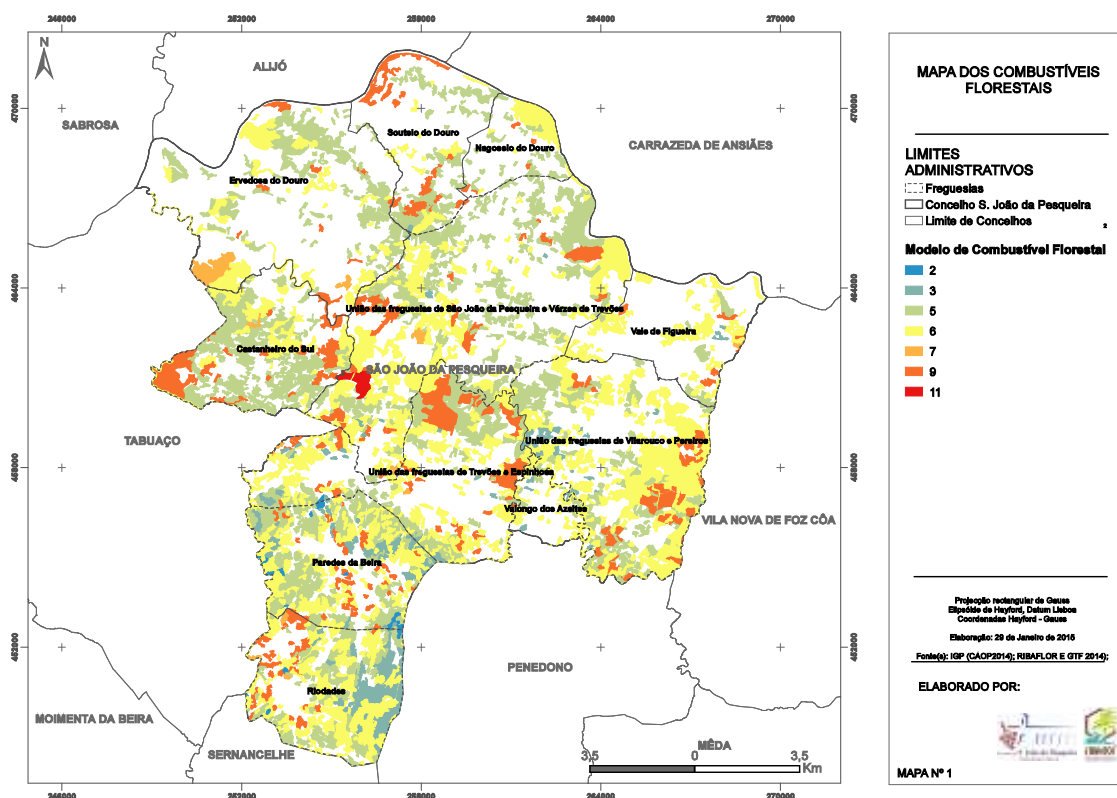
Inflamabilidade

A inflamabilidade de um combustível é um parâmetro que quantifica a facilidade com que o mesmo entra em ignição. A sua inflamabilidade está relacionada com o seu teor de humidade, com a presença de substâncias voláteis, nomeadamente resinas e óleos essenciais. Esta característica depende diretamente da espécie vegetal considerada. É variável ao longo do ano e para as diferentes partes que constituem a planta. Outro parâmetro a considerar é o do poder calorífico, ou seja, a quantidade de calor libertada pela combustão de um determinado material. Tanto para a inflamabilidade como para o poder calorífico, interessa considerar os materiais finos tais como as folhas e os ramos, já que é sobretudo este tipo de combustível que irá influenciar o comportamento do fogo.

Com base nos conceitos descritos anteriormente adotou-se a metodologia apresentada pelo ICNF no guia metodológico para a elaboração de PMDFCI, procedeu-se às

classificações tendo como base a informação obtida a partir da carta de ocupação do solo e validação no terreno. A classificação aconselhada tem como referência a criada pela Northern Forest Fire Laboratory (NFFL) tendo sido ajustada ao caso português por Fernandes, P. Estes modelos assentam na caracterização das estruturas do estrato de porte arbustivo e não no tipo de espécies florestais existentes, como é possível verificar no exemplo dado para a chave de identificação de modelos apresentado nesse mesmo guia.

MAPA 01 | Combustíveis Florestais do concelho



Como se pode verificar no mapa, o Modelo 0, do qual fazem parte os espaços agrícolas, as áreas sociais, improdutivos e superfícies com água, distribui-se ao longo de todas as freguesias do concelho com maior representatividade nas áreas localizadas a Norte e Centro. Registam-se manchas relativas a outros modelos de combustível perfeitamente compartimentadas pelas anteriores quebrando a continuidade e diminuindo o risco. De entre estas manchas destacam-se as de maior dimensão e que dizem respeito aos modelos 5, 6 e 9, podendo concluir-se que são áreas com intensidade de fogo moderada a rápida. Intercalados com os modelos anteriores, temos ainda os modelos, 2, 3, 7 e 11, com menos representatividade, e que se encontram-se conjugadas certas condições que

propiciam a propagação rápida de incêndios a partir de zonas com intensidades de fogo mais baixas, para zonas que podem atingir intensidades mais elevadas pelo que, é necessário estabelecer um planeamento de compartimentação e implementação de faixas de proteção nas zonas mais críticas e que apresentem maior importância.

2.2 Cartografia de Risco

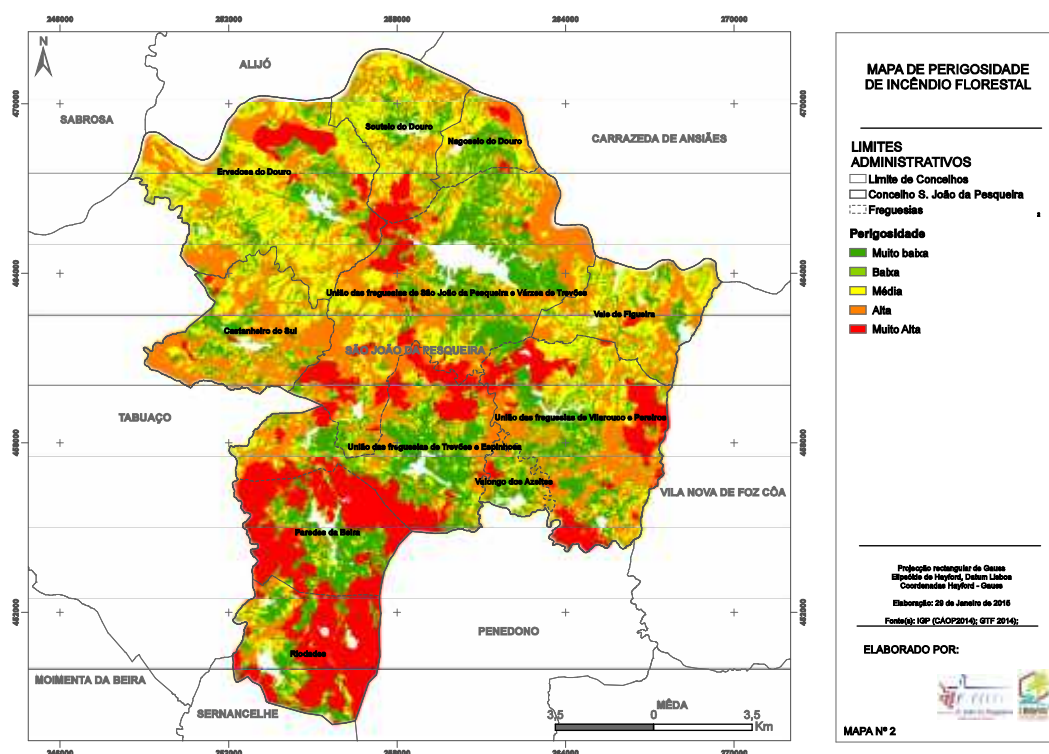
A elaboração da CRIF foi concretizada através do ArcGis 10.3, com a extensão Spatial Analyst.

Toda a metodologia de elaboração, quer da carta de risco quer da carta de perigosidade encontra-se anexada a este documento.

2.2.1 Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal

O mapa de perigosidade de Incêndio Florestal, resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno. Permite responder à questão “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.

MAPA 02 | Perigosidade de Incêndio Florestal



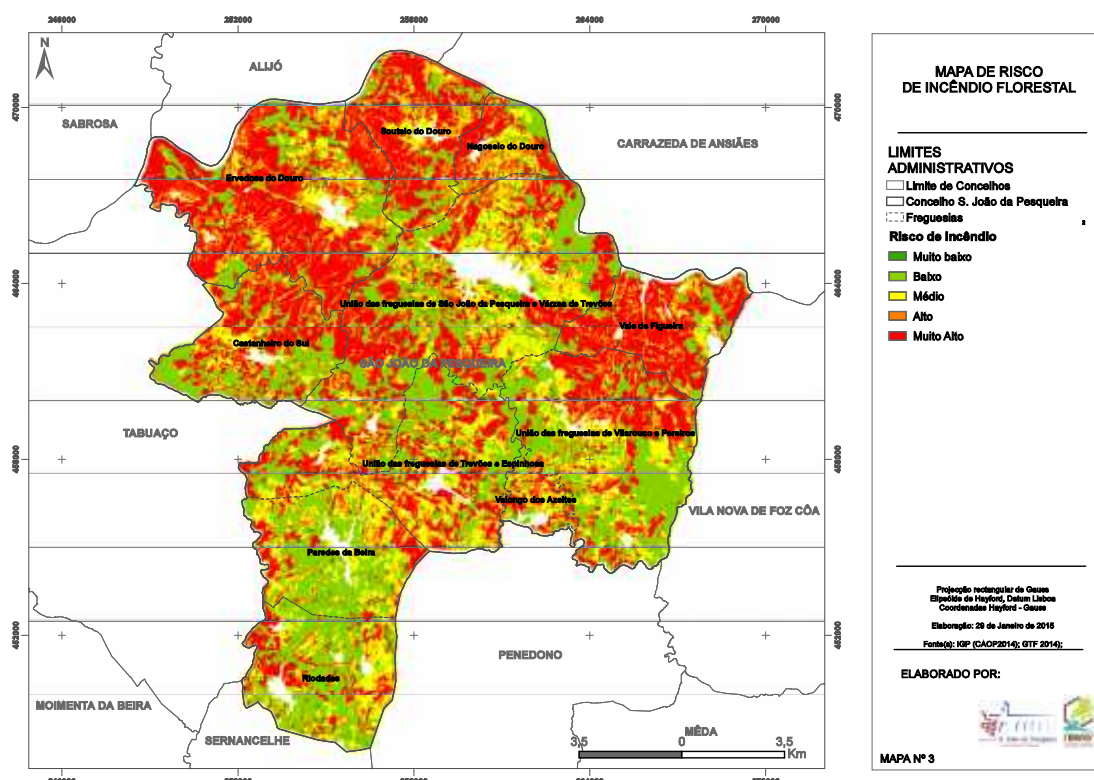
Através do mapa de perigosidade de incêndio florestal podemos verificar-se que as zonas de maior perigosidade, as classes de alta e muito alta, distribuem-se de uma forma bastante homogénea ao longo de todo o Concelho. Para o cálculo da carta de perigosidade e como se atendeu ao histórico dos incêndios desde 1990, estes tiveram um peso bastante significativo na localização da classe de muito alta perigosidade.

As restantes classes, média, baixa e muito baixa encontram-se mais representadas nas Freguesias a Norte do Concelho, zonas mais agrícolas do Concelho.

2.2.2 Mapa de Risco de Incêndio Florestal

O mapa de risco de Incêndio Florestal, resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor económico) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.

MAPA 03 | Risco de incêndio florestal



As classes de risco de incêndio florestal muito alto e alto, distribuem-se essencialmente a Norte e a Este do concelho, na zona de Ervedosa do Douro, Soutelo do Douro, Nagoselo do Douro, S. João da Pesqueira e Vale de Figueira, as quais detêm, na sua área geográfica, a maior parte das culturas agrícolas do concelho, principalmente a cultura da vinha e olival. As restantes áreas de risco muito alto não apresentam uma grande extensão e encontram-se compartimentadas pelas restantes manchas de mais baixo risco.

As zonas de risco médio aparecem distribuídas de uma forma bastante homogénea por todo o concelho. As classes de risco baixo e muito baixo encontram-se espalhadas por todo o concelho, exercendo uma compartimentação das zonas de risco superior, mas concentram-se essencialmente nas zonas Centro e Sul do concelho, zonas mais florestais e com menor valor económico comparativamente à vinha e olival.

O risco de incêndio florestal pretende traduzir os locais, onde será necessário concentrar esforços para o combate a incêndios, com efeitos mais devastadores, quer para equipamentos quer para populações.

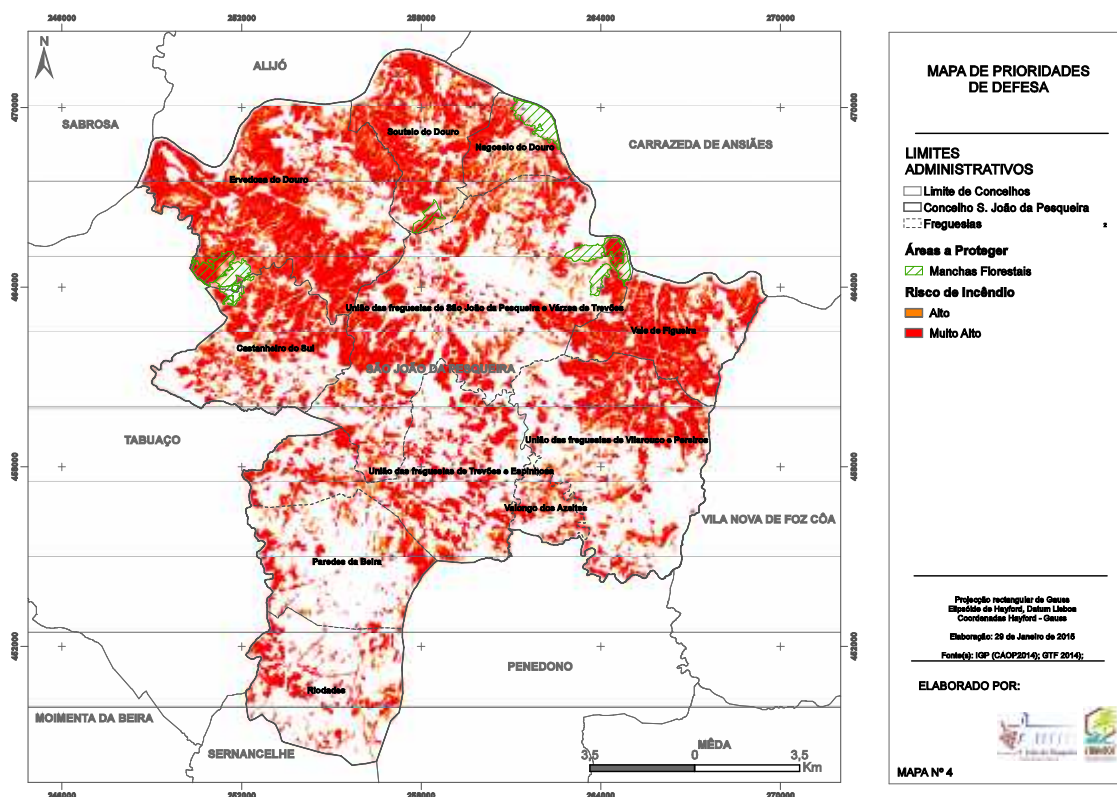
2.2.3 Mapa de Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa tem como objetivo a identificação dos elementos que interessa proteger, através da representação das manchas de risco de incêndio florestal alto e muito alto sobre as quais se desenham os elementos prioritários, como pontos ou polígonos conforme a sua natureza.

No mapa podemos observar as prioridades de defesa estabelecidas atualmente para o concelho onde figuram essencialmente, nas áreas a proteger, as áreas florestais. Figuram ainda neste mapa as manchas de risco alto e muito alto pelo potencial de perda que representam.

São eleitas áreas prioritárias de defesa, as áreas envolventes de interesse natural e cultural, designadamente S. Salvador do Mundo, na União de Freguesia de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões, Sr.^a de Lurdes, na Freguesia de Nagoselo do Douro, Sr.^a do Monte, na Freguesia de Soutelo do Douro, bem como o espaço florestal localizado na Freguesia de Ervedosa do Douro, que é apelidado “Mata do Sarzedinho” e constituído essencialmente por sobreiros.

MAPA 04 | Prioridades de Defesa



Relativamente à Tipologia dos Concelhos, esta resulta da tipificação definida pelo ICNF com base no nº de ocorrência e área ardida de cada Concelho, para distinguir os grandes tipos de problemas / soluções associados a incidência de incêndios.

Deste modo os concelhos do território continental foram divididos em 4 tipos:

- Poucas ocorrências:
 - pouca área ardida T1
 - muita área ardida T2
- Muitas ocorrências:
 - pouca área ardida T3
 - muita área ardida T4

Com base nessa tipificação, o concelho de São João da Pesqueira enquadra-se na tipologia T3.

3

OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

Tabela 08 | Objetivos estratégicos do PMDFCI – 1.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais				
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a ação das CMDFCI.	As CMDFCI reúnem 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização, execução do respetivo PMDFCI.	Autarquia ICNF
		Apoiar a atividade do Gabinete Técnico Florestal	Avaliação do desempenho do GTF anualmente O ICNF mantém uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDFCI. Funcionamento pleno da CMDFCI anualmente.	ICNF CMDFCI GTF
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de proteção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios	A Autarquia realiza integralmente a meta anualmente prevista no PMDFCI.	Autarquia
		Criar e manter faixas exteriores de proteção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.	Entidades gestoras Autarquia
	Implementar programa de redução de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais	Manutenção das faixas da Rede Primária e Secundária já executadas até 2014 e execução das restantes.	CMDFCI GTF ICNF
	Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio	As CMDFCI acompanham o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM	CMDFCI

Tabela 09 | Objetivos estratégicos do PMDFCI – 2.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios				
- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que actua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.				
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Anualmente as CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolvem estas ações.	CMDFCI

Tabela 10 | Objetivos estratégicos do PMDFCI – 3.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. - Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.				
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal.	Melhorar a performance das equipas de sapadores florestais	A equipa de sapadores está incluída operacionalmente no sistema municipal de prevenção e 1ª intervenção O GTF recolhe informação trimestral da respetiva atividade.	ICNF OPF CMDFCI ICNF OPF CMDFCI
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDFCI, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projetos comuns de proteção coletiva.	Anualmente, e durante 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de proteção coletiva a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital.	CMDFCI
		Coordenação de todas as ações de vigilância e deteção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	Manutenção anual da: - Vigilância fixa; - Vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e da Equipa de Sapadores Florestais).	SEPNA/GNR CMDFCI GTF ICNF
		Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das ações de deteção ao nível Municipal, Distrital e Nacional.	Melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno. - No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projeto municipal de proteção coletiva, a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal e Distrital; - No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior	SEPNA/GNR CMDFCI CMOS
		Prever a integração da vigilância aérea armada nos dias em que o Índice de Risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhe.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, o ICNF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO.	CMDFCI
	Integrar a vigilância móvel de cariz Distrital ou Nacional			
Reforço da Capacidade de 1ª intervenção	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Na elaboração dos PMDFCI/POM, integrar a atuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais, das Equipas do SEPNA e do GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, o SMPC, os Municípios, a GNR, o ICNF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO. Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as atividades dos recursos humanos e dos meios no município;	CMDFCI
			Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.	SNBPC ICNF FA GNR ICN
			Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª Intervenção ao nível municipal.	CMDFCI
	Estruturar o nível Distrital de 1ª Intervenção	Dar continuidade a projetos comuns de proteção coletiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e deteção.	Anualmente, promover a distribuição de material específico para auto-proteção das populações.	CMDFCI
			No 1º Trimestre do ano promover ações de formação (1ª Intervenção)	SNBPC ICNF OPF
		Desenvolver um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª Intervenção.	Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas.	CMDFCI GNR SNBPC

Tabela 10 | Objetivos estratégicos do PMDFCI – 3.º Eixo Estratégico (cont.)

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.				
- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.				
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do respetivo Município.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.	SMPC CB
		Articulação coordenada dos meios de combate do seu município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	Articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do Município.	SMPC CB ENB CDOS
			Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção.	CDOS ENB CB SMPC
			Formação nos CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a IF.	CDOS CB ENB SMPC
		Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo Operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades, calendariza as atividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional.	CDOS CB ENB CNOS
		Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tratores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.	SMPC CMDFCI
		O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	Todas as Equipas/Brigadas fazem parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.	ICNF OPF's OB SMPC CDOS CMDFCI
		Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários.	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do Município.	CMDFCI GTF SMPC CDOS
			Anualmente, planear a tática de combate mais adequada à defesa do município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.	CMDFCI GTF SMPC CDOS SMPC
		Balancear o acionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos nos Corpos de Bombeiros do Município, privilegiando os aspetos da coordenação entre os vários agentes.	SMPC CDOS CB SMPC CMDFCI

Tabela 10 | Objetivos estratégicos do PMDFCI – 3.º Eixo Estratégico (cont.)

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. - Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.				
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adotar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.	SMPC CDOS CB
		Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: - fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; - planejar a manobra logística mais adequada ao Município; - elaborar exercícios para validação do planeamento logístico.	SMPC CMDFCI CDOS
	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Distrital. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: - fazer a avaliação dos meios dos municípios e risco associado; - elaborar planos de contingência; - promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; - promover uma atitude de colaboração intermunicipal.	CDOS SMPC
		Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, os Planos da Operacionais Municipais (POM) elaborados ao nível do Concelho.	Até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução deste desiderato.	CDOS SMPC
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.	Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo.	Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais	Anualmente: - elaborar o levantamento das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes no respetivo Distrito; - Implementar modelos de atuação nas operações de rescaldo.	SMPC CDOS CMDFCI GTF ICNF OPF's OB
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.	SMPC CDOS CMDFCI
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projetos comuns de proteção coletiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas ações.	Incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia; Formação e sensibilização; distribuição de material específico para o efeito.	SMPC CDOS CMDFCI JUNTAS DE FREGUESIA
	Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, as ações da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando. Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos de Comando.	SMPC CDOS CNOS SNBPC SMPC CDOS CNOS SNBPC
Melhoria das Infraestruturas e logística de suporte à DFCl	Organizar uma Estrutura Nacional de Apoio Logístico, assente nas estruturas Municipais e Distritais, pensada e articulada não só para fazer face às situações de socorro e combate aos incêndios florestais mas também constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.	Criar uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	Até 2007, estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de uma adequada estrutura logística de suporte às ações de supressão.	SNBPC CNOS CDOS SMPC

Tabela 11 | Objetivos estratégicos do PMDFCI – 4.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas				
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu.	Execução de ações imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios	ICNF INAG ICN IPPAR IES ANEFA OPF
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afetadas	Avaliação e monitorização das ações. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF
		Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares. Constituição de equipas pluridisciplinares ao nível das NUTII	ICNF IES GTF

Tabela 12 | Objetivos estratégicos do PMDFCI – 5.º Eixo Estratégico

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas	Entidade responsável
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.				
- Assente no pressuposto que para a proteção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e proteção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.				
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as ações e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional	Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal.	Articulação de meios	MAI CÂMARAS MUNICIPAIS
		Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.	Articulação de meios	MAI MAMAOT CÂMARAS MUNICIPAIS
		Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.	Articulação de meios	MAI CÂMARAS MUNICIPAIS
		Descentralizar a formação de âmbito regional, apoiando-se nos Centros de Formação já existentes, implementar modelos de formação contínua nos CB com vista a incentivar o uso de novos métodos e técnicas de combate em incêndios florestais, de que se destaca como medidas privilegiadas as técnicas de sapador e contra-fogo.	Articulação de meios	SNBPC CNOS SMPC CDOS ENB
		Integrar os PDFCI, elaborados ao nível do Concelho (Estrutura Municipal), numa óptica Distrital, e Nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.	Articulação de meios	MAI CÂMARAS MUNICIPAIS
Ao nível Municipal, organizar o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e, garantir o necessário apoio técnico e logístico.	A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes ações. Anualmente, as CMDFCI devem assentar a sua atividade da vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal. Os SMPC deverão garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência e consequentemente da atividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.	Articulação de meios	CÂMARAS MUNICIPAIS

4 EIXOS ESTRATÉGICOS

4.1 1º EIXO ESTRATÉGICO - AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

4.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

4.1.1.1 Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

Segundo o Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a rede de defesa da floresta contra incêndios consiste numa malha de faixas de gestão de combustível (FGC) que asseguram três funções:

- Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção directa de combate na frente de fogo ou nos seus flancos;
- Redução dos efeitos da passagem de grandes incêndios protegendo, de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- Isolamentos de focos potenciais de ignição de incêndios, como sejam as faixas paralelas às linhas elétricas ou à rede viária, as faixas envolventes aos parques de recreio, entre outros.

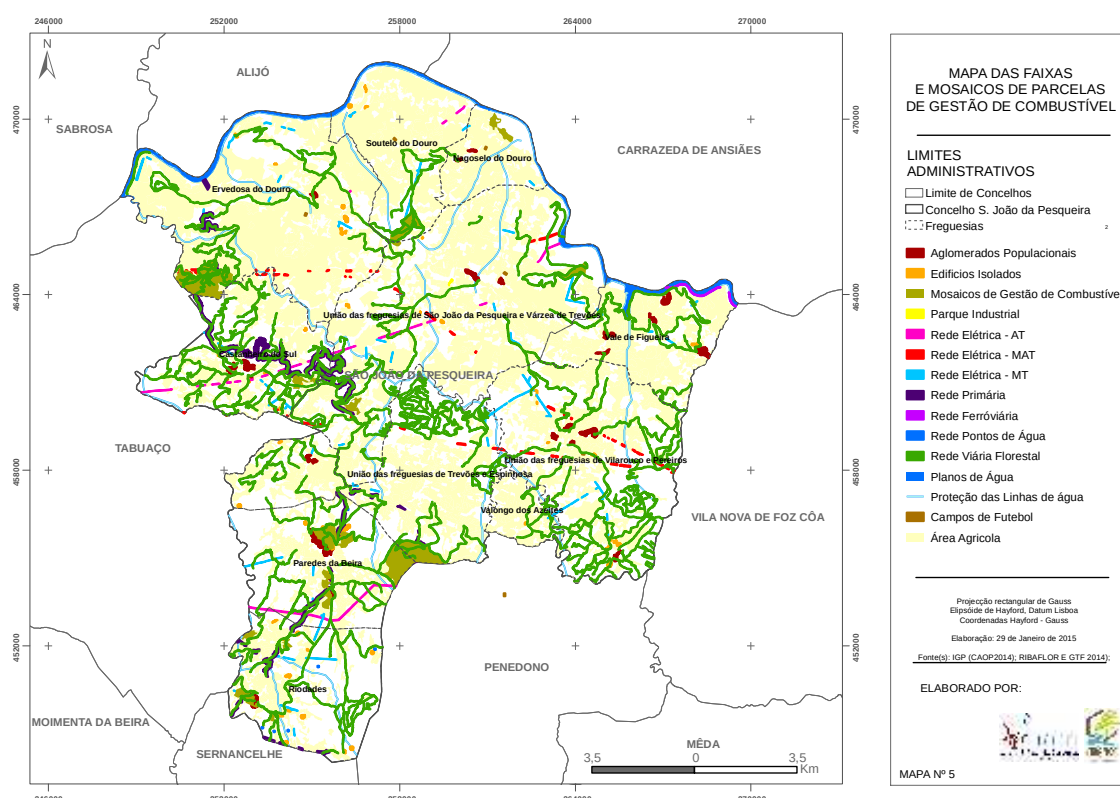
Como se pode verificar no mapa que a seguir se apresenta, e tendo em conta que o concelho possui áreas eminentemente agrícolas, as faixas de gestão de combustíveis encontram-se espalhadas pelo concelho de uma forma dispersa. No entanto, faixas como, a rede viária florestal, a rede primária e os mosaicos de gestão de combustível, encontra-se mais concentrada nalguns locais, nomeadamente nas Freguesias de Castanheiro do Sul, União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões, União de Freguesias de Trevões e Espinhosa, União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros, Paredes da Beira e Riodades, que correspondem essencialmente às freguesias com mais área florestal, com o objetivo de concentrar mais faixas de limpeza para proteção destas manchas. As freguesias do centro norte do concelho possuem áreas eminentemente agrícolas, ocupadas maioritariamente pela cultura da vinha.

Considera-se existir desde já no concelho um Mosaico de Parcelas de Gestão de combustíveis, que foi complementado com as FGC referentes às linhas elétricas de muito

alta e média tensão, da rede viária, da rede primária, rede ferroviária, mosaicos, aglomerados populacionais, edifícios isolados, parque industrial e os pontos de água.

Foram ainda referenciados os campos de futebol para toda a área do concelho, os planos de água e áreas agrícolas pelo que se julga conseguir obter-se um bom mosaico de parcelas de gestão de combustíveis.

MAPA 05 | Faixas e Mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis



Na tabela seguinte podemos verificar que o total de faixas de gestão de combustível (FGC) corresponde a 2 055,48ha, dos quais, quase 50% corresponde às faixas referentes à rede viária florestal com 905,41ha, seguindo-se os mosaicos com 554,22ha e a rede primária com 290,98ha, com uma área bastante significativa.

De salientar ainda o valor referente às FGC de proteção aos aglomerados florestais e edifícios isolados, que se assumem como prioridade, uma vez que existem algumas destas situações completamente inseridas em espaços florestais e que são constantemente ameaçadas pelos incêndios.

Tabela 13 | Distribuição da área ocupada por descrição de faixa e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis

Distribuição da Área Ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de Gestão de Combustível				
Concelho	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	% de Faixas
São João da Pesqueira	1	Edifícios	42,65	2,07
	2	Aglomerados	114,97	5,59
	3	Parque Industrial	0,45	0,02
	4	Rede viária florestal	905,41	44,05
	5	Rede Ferroviária	26,95	1,31
	7	Rede Elétrica em muito alta tensão	39,37	1,91
	8	Rede primária	290,98	14,16
	10	Rede Elétrica em média tensão	47,13	2,29
	11	Mosaicos	554,22	26,96
	12	Rede pontos de água	3,02	0,15
	13	Rede Elétrica Alta tensão	30,33	1,46
	TOTAL FGC E MOSAICOS		2 055,48	

4.1.1.2 Rede Viária Florestal

A rede viária constitui um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, servindo com frequência como referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI sendo que a acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspeto relevante para o ordenamento florestal.

No contexto da DFCI, a rede viária desempenha funções de:

- Rápida deslocação dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc;
- Integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa. A rede viária constitui ainda zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. Além das restantes infra-estruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos é de elevada importância para as operações de coordenação de meios de combate e para o desenvolvimento de estratégias.

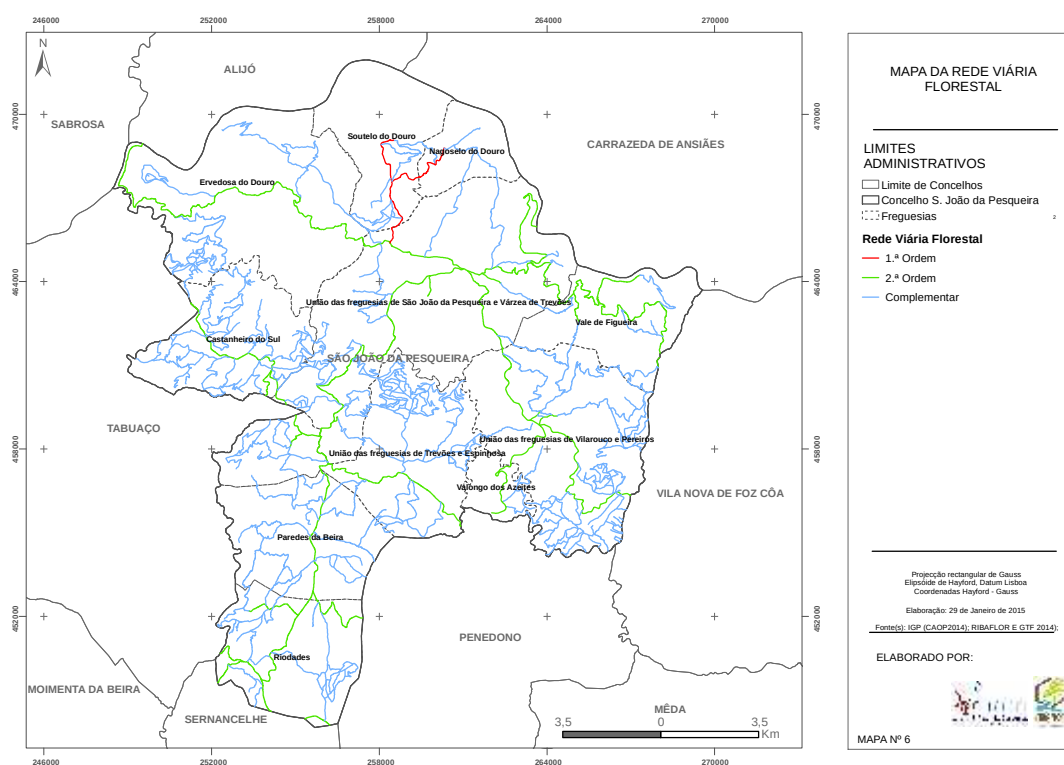
A rede viária florestal é composta por um conjunto de vias de comunicação que atravessam ou dão acesso aos espaços florestais e que cumprem funções que permitem o acesso,

exploração e defesa desses espaços em especial no que respeita a atividades de DFCI, incluindo designadamente:

- Vias classificadas pelo plano rodoviário nacional;
- Vias classificadas no plano das estradas e caminhos municipais;
- Outras vias do domínio público;
- Vias do domínio privado.

De seguida apresenta-se o mapa da rede viária florestal para o Concelho de São João da Pesqueira onde foram considerados os caminhos de maior relevância no acesso às zonas florestais, não sendo considerada, toda a rede viária existente uma vez que seria incomportável apresentar uma densidade tão elevada, num plano desta natureza, bem como a cartografia se tornaria extremamente confusa.

MAPA 06 | Rede Viária Florestal



No mapa apresenta-se a localização espacial de cada uma das classes da rede viária florestal, sendo esta classificada em rede viária de 1ª Ordem, 2ª Ordem e Rede complementar. Denota-se que as vias correspondentes à rede viária complementar,

principalmente concentrada no centro e sul do concelho, dominam relativamente às restantes.

Na tabela que a seguir se apresenta, a rede viária considerada de relevância em DFCI para o concelho de São João da Pesqueira atinge um valor total de 532,60 Km considerando-se ser suficiente estando as principais áreas florestais bem servidas deste tipo de infraestruturas.

TABELA 14 | Distribuição da Rede Viária Florestal

Distribuição da Rede Viária Florestal			
Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
1ª Ordem fundamental	CM 1163	3,00	38,96
	EM 501	4,70	61,04
2ª Ordem fundamental	BT.2.01	0,80	0,72
	BT.2.02	0,40	0,36
	BT.2.03	3,10	2,78
	BT.2.04	0,00	0,00
	BT.2.05	0,00	0,00
	BT.2.06	0,80	0,72
	BT.2.07	0,80	0,72
	BT.2.08	0,50	0,45
	BT.2.09	0,30	0,27
	CM 1119	1,40	1,25
	CM 1120	0,80	0,72
	CM 1124	2,20	1,97
	EM 1121	6,00	5,38
	EM 1122	1,20	1,08
	EM 331	2,30	2,06
	EM 504	14,60	13,08
	EM 504-2	1,30	1,16
	EM 504-3	13,30	11,92
	EM 505	12,00	10,75
	EM 541	6,70	6,00
	EN 222	23,50	21,06
	EN 222-3	12,00	10,75
	EN 229	5,60	5,02
	EN 323	2,00	1,79
Rede complementar	BT.3.01	1,40	0,26
	BT.3.02	0,00	0,00
	BT.3.03	0,70	0,13
	BT.3.04	2,30	0,43
	BT.3.05	3,70	0,69
	BT.3.06	0,90	0,17
	BT.3.07	0,90	0,17
	BT.3.08	2,00	0,38
	BT.3.09	2,50	0,47
	BT.3.10	1,90	0,36
	BT.3.11	0,90	0,17
	BT.3.12	0,80	0,15

TABELA 14 | Distribuição da Rede Viária Florestal (cont.)

Distribuição da Rede Viária Florestal			
Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Rede complementar	BT.3.13	1,50	0,28
	BT.3.14	1,40	0,26
	BT.3.15	0,60	0,11
	BT.3.16	0,30	0,06
	BT.3.17	0,30	0,06
	BT.3.18	0,40	0,08
	BT.3.19	2,90	0,54
	BT.3.20	0,60	0,11
	BT.3.21	0,20	0,04
	BT.3.22	1,60	0,30
	BT.3.23	0,70	0,13
	BT.3.24	0,60	0,11
	BT.3.25	1,20	0,23
	BT.3.26	1,50	0,28
	BT.3.27	1,00	0,19
	BT.3.28	0,40	0,08
	BT.3.29	1,10	0,21
	BT.3.30	1,00	0,19
	BT.3.31	0,20	0,04
	BT.3.32	0,20	0,04
	BT.3.33	1,80	0,34
	BT.3.34	0,90	0,17
	BT.3.35	0,20	0,04
	BT.3.36	0,90	0,17
	BT.3.37	0,60	0,11
	BT.3.38	0,10	0,02
	BT.3.39	0,20	0,04
	BT.3.40	0,00	0,00
	BT.3.41	3,70	0,69
	BT.3.42	0,80	0,15
	BT.3.43	0,70	0,13
	BT.3.44	0,50	0,09
	BT.3.45	0,90	0,17
	BT.3.46	0,60	0,11
	BT.3.47	0,50	0,09
	BT.3.48	0,60	0,11
	BT.3.49	1,00	0,19
	BT.3.50	1,80	0,34
	BT.3.51	1,10	0,21
	BT.3.52	0,80	0,15
	BT.3.53	0,50	0,09
	BT.3.54	1,90	0,36
	BT.3.55	0,00	0,00
	BT.3.56	3,10	0,58
	BT.3.57	0,30	0,06
	BT.3.58	1,30	0,24
	BT.3.59	0,30	0,06
	BT.3.60	2,40	0,45
	BT.3.61	0,30	0,06
	BT.3.62	0,90	0,17
	BT.3.63	0,40	0,08
	BT.3.64	0,40	0,08
	BT.3.65	2,20	0,41
	BT.3.66	3,00	0,56
	BT.3.67	4,70	0,88

TABELA 14 | Distribuição da Rede Viária Florestal (cont.)

Distribuição da Rede Viária Florestal			
Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Rede complementar	BT.3.68	2,10	0,39
	BT.3.69	0,90	0,17
	BT.3.70	0,50	0,09
	BT.3.71	1,20	0,23
	BT.3.72	0,10	0,02
	BT.3.73	0,70	0,13
	BT.3.74	1,00	0,19
	BT.3.75	0,00	0,00
	BT.3.76	0,20	0,04
	BT.3.77	0,70	0,13
	BT.3.78	0,40	0,08
	BT.3.79	0,50	0,09
	BT.3.80	0,10	0,02
	BT.3.81	0,40	0,08
	BT.3.82	0,20	0,04
	BT.3.83	0,30	0,06
	BT.3.84	0,90	0,17
	BT.3.85	0,20	0,04
	BT.3.86	0,80	0,15
	BT.3.87	1,40	0,26
	BT.3.88	0,00	0,00
	BT.3.89	0,40	0,08
	BT.3.90	1,50	0,28
	BT.3.91	1,20	0,23
	BT.3.92	0,40	0,08
	BT.3.93	2,00	0,38
	BT.3.94	2,60	0,49
	BT.3.95	0,10	0,02
	BT.3.96	0,00	0,00
	BT.3.97	1,50	0,28
	BT.3.98	1,10	0,21
	BT.3.99	0,40	0,08
	BT.3.100	1,30	0,24
	BT.3.101	2,30	0,43
	BT.3.102	0,00	0,00
	BT.3.103	0,70	0,13
	BT.3.104	2,10	0,39
	BT.3.105	0,40	0,08
	BT.3.106	1,20	0,23
	BT.3.107	2,60	0,49
	BT.3.108	0,00	0,00
	BT.3.109	0,80	0,15
	BT.3.110	1,20	0,23
	BT.3.111	1,10	0,21
	BT.3.112	1,60	0,30
	BT.3.113	0,00	0,00
	BT.3.114	1,00	0,19
	BT.3.115	0,00	0,00
	BT.3.116	0,90	0,17
	BT.3.117	0,00	0,00
	BT.3.118	0,60	0,11
	BT.3.119	0,70	0,13
	BT.3.120	1,90	0,36
	BT.3.121	1,20	0,23

TABELA 14 | Distribuição da Rede Viária Florestal (cont.)

Distribuição da Rede Viária Florestal			
Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Rede complementar	BT.3.122	2,60	0,49
	BT.3.123	1,60	0,30
	BT.3.124	0,00	0,00
	BT.3.125	1,50	0,28
	BT.3.126	1,10	0,21
	BT.3.127	0,00	0,00
	BT.3.128	1,40	0,26
	BT.3.129	0,60	0,11
	BT.3.130	1,10	0,21
	BT.3.131	0,70	0,13
	BT.3.132	0,70	0,13
	BT.3.133	0,90	0,17
	BT.3.134	0,70	0,13
	BT.3.135	0,20	0,04
	BT.3.136	1,00	0,19
	BT.3.137	0,80	0,15
	BT.3.138	1,40	0,26
	BT.3.139	0,70	0,13
	BT.3.140	1,10	0,21
	BT.3.141	0,90	0,17
	BT.3.142	0,60	0,11
	BT.3.143	0,50	0,09
	BT.3.144	0,70	0,13
	BT.3.145	0,50	0,09
	BT.3.146	0,20	0,04
	BT.3.147	0,40	0,08
	BT.3.148	0,20	0,04
	BT.3.149	4,10	0,77
	BT.3.150	1,70	0,32
	BT.3.151	2,30	0,43
	BT.3.152	0,90	0,17
	BT.3.153	0,60	0,11
	BT.3.154	1,90	0,36
	BT.3.155	0,90	0,17
	BT.3.156	0,00	0,00
	BT.3.157	0,60	0,11
	BT.3.158	0,20	0,04
	BT.3.159	0,80	0,15
	BT.3.160	0,20	0,04
	BT.3.161	0,90	0,17
	BT.3.162	1,50	0,28
	BT.3.163	0,70	0,13
	BT.3.164	0,80	0,15
	BT.3.165	0,50	0,09
	BT.3.166	1,20	0,23
	BT.3.167	0,00	0,00
	BT.3.168	1,10	0,21
	BT.3.169	1,00	0,19
	BT.3.170	0,20	0,04
	BT.3.171	0,70	0,13
	BT.3.172	0,90	0,17
	BT.3.173	0,00	0,00
	BT.3.174	0,50	0,09
	BT.3.175	1,50	0,28
	BT.3.176	0,90	0,17

TABELA 14 | Distribuição da Rede Viária Florestal (cont.)

Distribuição da Rede Viária Florestal			
Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Rede complementar	BT.3.181	1,10	0,21
	BT.3.182	1,60	0,30
	BT.3.183	1,90	0,36
	BT.3.184	0,70	0,13
	BT.3.185	0,70	0,13
	BT.3.186	1,30	0,24
	BT.3.187	2,80	0,53
	BT.3.188	1,20	0,23
	BT.3.189	0,40	0,08
	BT.3.190	1,00	0,19
	BT.3.191	0,40	0,08
	BT.3.192	1,00	0,19
	BT.3.193	1,30	0,24
	BT.3.194	1,50	0,28
	BT.3.195	0,30	0,06
	BT.3.196	0,50	0,09
	BT.3.197	0,70	0,13
	BT.3.198	0,90	0,17
	BT.3.199	0,40	0,08
	BT.3.200	1,20	0,23
	BT.3.201	2,20	0,41
	BT.3.202	0,70	0,13
	BT.3.203	0,00	0,00
	BT.3.204	3,30	0,62
	BT.3.205	0,70	0,13
	BT.3.206	2,90	0,54
	BT.3.207	2,90	0,54
	BT.3.208	0,00	0,00
	BT.3.209	1,10	0,21
	BT.3.210	1,30	0,24
	BT.3.211	0,90	0,17
	BT.3.212	1,60	0,30
	BT.3.213	1,00	0,19
	BT.3.214	1,20	0,23
	BT.3.215	0,20	0,04
	BT.3.216	0,20	0,04
	BT.3.217	0,40	0,08
	BT.3.218	0,20	0,04
	BT.3.219	1,60	0,30
	BT.3.220	1,20	0,23
	BT.3.221	0,00	0,00
	BT.3.222	0,30	0,06
	BT.3.223	1,60	0,30
	BT.3.224	3,80	0,71
	BT.3.225	0,10	0,02
	BT.3.226	3,10	0,58
	BT.3.227	0,40	0,08
	BT.3.228	1,70	0,32
	BT.3.229	0,60	0,11
	BT.3.230	0,20	0,04
	BT.3.231	0,70	0,13
	BT.3.232	1,20	0,23
	BT.3.233	1,20	0,23
	BT.3.234	0,50	0,09
	BT.3.235	1,50	0,28

TABELA 14 | Distribuição da Rede Viária Florestal (cont.)

Distribuição da Rede Viária Florestal			
Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Rede complementar	BT.3.236	0,90	0,17
	BT.3.237	1,30	0,24
	BT.3.238	0,20	0,04
	BT.3.239	0,50	0,09
	BT.3.240	0,70	0,13
	BT.3.241	0,60	0,11
	BT.3.242	0,40	0,08
	BT.3.243	0,50	0,09
	BT.3.244	0,22	0,04
	BT.3.245	0,50	0,09
	BT.3.246	0,90	0,17
	BT.3.247	0,70	0,13
	BT.3.248	0,50	0,09
	BT.3.249	2,20	0,41
	BT.3.250	0,00	0,00
	BT.3.251	1,80	0,34
	BT.3.252	0,90	0,17
	BT.3.253	1,10	0,21
	BT.3.254	0,40	0,08
	BT.3.255	0,20	0,04
	BT.3.256	1,90	0,36
	BT.3.257	0,00	0,00
	BT.3.258	2,40	0,45
	BT.3.259	0,10	0,02
	BT.3.260	0,00	0,00
	BT.3.261	1,90	0,36
	BT.3.262	1,10	0,21
	BT.3.263	0,10	0,02
	BT.3.264	0,90	0,17
	BT.3.265	0,80	0,15
	BT.3.266	1,80	0,34
	BT.3.267	0,50	0,09
	BT.3.268	2,90	0,54
	BT.3.269	0,20	0,04
	BT.3.270	0,40	0,08
	BT.3.271	0,00	0,00
	BT.3.272	0,70	0,13
	BT.3.273	0,00	0,00
	BT.3.274	1,80	0,34
	BT.3.275	0,10	0,02
	BT.3.276	0,00	0,00
	BT.3.277	1,80	0,34
	BT.3.278	2,30	0,43
	BT.3.279	3,30	0,62
	BT.3.280	1,20	0,23
	BT.3.281	0,70	0,13
	BT.3.282	0,30	0,06
	BT.3.283	0,00	0,00
	BT.3.284	2,80	0,53
	BT.3.285	0,20	0,04
	BT.3.286	0,90	0,17
	BT.3.287	0,60	0,11
	BT.3.288	2,40	0,45
	BT.3.289	1,80	0,34
	BT.3.290	2,70	0,51

TABELA 14 | Distribuição da Rede Viária Florestal (cont.)

Distribuição da Rede Viária Florestal			
Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Rede complementar	BT.3.291	0,10	0,02
	BT.3.292	0,30	0,06
	BT.3.293	2,30	0,43
	BT.3.294	1,30	0,24
	BT.3.295	2,20	0,41
	BT.3.296	0,60	0,11
	BT.3.297	2,50	0,47
	BT.3.298	0,60	0,11
	BT.3.299	5,20	0,98
	BT.3.300	1,90	0,36
	BT.3.301	0,40	0,08
	BT.3.302	0,70	0,13
	BT.3.303	1,80	0,34
	BT.3.304	0,70	0,13
	BT.3.305	0,70	0,13
	BT.3.306	0,60	0,11
	BT.3.307	0,50	0,09
	BT.3.308	1,30	0,24
	BT.3.309	0,00	0,00
	BT.3.310	1,50	0,28
	BT.3.311	0,30	0,06
	BT.3.312	0,70	0,13
	BT.3.313	1,70	0,32
	BT.3.314	1,40	0,26
	BT.3.315	4,00	0,75
	BT.3.316	2,00	0,38
	BT.3.317	1,20	0,23
	BT.3.318	1,80	0,34
	BT.3.319	0,00	0,00
	BT.3.320	0,70	0,13
	BT.3.321	0,00	0,00
	BT.3.322	0,40	0,08
	BT.3.323	1,70	0,32
	BT.3.324	0,40	0,08
	BT.3.325	2,00	0,38
	BT.3.326	0,00	0,00
	BT.3.327	1,50	0,28
	BT.3.328	0,20	0,04
	BT.3.329	2,30	0,43
	BT.3.330	3,60	0,68
	BT.3.331	0,00	0,00
	BT.3.332	0,20	0,04
	BT.3.333	0,00	0,00
	BT.3.334	1,00	0,19
	BT.3.335	0,90	0,17
	BT.3.336	0,40	0,08
	BT.3.337	1,00	0,19
	BT.3.338	1,30	0,24
	BT.3.339	0,50	0,09
	BT.3.340	0,00	0,00
	BT.3.341	2,10	0,39
	BT.3.342	0,30	0,06
	BT.3.343	0,90	0,17
	BT.3.344	1,70	0,32
	BT.3.345	0,40	0,08
	BT.3.346	0,60	0,11

TABELA 14 | Distribuição da Rede Viária Florestal (cont.)

Distribuição da Rede Viária Florestal			
Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
Rede complementar	BT.3.347	0,70	0,13
	BT.3.348	0,80	0,15
	BT.3.349	0,70	0,13
	BT.3.350	0,70	0,13
	BT.3.351	0,10	0,02
	BT.3.352	1,20	0,23
	BT.3.353	0,70	0,13
	BT.3.354	0,20	0,04
	BT.3.355	1,10	0,21
	BT.3.356	0,50	0,09
	BT.3.357	0,90	0,17
	BT.3.358	1,20	0,23
	BT.3.359	0,50	0,09
	BT.3.360	1,10	0,21
	BT.3.361	0,80	0,15
	BT.3.362	0,80	0,15
	BT.3.363	1,00	0,19
	BT.3.364	1,10	0,21
	BT.3.365	1,50	0,28
	BT.3.366	0,10	0,02
	BT.3.367	2,00	0,38
	BT.3.368	0,10	0,02
	BT.3.369	0,20	0,04
	BT.3.370	1,10	0,21
	BT.3.371	0,60	0,11
	BT.3.372	0,80	0,15
	BT.3.373	0,30	0,06
	BT.3.374	3,50	0,66
	BT.3.375	0,00	0,00
	BT.3.376	1,10	0,21
	BT.3.377	4,60	0,86
	BT.3.378	0,00	0,00
	BT.3.379	2,30	0,43
	BT.3.380	0,70	0,13
	BT.3.381	0,70	0,13
	BT.3.382	1,90	0,36
	BT.3.383	1,10	0,21
	BT.3.384	0,60	0,11
	BT.3.385	0,50	0,09
	BT.3.386	0,40	0,08
	BT.3.387	0,40	0,08
	BT.3.388	1,60	0,30
	BT.3.389	0,20	0,04
	BT.3.390	0,90	0,17
	BT.3.391	0,20	0,04
	BT.3.392	0,40	0,08
	BT.3.393	0,40	0,08
	BT.3.394	0,40	0,08
	BT.3.395	0,30	0,06
	BT.3.396	0,60	0,11
	BT.3.397	0,00	0,00
	BT.3.398	1,60	0,30
	BT.3.399	0,20	0,04
	BT.3.400	0,20	0,04
	BT.3.401	0,80	0,15

TABELA 14 | Distribuição da Rede Viária Florestal (cont.)

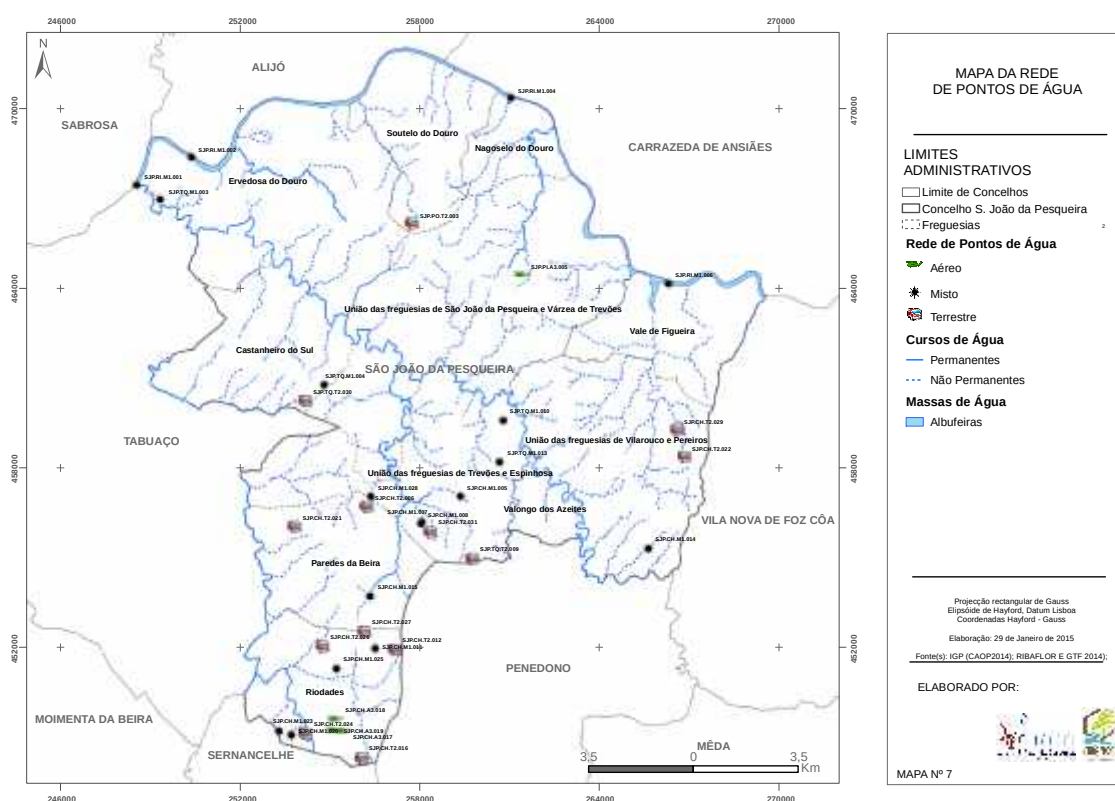
Distribuição da Rede Viária Florestal			
Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
	BT.3.402	0,30	0,06
	BT.3.403	0,40	0,08
	BT.3.404	0,80	0,15
	BT.3.405	0,10	0,02
	BT.3.406	0,30	0,06
	BT.3.407	0,10	0,02
	BT.3.408	0,10	0,02
	BT.3.409	0,50	0,09
	BT.3.410	1,00	0,19
	BT.3.411	0,10	0,02
	BT.3.412	0,20	0,04
	BT.3.413	1,00	0,19
	BT.3.414	0,60	0,11
	BT.3.415	0,30	0,06
	BT.3.416	0,40	0,08
	BT.3.417	1,90	0,36
	BT.3.418	0,40	0,08
	BT.3.419	0,40	0,08
	BT.3.420	0,60	0,11
	BT.3.421	0,70	0,13
	BT.3.422	1,30	0,24
	EM 501	2,40	0,45
	EM 502	4,50	0,13
Total RVF 1ª ordem		7,70	1,45
Total RVF 2ª ordem		111,60	20,95
Total RVF Rede complementar		413,30	77,60
Total RVF		532,60	-

4.1.1.3 Rede de Pontos de Água

A rede de pontos de água é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água. Os pontos de água como infra-estrutura de combate terão que estar absolutamente operacionais, uma vez que a sua importância é estratégica e fundamental para que essa acção de combate possa ser concretizada de uma forma rápida e eficaz reduzindo desse modo a área percorrida pelos incêndios florestais. O problema do acesso aos pontos de água coloca-se sobretudo aos meios aéreos, pois em grande parte destes pontos de água, designadamente nas charcas, frequente se encontra na proximidade, árvores, fios elétricos / telefone que dificultam ou impossibilitam o abastecimento dos helicópteros.

A distribuição deste tipo de infra-estruturas por todo o concelho deve ser a mais homogénea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios de combate.

MAPA 07 | Rede de Pontos de Água



No mapa de pontos de água apresentado, figuram as estruturas atualmente sinalizadas, estando na sua totalidade validadas no terreno, sendo também contemplados mais dois

pontos de água a construir. Esta fase de validação, durante o ano de 2015 incidiu sobre os pontos de água que se consideraram com maior importância estratégica ao nível da DFCI. No total de 35 pontos de água considerados, constituem um volume de disponibilidade no valor de 57 246 803,25 m³.

Verifica-se no entanto que é nas freguesias localizadas a sul do concelho que se encontra o maior número de pontos de água, principalmente na área geográfica da União de Freguesias de Trevões e Espinhosa, Paredes da Beira e Riodades. No que se refere ao norte do concelho, destaca-se o facto do rio Douro banhar todas as freguesias aí localizadas tornando-se um aspeto de grande relevância para este quadrante.

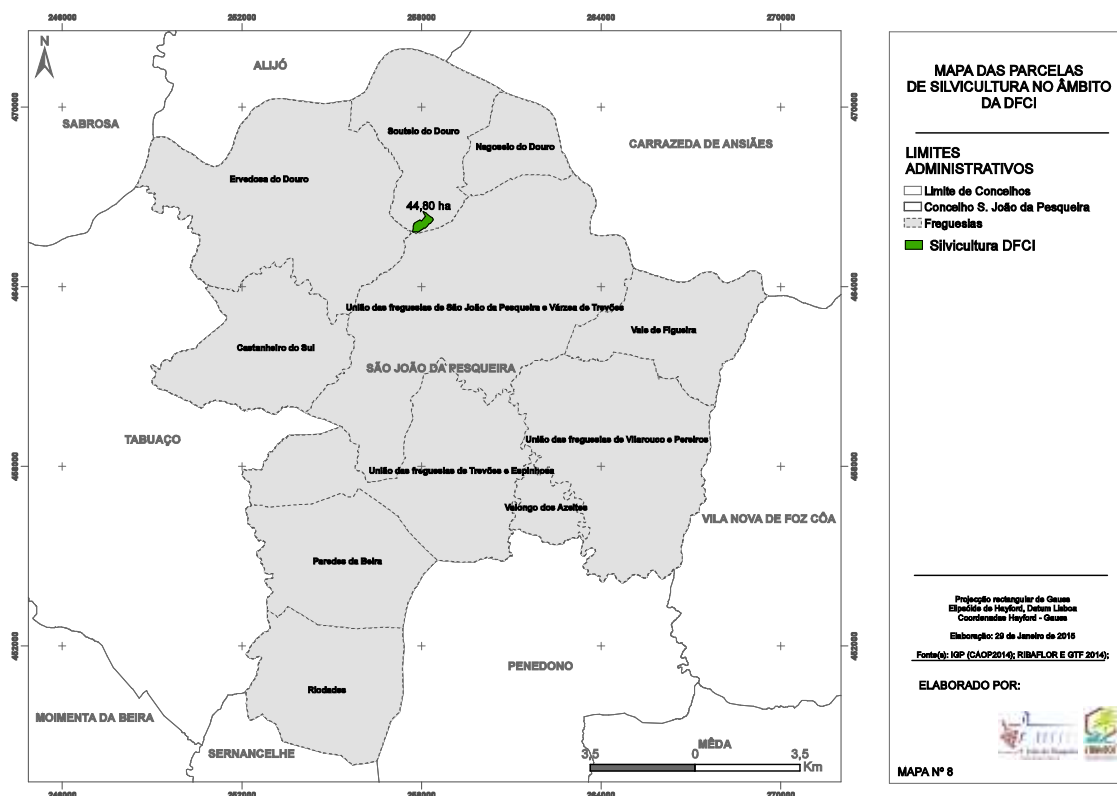
Tabela 15 | Capacidade da rede de pontos de água

Capacidade da Rede de Pontos de Água			
ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Volume máximo (m ³)
1	222	Rio Douro - Bateiras	21000000,00
2	222	Rio Douro - Carvalhas	21000000,00
3	112	Poço - Reboredo	30,00
4	222	Rio Douro – S. Martinho	65000,00
5	113	Piscina Municipal	600,00
6	222	Rio Douro - Ferradosa	15000000,00
7	114	Tanque de rega – Sta Bárbara	177,00
8	114	Tanque de rega - Pisco	450,00
9	214	Charca da Laceira	34800,00
10	214	Charca	14520,00
11	214	Charca Noval A	4800,00
12	214	Charca Noval D	2250,00
13	114	Tanque de rega – Qt ^a José Bastos	551,25
14	114	Tanque de rega – Qta das Seixas	180,00
15	214	Charca – Moita dos Fornos	22500,00
16	214	Charca – Qt ^a do Canhoto	1800,00
17	114	Tanque de rega – Qt ^a do Grilo	180,00
18	214	Charca - Pereiros	10000,00
19	214	Charca-Grande Paredes	32 000,00
20	214	Charca-3 Concelhos	750,00
21	214	Charca –Quinta da Pardada C	7 200,00
22	214	Charca –Quinta da Pardada A	5 500,00
23	214	Charca –Quinta da Pardada B	6 000,00
24	214	Charca - Nova	2 400,00
25	214	Charca – Vale do Coelho	2 000,00
26	214	Charca – Viso	675,00
27	214	Charca – Sapatinho	675,00
28	214	Charca do Amieiral	3 500,00
29	214	Charca dos Fornos	90,00
30	214	Charca – Qt ^a do Serrezinho	5250,00
31	214	Charca	1575,00
32	214	Charca da Barrica	3200,00
33	214	Charca - Viso 2	5250,00
34	114	Tanque de rega	400,00
35	214	Charca	12500,00
Total			57246803,25
Área de espaços florestais do concelho (floresta + inculto) (ha)			11 643,5
Densidade de pontos de água (n.º/ha)			0,003

4.1.1.4 Silvicultura no âmbito de DFCI

As parcelas sujeitas a silvicultura no âmbito da DFCI, executadas no último ano (2014), estão representadas no mapa seguinte.

MAPA 08 | Parcelas de Silvicultura no âmbito da DFCI

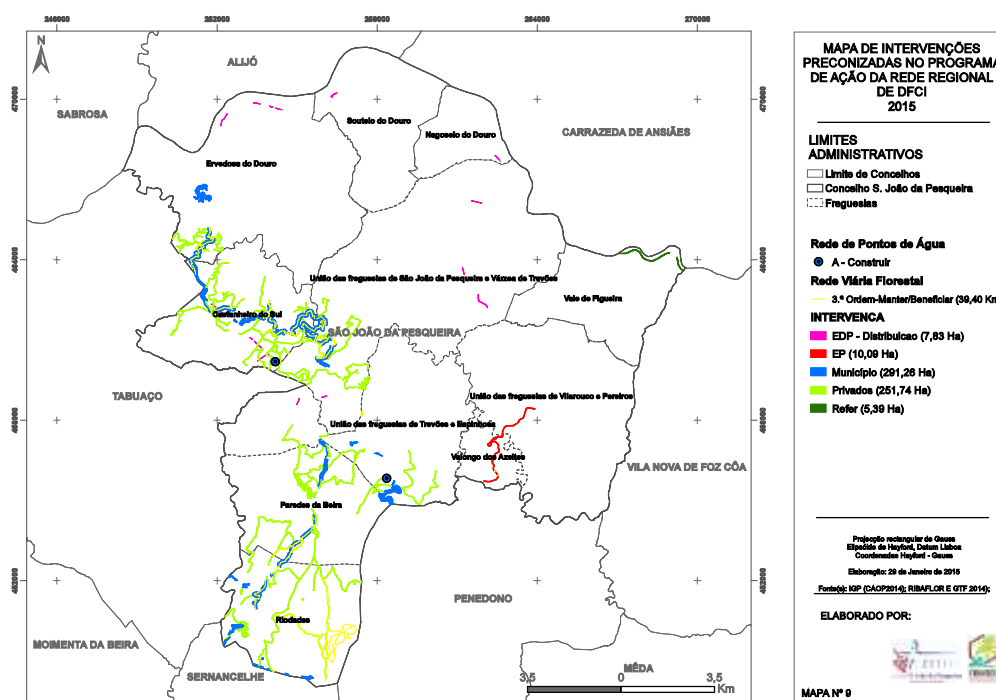


4.1.2 Planeamento das ações

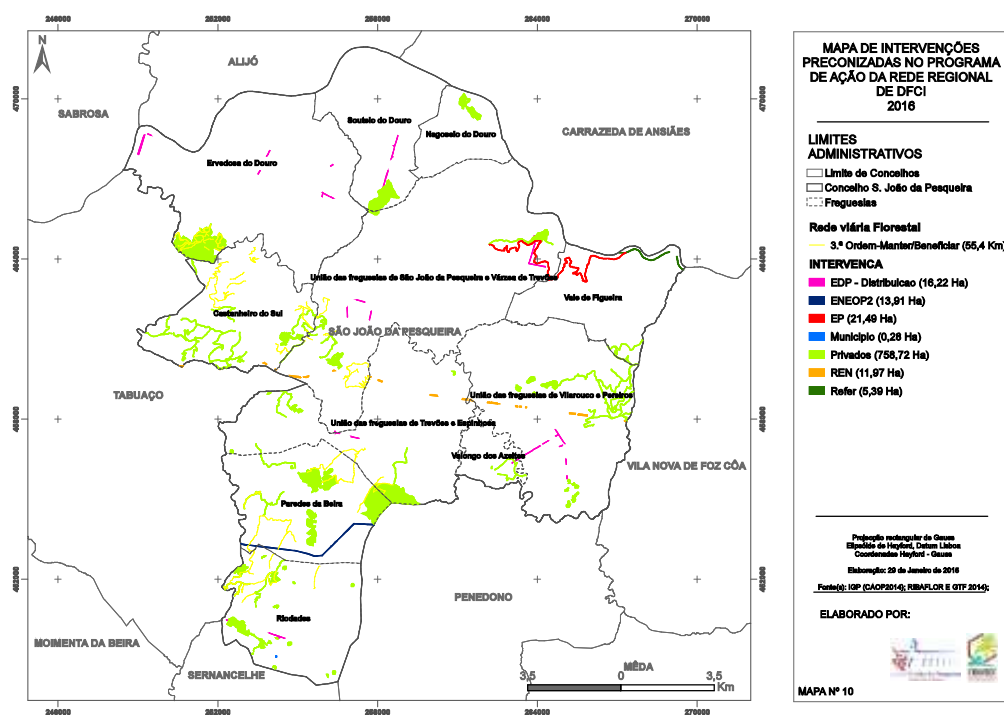
4.1.2.1 Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

As Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas estão distribuídas anualmente segundo os mapas seguintes:

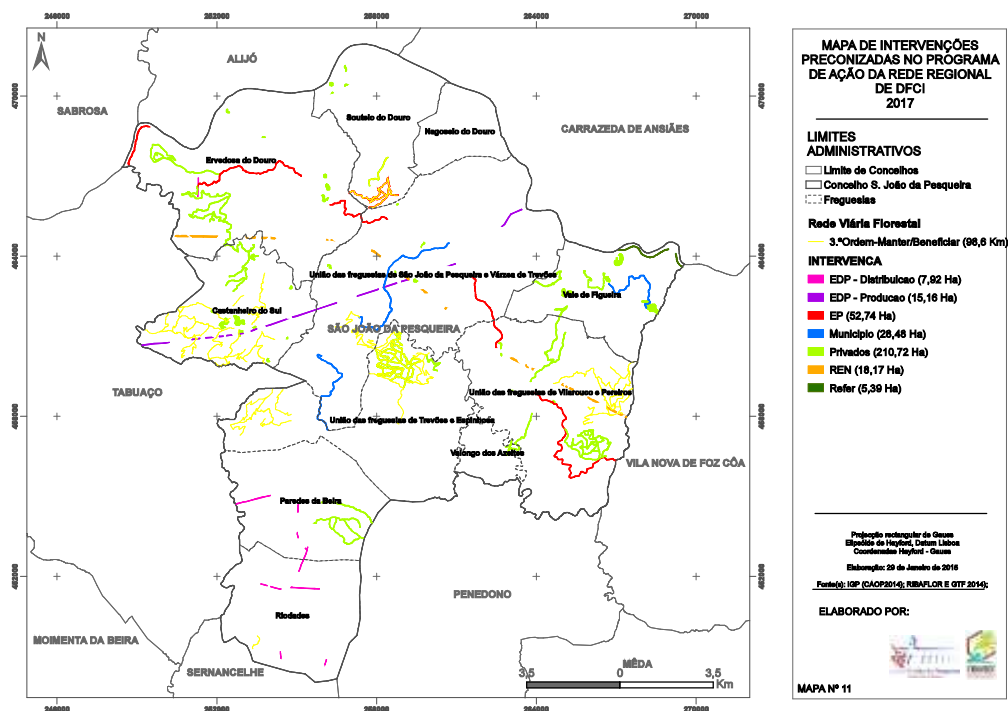
MAPA 09 | Intervenções preconizadas no programa de ação da rede regional de DFCI-2015



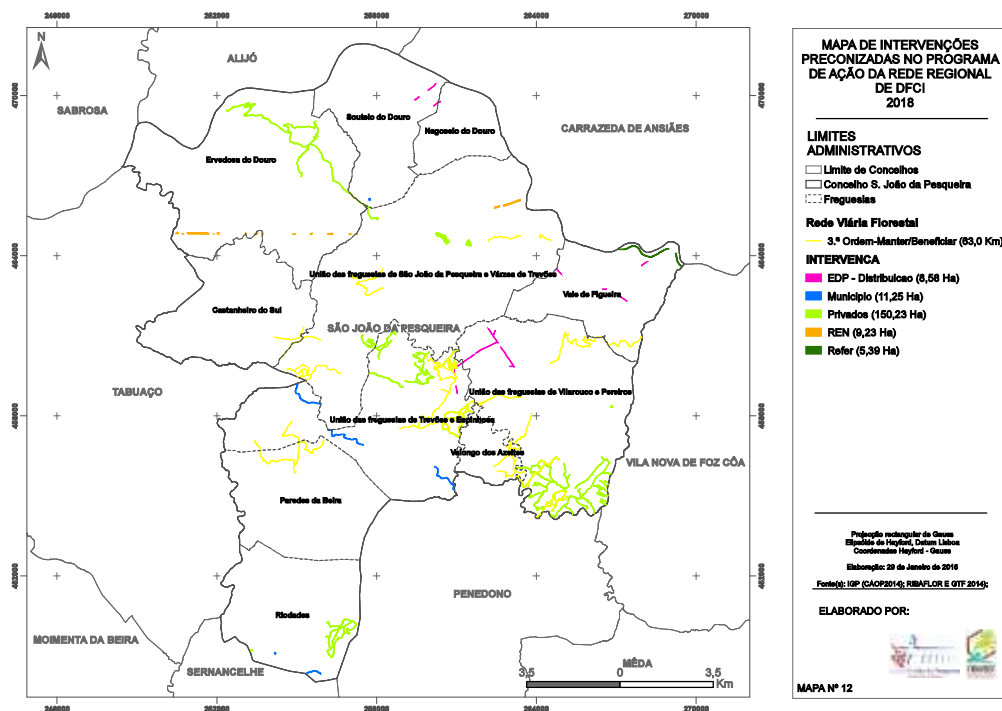
MAPA 10 | Intervenções preconizadas no programa de ação da rede regional de DFCI - 2016



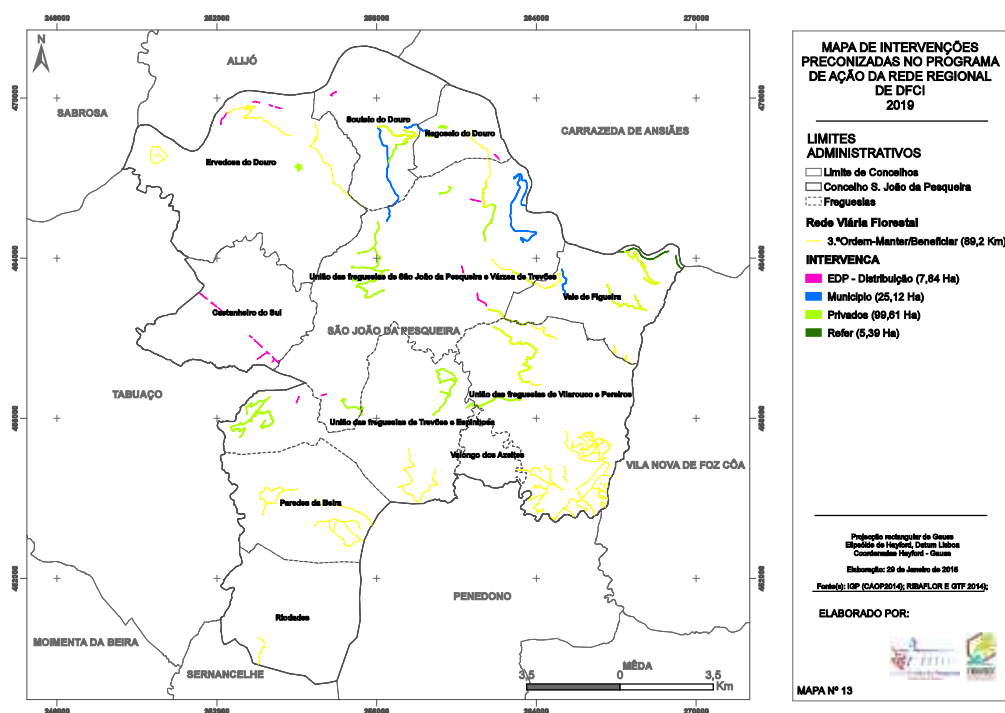
MAPA 11 | Intervenções preconizadas no programa de ação da rede regional de DFCI - 2017



MAPA 12 | Intervenções preconizadas no programa de ação da rede regional de DFCI - 2018



MAPA 13 | Intervenções preconizadas no programa de ação da rede regional de DFCI – 2019



Uma vez que este concelho faz fronteira com outros, o sucesso alcançado pela implementação destas medidas DFCI estará sempre dependente do trabalho levado a cabo nos restantes concelhos limítrofes com este, e vice-versa.

As principais infraestruturas DFCI mais afetadas pela sua continuidade em concelhos vizinhos são as que estão relacionadas com as vias de comunicação, especificamente com a rede viária florestal, rede elétrica e com a rede primária. Uma vez que os incêndios florestais não se confinam a um só concelho, serão necessários esforços por parte dos concelhos contíguos, de forma a conferirem continuidade à RDFCI ao longo do território.

A estratégia adotada para o concelho de São João da Pesqueira para otimizar os meios e os custos das ações envolvidas, passa por concentrar os esforços das várias entidades responsáveis e atuar em conjunto.

No que diz respeito aos trabalhos da responsabilidade do Município, os principais constrangimentos apontados para a sua execução prendem-se com os meios de execução e com os meios de financiamento. A autarquia não dispõe de meios humanos suficientes pelo que será obrigatória a contratação de uma empresa prestadora de serviços. Os custos envolverão meios de financiamento da Autarquia, que, devido à situação de cortes orçamentais, terá que candidatar grande parte dos trabalhos a fundos comunitários de

financiamento. Assim, grande parte da execução estará dependente das candidaturas apresentadas e sua aprovação. Neste sentido, o Município fez já candidaturas no âmbito do Proder ainda em 2014, para a execução de faixas de gestão de combustível de rede secundária e rede primária com a inclusão também de regularização de piso nos troços associados à rede primária.

Uma percentagem ainda significativa de FGC a executar diz respeito às faixas de proteção a edificações integradas em espaços rurais e a aglomerados populacionais, da responsabilidade dos proprietários em causa. Neste campo, é aconselhável proceder a uma série de ações de sensibilização e de aconselhamento aos proprietários, para que estes sejam conhecedores das opções que poderão tomar em relação à gestão florestal dos seus terrenos, confinantes a habitações.

Foram também marcados alguns mosaicos de parcelas de gestão de combustível, de forma estratégica, que poderão ser úteis no combate a incêndios, ficando a sua gestão ao encargo das Juntas de Freguesia ou Município, dependente essencialmente de candidaturas que se possam vir a efetuar no âmbito do novo quadro comunitário, uma vez que também estes mosaicos são maioritariamente de carácter privado.

Em relação às faixas de gestão de combustível da rede elétrica de média, alta e muito alta tensão e rede ferroviária, as entidades responsáveis têm assegurado a sua execução e manutenção através de empresas prestadoras de serviços.

Relativamente à manutenção da rede viária florestal, na maioria das vezes, esta tem vindo a ser assegurada pelo Município, sendo que nem sempre dispõe de disponibilidade financeira, para a execução destes trabalhos, como foi referido anteriormente, pelo que a sua execução estará dependente também de candidaturas a fundos nacionais e comunitários. Como já foi referido, parte da rede secundária foi também candidatada ao Proder por este Município.

No que se refere aos pontos de água, o Município tem feito um esforço para manter as infraestruturas operacionais que são da sua responsabilidade, pelo que a gestão de combustível é assegurada pela equipa de sapadores florestais e a beneficiação da estrutura quando possível, por meios próprios da autarquia ou recorrendo também a candidaturas para o efeito. No entanto a maioria dos pontos de água são particulares pelo que a manutenção é da responsabilidade dos mesmos.

4.1.2.2 Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de Parcela de Gestão de Combustível

Tabela 16 | Intervenções na rede de FGC para o quinquénio 2015-2019

Intervenções na Rede de FGC para 2015-2019									
Código da descrição da faixa/ mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv. (ha)	Área total s/nec. de interv. (ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
					2015	2016	2017	2018	2019
1	Edifícios	42,65	0,00	42,65	0,00	25,85	16,80	0,00	0,00
2	Aglomerados populacionais	114,97	0,00	114,97	29,37	27,33	42,53	9,17	6,57
3	Parque industrial	0,45	0,00	0,45	0,00	0,00	0,45	0,00	0,00
4	Rede viária florestal	905,41	0,00	905,41	231,64	172,25	232,17	151,19	118,16
5	Rede Ferroviária	26,95	0,00	26,95	5,39	5,39	5,39	5,39	5,39
7	Rede elétrica em muito alta tensão	39,37	0,00	39,37	0,00	11,97	18,17	9,23	0,00
8	Rede primária	290,98	0,00	290,98	29,98	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Rede elétrica em média tensão	47,13	0,00	47,13	7,84	16,00	7,91	7,54	7,84
11	Mosaicos	554,22	0,00	554,22	0,00	554,22	0,00	0,00	0,00
12	Rede de pontos de água	3,02	0,00	3,02	1,12	0,78	0,00	1,12	0,00
13	Rede elétrica em alta tensão	30,33	0,00	30,33	0,00	14,13	15,16	1,04	0,00
Total (ha)		2 055,48	0,00	2 055,48	566,34	827,92	338,58	184,68	137,96

Regras de Edificação

Relativamente à definição de regras para as novas edificações no espaço florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar na sua implantação do terreno, as regras de acordo com o Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 17/2009 de 14 de Janeiro, considerando:

1. Proteção e Condicionalismo à Habitação:

De acordo com o n.º 2 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) com risco de incêndio (mapa de perigosidade) das classes altas ou muito altas, sem prejuízo das infra-estruturas definidas nas Redes Regionais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI).

Assim, e para efeitos do n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, consideram-se os seguintes condicionalismos à edificação, para vigorarem na área do Concelho de São João da Pesqueira, durante o período de vigência do PMDFCI.

1.1 Faixa de Proteção às Edificações:

- a) Em espaço florestal ou com ele confinante, as novas edificações têm que salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;
- b) As novas edificações em espaço rural, não florestal, localizadas nas zonas classificadas no PMDFCI como **Muito Baixo, Baixo e Médio Risco de Perigosidade de Incêndio**, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção de **10m, 15m e 20 m**, respetivamente, desde que esteja assegurada uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas);
- c) As faixas de proteção às novas edificações, tem de estar inseridas nas propriedades de que são titulares, ou seja, em terreno pertencente ao proprietário da edificação, para que o ónus da gestão de combustível da rede secundária (nº 2 do artigo 15º. Do DL 124/2006) não seja transferido para terceiros;
- d) Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de protecção inserida em rede secundária já existente, a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para proteção dessa edificação.

1.2 Gestão de combustível na faixa de proteção:

- a) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo.
- b) No estrato arbustivo e subarbustivo, deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infraestrutura e o limite externo da faixa de gestão de combustíveis.
- c) Os estratos arbóreo, arbustivo e subarbustivo remanescentes devem ser organizados espacialmente por forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis.
- d) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.

e) Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.

f) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrados de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

4.1.2.3 Rede Viária Florestal

Tabela 17 | Intervenções na RVF para o quinquénio 2015-2019

Rede DFCI	RVF (com necessidade de intervenção) (KM)	RVF (sem necessidade de intervenção) (KM)	RVF Total (KM)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (KM)				
				2015	2016	2017	2018	2019
Rede Complementar	336,60	76,70	413,30	39,40	55,40	98,60	63,00	89,20
Total	336,60	76,70	413,30	39,40	55,40	98,60	63,00	89,20

No mapa e quadros anteriormente apresentados figuram apenas a rede viária relativa aos caminhos florestais de terra batida, que vão ser sujeitos a manutenção. Não se considerou a rede viária nacional e municipal alcatroadas.

4.1.2.4 Rede de Pontos de Água

Tabela 18 | Intervenções (manutenção) da rede de pontos de água para o quinquénio 2015-2019

Intervenções (manutenção) da Rede de Pontos de Água para 2015-2019									
ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Classe PA	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção (C- Construir e/ou M – Manter/Beneficiar)				
					2015	2016	2017	2018	2019
34	114	Tanque	Terrestre	400	C				
35	214	Charca	Terrestre	600	C				

Face ao bom estado e operacionalidade de todos os pontos de água existentes, só foi considerada necessária a construção dos pontos de água descritos anteriormente, salvaguardando sempre a sua execução mediante financiamento para o efeito.

4.1.3 Metas e Indicadores, Estimativas de Orçamento e Responsabilidades

Tabela 19 | Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais									
Acção		Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					
				2015	2016	2017	2018	2019	Total
Rede de faixas de gestão de combustíveis	1	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	-	25,85	16,80	-	-	42,65
	2		ha	29,37	27,33	42,53	9,17	6,57	114,97
	3		ha	-	-	0,45	-	-	0,45
	4		ha	231,64	172,25	232,17	151,19	118,16	905,41
	5		ha	5,39	5,39	5,39	5,39	5,39	26,95
	7		ha	-	11,97	18,17	9,23	-	39,37
	8		ha	290,98	-	-	-	-	290,98
	10		ha	7,84	16,00	7,91	7,54	7,84	47,13
	11		ha	-	554,22	-	-	-	554,22
	12		ha	1,12	0,78	-	1,12	-	3,02
	13		ha	-	14,13	15,16	1,04	-	30,33
Construção e Manutenção da RVF	3	Beneficiação da rede viária florestal	Km	39,40	55,40	98,60	63,00	89,20	345,60
Construção dos PA	T	Construção de dois pontos de água	n.º	1	-	-	-	-	1
	T		n.º	1	-	-	-	-	1

Tabela 20 | Estimativa de orçamento (Euros) e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Estimativa de Orçamento (Euros) e Responsáveis – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais								
Acção		Responsáveis	Indicadores mensuráveis					
			2015	2016	2017	2018	2019	Total
Rede de faixas de gestão de combustíveis	1	Privados	-	25850	16800	-	-	42650
	2	Privados	29370	27330	42530	9170	6570	114970
	3	Parque Industrial	-	-	540	-	-	540
	4	Privados; Município; EP	231640	140048	189472	123560	95568	780288
	5	REFER	4312	4312	4312	4312	4312	21560
	7	REN	-	14364	21804	11076	-	47244
	8	Município/Outros	349176	-	-	-	-	349176
	10	EDP	9408	19200	9492	9048	9408	56556
	11	Juntas de Freguesia; Município	-	665064	-	-	-	665064
	12	Município; Privados	672	468	-	672	-	1812
	13	EDP; ENEOP2	-	16956	18192	1248	-	36396
Construção e Manutenção da RVF	3	Município	78800	110800	197200	126000	178400	691200
Construção dos PA	T	Privados	15000	-	-	-	-	15000
	T	Junta de Freguesia	19000	-	-	-	-	19000
Total			737378	1024392	500342	285086	294258	2841456

Os valores apresentados são de referência e têm por base os valores atualmente praticados pelos prestadores de serviços nas áreas em causa.

No que diz respeito às áreas cuja responsabilidade é da Câmara Municipal verificam-se ser orçamentos extremamente elevados não tendo o Município capacidade financeira para a

sua total execução pelo que, se está dependente de candidaturas a fundos nacionais e comunitários, como já foi referido anteriormente.

4.2 2º EIXO ESTRATÉGICO - REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

4.2.1 Avaliação

4.2.1.1 Comportamentos de Risco

Tabela 21 | Comportamentos de risco

Comportamento de Risco					
Grupo alvo	O quê?	Como?	Onde?	Quando	O quê?
Pastores	Renovação de Pastagens	Queima de matos e herbáceas	Pereiros	Abril	23/04
População	Vandalismo	Fogo por prazer de destruir	Riodades	Julho	15/07
Caçadores	Conflitos de caça	Incêndios originados por conflitos motivados pelo regime cinegético	Trevões	Julho	21/07
Agricultores	Limpeza de solo Agrícola	Queima de combustíveis agrícolas	Ervedosa do Douro	Outubro	02/10
Agricultores	Borralheiras	Queima de restos de agricultura	São João da Pesqueira	Março	24/03
Crianças	Brincadeira de crianças	Brincadeiras várias que dão origem a ignições	Vilarouco	Agosto	07/08
População	Limpeza de caminhos, acessos e instalações	Queima de combustíveis que invadem casa, terrenos, acessos, caminhos, estradões, outros	Vale de Figueira	Junho	02/06
Festeiros	Festa em Honra do Mártir S. Sebastião	Uso de fogo-de-artifício	S. João Pesqueira	Janeiro	20
	Festa em Honra de S. Gonçalo	Uso de fogo-de-artifício	Riodades	Janeiro	25 e 26
	Festa em Honra de S. Vicente	Uso de fogo-de-artifício	Ervedosa do Douro	Janeiro	3º fim de semana
	Festa dos Saberes e Sabores do Douro	Uso de fogo-de-artifício	S. João Pesqueira	Fevereiro / Março	2ª quin. Fev. e 1ª fim se Março
	Festa em Honra da Sta Marinha	Uso de fogo-de-artifício	Soutelo do Douro	Abril	2ª feira de Páscoa
	Festa em Honra da Sra do Rosário	Uso de fogo-de-artifício	S. João Pesqueira	Abril	2ª feira de páscoa
	Festa em Honra da Sta Barbara	Uso de fogo-de-artifício	Ervedosa do Douro	Maio	3
	Festa em Honra da Sta Cruz	Uso de fogo-de-artifício	S. João Pesqueira	Maio	3
	Festa em Honra da S. Domingos	Uso de fogo-de-artifício	Castanheiro do Sul	Maio	3
	Festa em Honra da S. Salvador Mundo	Uso de fogo-de-artifício	S. João Pesqueira	Junho	Corpo de Deus
	Festa em Honra da Sta Maria Madalena	Uso de fogo-de-artifício	Nagozelo do Douro	Junho	22
	Festa em Honra da S. João	Uso de fogo-de-artifício	S. João Pesqueira	Junho	23 e 24
	Festa em Honra da Sta António	Uso de fogo-de-artifício	Vale de Figueira	Junho	13
	Festa em Honra da S. Paio	Uso de fogo-de-artifício	Trevões	Junho	25 e 26
	Festa em Honra da Sta Barbara	Uso de fogo-de-artifício	Ervedosa do Douro	Junho	28 e 29
	Festa em Honra da S. Salvador Mundo	Uso de fogo-de-artifício	Ervedosa do Douro	Agosto	6

Comportamento de Risco					
Grupo alvo	O quê?	Como?	Onde?	Quando	O quê?
Festeiros	Festa em Honra da Sra do Rosário	Uso de fogo-de-artifício	Vale de Figueira	Agosto	1º fim de semana
	Festa em Honra da Sra da Nassa	Uso de fogo-de-artifício	Soutelo do Douro	Agosto	1º fim de semana
	Semana Cultural	Uso de fogo-de-artifício	Trevões	Agosto	1ª semana
	Festa em Honra da Sta Barbara	Uso de fogo-de-artifício	Ervedosa do Douro	Agosto	2º fim de semana
	Festa em Honra da S. Salvador	Uso de fogo-de-artifício	Pereiros	Agosto	1º fim de semana
	Festa em Honra do Sr. dos Aflitos	Uso de fogo-de-artifício	Espinhosa	Agosto	2º fim de semana
	Festa em Honra da Sra da Alegria	Uso de fogo-de-artifício	Riodades	Agosto	11 a 13
	Festa em Honra da Sra da Assunção	Uso de fogo-de-artifício	Castanheiro do Sul	Agosto	15
	Festa em Honra da Sra de Fátima	Uso de fogo-de-artifício	Vale de Figueira	Agosto	16 a 18
	Festa em Honra da S. Bartolomeu	Uso de fogo-de-artifício	Paredes da Beira	Agosto	23 a 25
	Festa em Honra da S. Bartolomeu	Uso de fogo-de-artifício	Vilarouco	Agosto	24
	Festa em Honra do Sr. dos Remédios	Uso de fogo-de-artifício	S. João Pesqueira	Agosto	último fim de semana
	Festa em Honra da Sta Barbara	Uso de fogo-de-artifício	Valongo do Azeites	Agosto	Variável
	Feira da Senhora do Monte	Uso de fogo-de-artifício	S. João Pesqueira	Setembro	1
	Vindouro	Uso de fogo-de-artifício	S. João Pesqueira	Setembro	Variável
	Festa em Honra da Sta Catarina	Uso de fogo-de-artifício	Valongo do Azeites	Novembro	25
	Festa em Honra da Sta Barbara	Uso de fogo-de-artifício	Castanheiro do Sul	Dezembro	4
	Festa em Honra da Sta Barbara	Uso de fogo-de-artifício	Valongo do Azeites	Dezembro	4
	Festa em Honra da Sta Luzia	Uso de fogo-de-artifício	Pereiros	Dezembro	13
	Festa em Honra da Sra de Lurdes	Uso de fogo-de-artifício	Nagoselo do Douro	Abril	2ª feira de Páscoa
Apicultor	Realização de fumigação	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão
Proprietários Florestais / Agricultor	Realização de queima de sobranes	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão

A tabela apresentada é baseada no histórico dos incêndios apresentado no Caderno I, contendo também outras situações inerentes de risco incêndio que achamos pertinentes, nomeadamente, as festas do Concelho, a apicultura e trabalhos realizados por proprietários florestais e agricultores de queima de sobranes.

Apresentam-se aqui também exemplos de algumas situações concretas, que ocorreram no Concelho tendo sido identificadas as causas, nomeadamente no que diz respeito a renovação de pastagens, vandalismo, conflitos de caça, limpeza do solo agrícola,

borralheiras, brincadeiras de criança e limpeza de caminhos, acessos e instalações, pelo que sabemos que existem mais ocorrências com este tipo de causas.

4.2.2.1 Fiscalização

Não foi possível estabelecer um diagnóstico de acordo com o solicitado no guia de elaboração do PMDFCI, uma vez que não houve autos levantados nem qualquer outro tipo de contra ordenação relativamente ao último ano de 2014, pelo que no quadro seguinte apenas se referem as informações disponíveis.

Tabela 22 | Fiscalização

Área de Actuação	Grupo Alvo	Período de Actuação	Entidade responsável	Meios Envolvidos		Actividade Desenvolvida
				Recursos Humanos	Recursos Materiais	
Todo o concelho	Todos	Todo o ano	Município - GTF	1	1 viatura	Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais/agrícolas
			GNR - SEPNA	21	6 viaturas	Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais/agrícolas
			GNR - GIPS	65	12 viaturas	Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais/agrícolas

4.2.2 Planeamento das ações do 2º Eixo Estratégico

4.2.2.1 Sensibilização da População

Adaptando-nos à realidade e ao resultado do conhecimento geral dos grupos-alvo apresentam-se as possíveis ações a ser desenvolvidas, neste concelho, no âmbito deste eixo estratégico.

Objetivo Estratégico: Conceber uma Campanha de Sensibilização destinada a educar e sensibilizar a população deste concelho, perspetivando a melhoria e o conhecimento das causas dos incêndios e as suas motivações.

Objetivos operacionais: A Campanha de Sensibilização dirigir-se-á à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, Caçadores e Proprietários/Produtores Florestais. É alvo desta sensibilização também a população escolar educando e sensibilizando as crianças em idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

Salientam-se ainda outros objetivos que se enquadram no âmbito deste plano de sensibilização, tais como:

- preservar o património florestal comum, em especial, a sensibilização para as questões florestais neste concelho;

- contribuir para saber viver e reconhecer a floresta enquanto elemento essencial para o equilíbrio ecológico e ambiental;
- fazer perceber a floresta enquanto riqueza nacional e fomentar o espírito de cidadania.

Assim, torna-se necessário divulgar e sensibilizar a população para todos os riscos inerentes a uma floresta mal cuidada, não se aceitando esta realidade como um fatalismo, valendo a pena equacionar a hipótese de que todos podemos e devemos proteger um bem comum e vital.

As atividades que constituem o plano de ação decorrerão enquadradas com o cronograma que se apresentará mais adiante. No período anterior foram efetuadas algumas sessões de sensibilização tendo esta câmara através do GTF diligenciado ações de sensibilização por todo o concelho, no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios com sensibilização direta aos pastores e comemorando o dia Mundial da Floresta através da realização de concursos de desenho nas escolas. Preconizam-se novamente ações de sensibilização para o Concelho, salvaguardando sempre que estão sujeitas e dependentes da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

A sensibilização que se pretende realizar apresenta várias iniciativas:

- I. Elaborar panfletos e material didático;
- II. Realizar ciclos de sessões de sensibilização nas juntas de freguesia;
- III. Realizar ciclos de sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, assinalando e comemorando datas especiais – 21 de Março (Dia Mundial da Floresta).

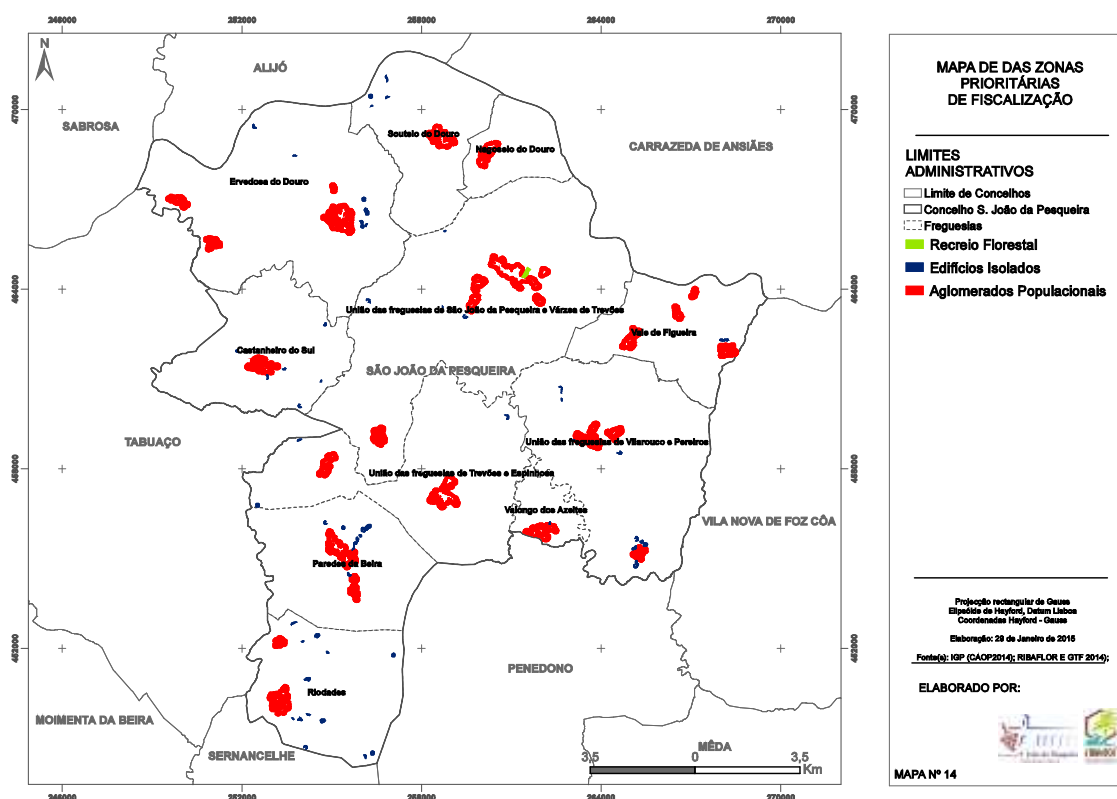
Tabela 23 | Sensibilização da população - ações de sensibilização

Sensibilização da População - Ações de Sensibilização								
Acção	Data	Local	Objetivos	Indicadores				
				2015	2016	2017	2018	2019
Elaboração de panfletos e material didático	Antes do Período Crítico	Juntas de Freguesia e Centros Escolares	Pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.	Conceção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático	50 cartazes /1000 desdobráveis/500 autocolantes /1000 t-shirts e 1000 bonés	Conceção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático	50 cartazes 1000 desdobráveis 500 autocolantes 1000 t-shirts 1000 bonés	Conceção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático
Ações de Sensibilização nas Juntas de Freguesia	Antes do Período Crítico	As cinco freguesias de maior concentração populacional	Sensibilizar os agricultores/pastores/ população rural e população em geral (incluindo campistas/turistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	Arborizações florestais e Manifestos de Exploração Florestal	Uso do fogo durante o período crítico	Educação ambiental e florestal	Uso do fogo durante o período crítico	Educação ambiental e florestal
Sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	21 de Março	Centros Escolares de São João da Pesqueira	Com a realização destas sessões pretende-se contribuir para a sensibilização e informação dos alunos para a importância da floresta e sua protecção, com ênfase na prevenção dos incêndios florestais.	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta

4.2.2.2 Fiscalização

Apesar de se considerar todo o Concelho prioritário em termos de fiscalização, foram identificadas as zonas que o Município considera prioritárias, tendo em conta o histórico e causalidade dos incêndios florestais deste Concelho. Destacam-se assim as zonas de recreio florestal, edifícios isoladas e aglomerados populacionais. Dentro dos aglomerados populacionais, e tendo em conta as causas dos incêndios no Concelho de São João da Pesqueira, foram considerados também aqueles que se encontram rodeados por áreas agrícolas, onde se registaram ocorrências pela utilização do uso de fogo na queima de resíduos.

MAPA 14 | Zonas prioritárias de fiscalização



4.2.3 Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização

No enquadramento em que a floresta portuguesa é encarada como uma efectiva prioridade nacional, e regional, importa mudar profundamente a relação da sociedade com a floresta, agindo de forma concertada no sector florestal e criando condições para a implementação de ações de natureza estrutural cuja concretização imediata se impõe face à necessidade de dar primazia à gestão e preservação do património florestal existente em harmonia com as atividades humanas.

Sendo assim a sensibilização dos cidadãos para o risco de ignição, propagação de incêndios e para a importância da fileira florestal é um importante objetivo deste plano.

Para que a sensibilização seja eficaz torna-se necessário efetuar um estudo para determinar os grupos-alvo de modo a poder-se efetuar um melhor planeamento das ações a implementar junto de cada grupo.

Tabela 24 | Sensibilização da população - metas e indicadores

Sensibilização da População – Metas e Indicadores						
Acção	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Elaboração de panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as acções de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.	Concepção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático	50 cartazes /1000 desdobráveis/ 500 autocolantes /1000 t-shirts e 1000 bonés	Concepção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático	50 cartazes /1000 desdobráveis/ 500 autocolantes /1000 t-shirts e 1000 bonés	2000 panfletos 1500 lápis
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta atividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma activa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a actualidade, as sessões anuais devem abordar sub temas da sensibilização estruturante.	5 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	5 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	5 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	5 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal	5 sessões de forma a poder abranger todo o concelho concentrando as sessões nos locais com maior população e de maior importância florestal
Realizar sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as actividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de Março) Esta actividade contempla diversas acções, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	Escolha de 2 freguesias / escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias / escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias / escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias / escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano	Escolha de 2 freguesias / escolas, que se mostrem as mais adequadas para receber as comemorações no presente ano

Relativamente à fiscalização torna-se difícil no momento estabelecer metas e indicadores uma vez que deveríamos trabalhar sobre o estudo diagnóstico que não pôde ser efetuado devido à limitação nos dados disponíveis.

Tabela 25 | Fiscalização - metas e indicadores

Fiscalização - Metas e Indicadores						
Acção	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Fiscalização das atividades relacionadas com o fogo em espaços florestais/agrícolas	Redução do nº de incêndios	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências	Reduzir em 10% dos incêndios nas Freguesias com maior nº de ocorrências

Tabela 26 | Sensibilização da população - estimativa de orçamento e responsáveis

Sensibilização da População – Metas e Indicadores							
Acção	Metas	Responsáveis	Orçamento (Euros)				
			2015	2016	2017	2018	2019
Elaboração panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as acções de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCL)	500	2 500	500	2 500	1 000
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta actividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma activa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a actualidade, as sessões anuais devem abordar sub temas da sensibilização estruturante.	GTF(em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCL)	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000
Realizar sessões de sensibilização nas escolas do 1º ciclo do ensino básico	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as actividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de Março) Esta actividade contempla diversas acções, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCL)	600	600	600	600	600
Total			3 100	5 100	3 100	5 100	3 600

Como se pode observar pelo quadro atrás apresentado a responsabilidade da sensibilização preconizada passa pelo Município sendo que, para fazer face às despesas a Câmara irá estar dependente da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

No que diz respeito à orçamentação desta área da fiscalização apresenta-se apenas o orçamento referente à acção do GTF uma vez que para as outras entidades é difícil essa quantificação.

Tabela 27 | Fiscalização - estimativa de orçamento e responsáveis

Fiscalização – Estimativa de Orçamento e Responsáveis								
Acção	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)					
			2015	2016	2017	2018	2019	
Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais	Redução do nº de incêndios	GTF	4000	4000	4000	4000	4000	
Total			4 000	4 000	4 000	4 000	4 000	

4.3 3º EIXO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

4.3.1 Avaliação

4.3.1.1 Vigilância e Detecção

MAPA 15 | Vigilância e deteção de incêndios

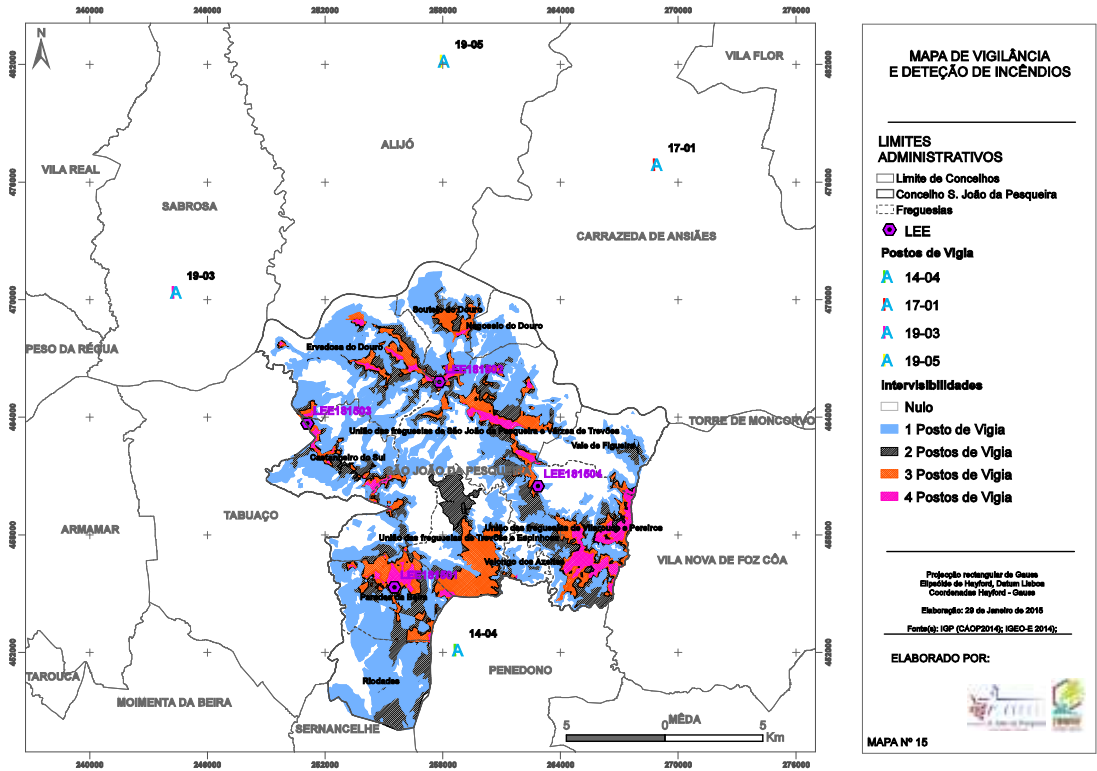


Tabela 28 | Vigilância e deteção

Índice entre o número de incêndios e o número total de equipas de Vigilância (2013)				
FASES DE PERIGO		2013		
		Nº de Equipas	Nº de Incêndios	Índice
Alfa	1 Jan. a 14 Mai	4	4	1
Bravo	15 Mai a 30 Jun	4	3	0,75
Charlie	1 Jul a 30 Set	4	30	7,5
Delta	1 Out a 30 Out	4	2	0,5
Echo	1 Nov a 31 Dez	4	2	0,5

Relativamente ao nº de equipas existentes, correspondem à equipa de sapadores florestais deste concelho, GNR (Comando territorial), GIPS e postos de vigia, contabilizando uma equipa cada.

4.3.1.2 1ª Intervenção

MAPA 16 | 1ª Intervenção

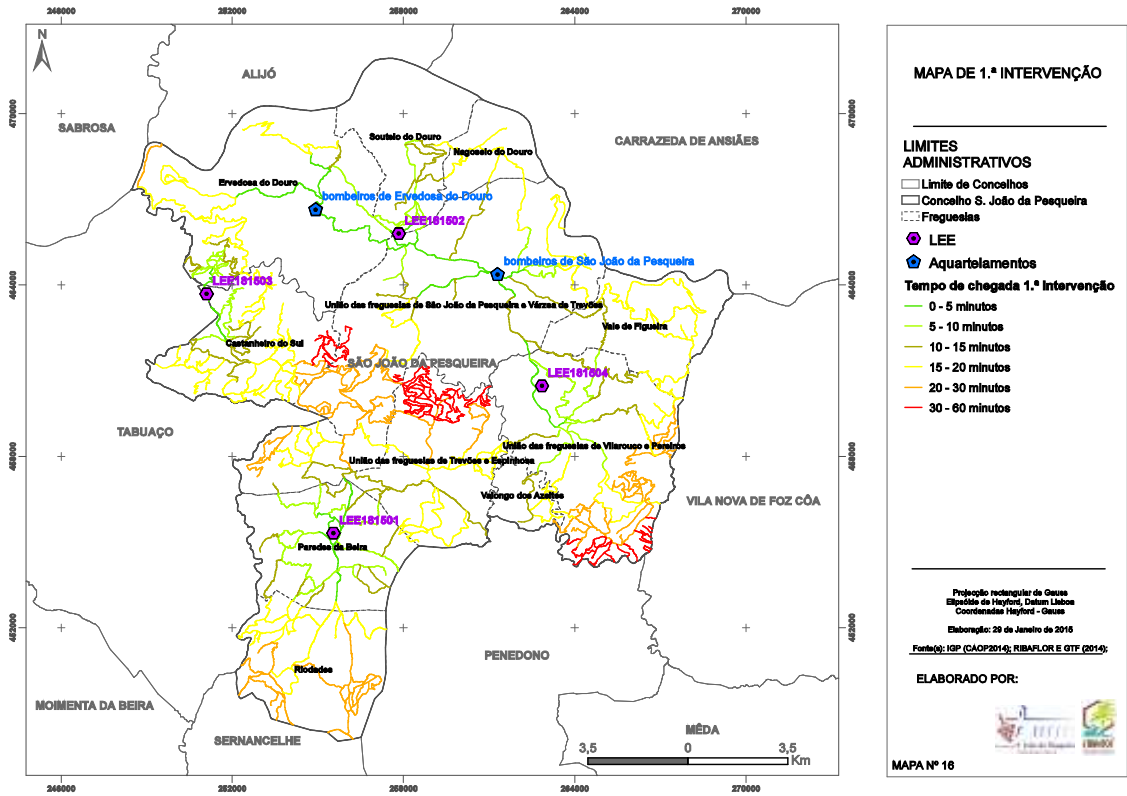
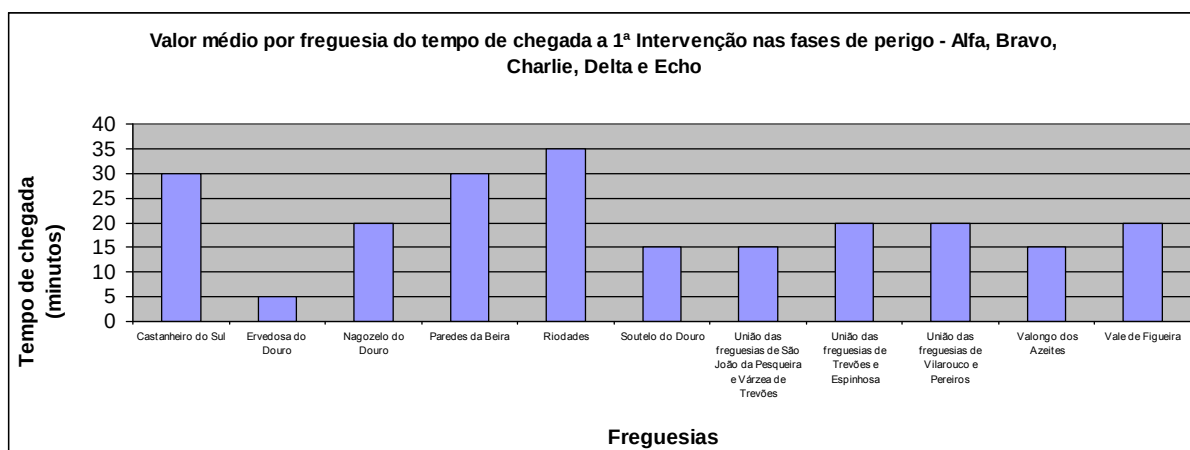


Tabela 29 | Índice entre o número de incêndios, número de equipas e número de elementos de 1ª intervenção (2013)

Índice entre o número de incêndios, número de equipas e número de elementos de 1ª intervenção (2013)					
FASES DE PERIGO		2013			
		Nº de Equipas	Nº de Elementos	Nº de Incêndios	Índice
Alfa	1 Jan. a 14 Mai	4	80	4	1
Bravo	15 Mai a 30 Jun	4	80	3	0,75
Charlie	1 Jul a 30 Set	4	80	30	7,5
Delta	1 Out a 30 Out	4	80	2	0,5
Echo	1 Nov a 31 Dez	4	80	2	0,5

No que diz respeito às equipas existentes no concelho, correspondem os sapadores florestais, os bombeiros voluntários de São João da Pesqueira e Ervedosa do Douro e a GNR, contabilizando uma equipa cada. O gráfico abaixo indica o tempo de chegada para a 1ª Intervenção, sendo que se considera o mesmo tempo de chegada em todas as fases de perigo.

GRÁFICO 1 Valor médio por freguesia do tempo de chegada à 1ª intervenção nas fases de perigo - Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo



4.3.1.3 Rescaldo e vigilância pós-incêndio

Tabela 30 | Número de reacendimentos

ANO	Nº REACENDIMENTOS
2002	0
2003	0
2004	0
2005	0
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	6
2013	3
TOTAL	9

Entre 2002 e 2013, só o ano de 2012 e 2013 registaram-se reacendimentos, contabilizando-se um total de 9 reacendimentos, sendo que o ano em que registou um maior número, foi 2012. Apesar de este número não ser muito elevado, o ideal é a sua abolição, pelo que os objetivos deste plano passam por essa intenção, tendo especial atenção na fase de rescaldo e vigilância pós-incêndio.

4.3.2 Planeamento das Ações

4.3.3 Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento

Apresentam-se de seguida as metas genéricas, no que se refere a este 3º eixo estratégico, para todo o concelho, incidindo sobretudo na área florestal existente. Assim, em todos os anos e durante todo o ano (fases Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo) estas ações têm incidência na totalidade da área florestal. Tendo em conta o dispositivo ser o mesmo nas diferentes fases de perigo, as metas definidas são referentes a todas as fases de perigo.

Tabela 31 | Metas e indicadores - Vigilância e deteção, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio

Metas e Indicadores – Vigilância e Deteção, 1ª Intervenção, Rescaldo e Vigilância pós- incêndio							
	Área total	Metas	Indicadores mensuráveis				
			2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e Deteção	Toda a área florestal 11643,50 ha	Aumentar a deteção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, com a presença de equipas no espaço florestal, contribuir para a dissuasão.	Assegurar a vigilância em 100% nos locais estratégicos para o efeito				
Equipa de Sapadores Florestais a contribuir também para a meta acima descrita.							
1ª Intervenção		Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.	Reduzir cerca de 5% no tempo de chegada à 1ª Intervenção				
		Equipa de Sapadores Florestais a contribuir também para a meta acima descrita.					
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio		Implementar e efectivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.	Diminuir o nº de reacendimentos em 50%				
		Equipa de Sapadores Florestais a contribuir também para a meta acima descrita.					

No que à orçamentação do 3º eixo diz respeito torna-se difícil a sua apresentação, para as várias entidades envolvidas, uma vez que algumas funcionam até ao nível intermunicipal, de modo que se refere apenas a previsão do orçamento para as atividades que serão levadas a cabo diretamente pelo Município.

Tabela 32 | Orçamento das ações propostas- Vigilância e deteção, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio

Orçamento das Ações Propostas – Vigilância e Deteção, 1ª Intervenção, Rescaldo e Vigilância pós- incêndio							
Acção	Metas	Responsáveis	Indicadores mensuráveis (Euros)				
			2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e Deteção	Aumentar a detecção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, com a presença de equipas no espaço florestal, contribuir para a dissuasão.	Município	20500	20500	20500	20500	20500
	Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.		-	15 000	15 000	15 000	15 000
1ª Intervenção	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.		20500	20500	20500	20500	20500
	Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.		-	15 000	15 000	15 000	15 000
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Implementar e efetivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos		20500	20500	20500	20500	20500
	Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com OPF a contribuir também para a meta acima descrita.		-	15 000	15 000	15 000	15 000
Total			61500	106500	106500	106500	106500

Os valores apresentados estão na sua maioria dependentes de candidaturas a programas nacionais e comunitários de apoio para as áreas específicas de DFCI.

4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO - RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS

4.4.1 Avaliação

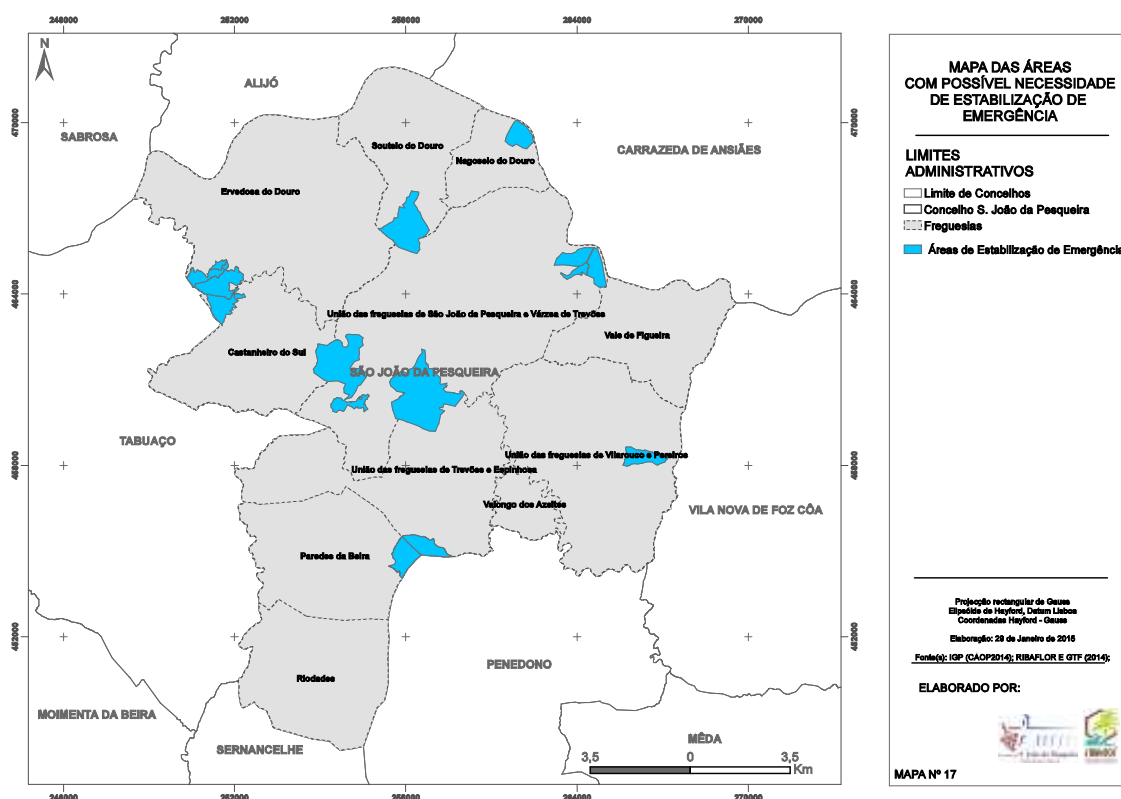
4.4.1.1 Estabilização de Emergência

Apesar de até ao momento da elaboração deste Plano, não existirem áreas com necessidade de estabilização de emergência, apontam-se aqui algumas áreas que de alguma forma demonstram ter alguma fragilidade devido ao elevado declive que apresentam e que em situações de ocorrência de grandes incêndios, poderão necessitar de intervenções a nível de melhoramentos de linhas de água e infraestruturas, nomeadamente rede viária florestal.

Este Município, prevê já algumas ações a efetivar no âmbito da estabilização de emergência, aquando a ocorrência de um grande incêndio, nomeadamente:

- estabilização de taludes;
- a regularização e consolidação da superfície de caminhos em zonas mais declivosas;
- construção de valetas e valas de drenagem
- limpeza e desobstrução dos leitos

MAPA 17 | Áreas com possível necessidade de estabilização de emergência



4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats Florestais

Neste parâmetro também não existe ainda, um levantamento exaustivo das áreas a intervir. No entanto, e tendo em conta a necessidade de intervenção que poderá advir da ocorrência de novos incêndios, apresentam-se de seguida algumas ações a desenvolver e cuja programação se apresentará no seguimento deste documento.

4.4.2 Planeamento

4.4.2.1 Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats

Prevê-se para, o período de vigência deste Plano, a elaboração de um guia de procedimentos a adotar para a efetivação da estabilização de emergência, das áreas percorridas por incêndios, bem como para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais.

Das ações a desenvolver no âmbito do atrás descrito após o estudo e recolha de informação sobre os assuntos abordados, preconiza-se:

Promover Ações de Silvicultura em Zonas de Regeneração Natural

A limpeza de matos não deve constituir uma ameaça à regeneração natural. A condução da regeneração natural existente é uma das medidas de florestação mais inteligentes a utilizar. É necessário intervir à medida que a regeneração natural se desenvolve. Os elementos mais interessantes têm de ser preservados, para que venham constituir o andar de espécies dominantes. No concelho há algumas zonas de regeneração em que tem de se intervir. Os cuidados culturais a ter em conta são as limpezas de mato, desbastes do andar dominado e desramações nos andares dominantes, para que as novas árvores cresçam bem conformadas.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efetivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

Promover Ações de Silvicultura em Zonas de Linhas de Água

Nas linhas de água, que devido à elevada sensibilidade ecológica e paisagística que apresentam, será prevista a realização de limpezas manuais ligeiras a moderadas, ao longo das que apresentem maior acumulação de combustível susceptível de promover a propagação de fogo, de forma a aumentar o “efeito-tampão” produzido por estes locais.

Assim, a gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo com alguma frequência (devido quer à sua posição topográfica, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climatéricas e edáficas desfavoráveis).

Promover Ações de Gestão de Pastagens

O uso do fogo controlado constituirá uma ferramenta importante para gerir os matos inconvenientes em zonas de pastoreio, evitando desta forma o fogo intencional (causas humanas).

Dever-se-ão promover pastagens melhoradas, sempre que possível, nas zonas desarborizadas.

Promover Ações em Áreas Desarborizadas com Características Especiais

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objetivo de reduzir localmente a velocidade do vento e intercetar faúlhas e outros materiais incandescentes. Estas deverão estar estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas (fundos de vales com elevada pendente, cumeadas, portelas, cristas de escarpa ou faixas de proteção a linhas elétricas) e ser perpendiculares à direção predominante do vento.

Tabela 33 | Ações propostas para o quinquénio 2015-2019

Atividades de Estudo	Calendarização	Responsabilidade
Cadastro de áreas de Pastoreio e Pastores	De 1/01/2016 até 30/06/2017	GTF
Cadastro de áreas com reconhecida importância de Regeneração Natural	De 1/01/2016 até 30/06/2017	GTF
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	De 1/01/2016 até 30/06/2017	GTF
Levantamento das áreas desarborizadas com características especiais	De 1/01/2018 até 30/08/2019	GTF
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	De 01/01/2016 até 30/08/2017	GTF

Tabela 34 | orçamento de ações propostas para o quinquénio 2015-2019

Orçamento das Ações Propostas – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas						
Ações	Responsáveis	Indicadores mensuráveis (euros)				
		2015	2016	2017	2018	2019
Cadastro de áreas de Pastoreio e Pastores	GTF	-	-	2 000	-	-
Cadastro de áreas com reconhecida importância de Regeneração Natural	GTF	-	-	2 500	-	-
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	GTF	-	-	2 000	-	-
Levantamento das áreas desarborizadas com características especiais	GTF	-	-	-	2 500	-
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	GTF	-	-	2 500	-	-
TOTAL		-	-	9 000	2 500	-

Apenas se apresenta o orçamento para o estudo sendo que o orçamento para as ações decorrentes do mesmo se apresentará apenas quando se verificar condições de execução das mesmas.

4.5 5º EIXO ESTRATÉGICO - ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

4.5.1 Avaliação

Tabela 35 | Formação

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº de Elementos
Caracterização da Floresta Portuguesa	Sapadores Florestais	5
Fatores edafo-climáticos e floresta	Sapadores Florestais	5
Identificação das espécies florestais	Sapadores Florestais	5
Normas de proteção e melhoria do ambiente, segurança, higiene e saúde de trabalho florestal	Sapadores Florestais	5
Cartografia - Noções básicas	Sapadores Florestais	5
Prevenção de Incêndios Florestais	Sapadores Florestais	5
Utilização da motosserra nas operações florestais	Sapadores Florestais	5
Agrimensurar, medições florestais e registos de dados	Sapadores Florestais	5
Legislação aplicável à atividade florestal	Sapadores Florestais	5
Podas e desbastes	Sapadores Florestais	5
Fenomenologia da combustão e agentes extintores	Sapadores Florestais	5
Fogo controlado - apoio	Sapadores Florestais	5
Organização e sistemas de comando e controlo	Sapadores Florestais	5
Instalação de povoamentos: sementeiras, plantações e enxertias	Sapadores Florestais	5
Operações inerentes ao abate de árvores	Sapadores Florestais	5
Equipamentos auxiliares	Sapadores Florestais	5
Medições e avaliações em povoamentos florestais	Sapadores Florestais	5
Relacionamento interpessoal	Sapadores Florestais	5
Contabilidade e gestão florestal – noções básicas	Sapadores Florestais	5
Vigilância, Detecção e 1ª Intervenção	Sapadores Florestais	5
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Sapadores Florestais	5
SIG – Iniciação	GTF	2
Elaboração de Cartografia	GTF	2

4.5.1.1 Formação

Neste momento apenas apresentamos as necessidades de formação para a equipa de sapadores florestais deste Concelho e para o GTF, já que outras entidades têm formação própria.

4.5.2 Planeamento das Ações

4.5.2.1 Organização SDFCI

Tabela 36 | SDFCI - Competências de coordenação e competências significativas

SDFCI – Competências de Coordenação e Competências significativas												
Áreas e vertentes Decreto-Lei n.º 124/2006 Resolução do Concelho de Ministros n.º 65/2006 Entidades		Prevenção Estrutural			Prevenção				Combate			
		Planeamento DFCI	Organização do Território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e Patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós- incêndio
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	reg										
Outros proprietários e Gestores Florestais		loc		nac/reg/dist/mun								
Municípios	CMDFCI/GTF	mun		mun/loc								
	SMPC	mun		mun/loc								
	Outros Serviços Municipais			mun/loc								
Juntas de Freguesia		loc										
Exército	Engenharia Militar											
	Outras unidades											
Equipa de Sapadores Florestais												
Entidades Detentoras de Máquinas												

Tabela 36 | SDFCI - Competências de coordenação e competências significativas (cont.)

SDFCI – Competências de Coordenação e Competências significativas												
Áreas e vertentes Decreto-Lei n.º 124/2006 Resolução do Concelho de Ministros n.º 65/2006		Prevenção Estrutural			Prevenção				Combate			
		Planeamento DFCI	Organização do Território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e Patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
Entidades												
Entidades Gestoras de Zonas de Caça												
GNR	GIPS			loc								
	SEPNA			loc								
	Brigadas Territoriais											
ANPC	CNOS/Meios Aéreos	nac		nac					nac	nac	nac	nac
	CDOS	dist							dist	dist	dist	dist
	Equipas de Combate a Incêndios											
Bombeiros Voluntários de São João da Pesqueira e Ervedosa do Douro (com EIP)				mun/loc								
Municípios, proprietários florestais e visitantes												
nac- nacional, reg- regional, dist- distrital, mun- municipal, loc- local												
	Sem intervenção significativa			Com competências significativas			Com competências de coordenação			Deveres cívicos		

Tabela 37 | Estimativa de orçamento para a formação

Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº de Elementos	Orçamento				
			2015	2016	2017	2018	2019
Caracterização da Floresta Portuguesa	Sapadores Florestais	5		1250			
Fatores edafó-climáticos e floresta	Sapadores Florestais	5					1250
Identificação das espécies florestais	Sapadores Florestais	5		1250			
Normas de proteção e melhoria do ambiente, segurança, higiene e saúde de trabalho florestal	Sapadores Florestais	5		1250			
Cartografia - Noções básicas	Sapadores Florestais	5			1250		
Prevenção de Incêndios Florestais	Sapadores Florestais	5			1250		
Utilização da motosserra nas operações florestais	Sapadores Florestais	5		1250			
Agrimensurar, medições florestais e registos de dados	Sapadores Florestais	5					1250
Legislação aplicável à atividade florestal	Sapadores Florestais	5					1250
Podas e desbastes	Sapadores Florestais	5					1250
Fenomenologia da combustão e agentes extintores	Sapadores Florestais	5					1250
Fogo controlado - apoio	Sapadores Florestais	5		1250			
Organização e sistemas de comando e controlo	Sapadores Florestais	5		1250			
Instalação de povoamentos: sementeiras, plantações e enxertias	Sapadores Florestais	5			1250		
Operações inerentes ao abate de árvores	Sapadores Florestais	5			1250		
Equipamentos auxiliares	Sapadores Florestais	5				1250	
Medições e avaliações em povoamentos florestais	Sapadores Florestais	5				1250	
Relacionamento interpessoal	Sapadores Florestais	5					1250
Contabilidade e gestão florestal – noções básicas	Sapadores Florestais	5					1250
Vigilância, Detecção e 1ª Intervenção	Sapadores Florestais	5		1500			
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Sapadores Florestais	5		1500			
SIG – Iniciação	GTF	2		2000			
Elaboração de Cartografia	GTF	2		3000			
Total			0	15500	5000	2500	8750

Apenas se apresenta o orçamento para a formação para a equipa de sapadores florestais e técnicos do GTF, sendo os elementos que se apresentam com necessidade de formação, estando esta dependente da existência de entidades como o ICNF, Município ou externas que proporcionem estas formações.

São constituintes da CMDFCI as entidades envolvidas na DFCI no concelho de São João da Pesqueira:

Tabela 38 | Comissão Municipal de Defesa da Florestal Contra Incêndios

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
Município de São João da Pesqueira
Representante das Juntas de Freguesia
Bombeiros Voluntários de São João da Pesqueira e Ervedosa do Douro
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
Guarda Nacional Republicana
Ribaflor – Associação Florestal das Terras de Ribadouro
CTOE – Centro de Tropas e Operações Especiais (Entidade convidada)

As atribuições e responsabilidades das entidades que figuram no quadro não são aqui referidas uma vez que o foram sendo ao longo do trabalho apresentado.

A CMDFCI tem o apoio técnico do GTF do Município de São João da Pesqueira financiado pelo Fundo Florestal Permanente:

Tabela 39 | Responsável do GTF

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
Dr. Vitor Sobral/Eng. ^a Ivone Lopes

Tabela 40 | Ordem de trabalhos da CMDFCI

Cronograma	Ordem de trabalhos
1 a 15 Abril	Aprovação do plano operacional municipal e alteração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios sempre que se justifique
1 a 15 de Junho	Definir o início da época estival e ajuste entre as diversas entidades envolvidas nas ações a realizar
Novembro/Dezembro	Balanço do período e monitorização do PMDFCI
Sempre que se justifique a CMDFCI reunirá fora destas datas	

A CMDFCI elaborou o presente PMDFCI para um período de 5 anos, de 2015 a 2019, com revisão anual ou sempre que a mesma o considere necessário;

A revisão do POM será anual tendo, o mesmo, que ser aprovado até dia 15 de Abril do ano em questão;

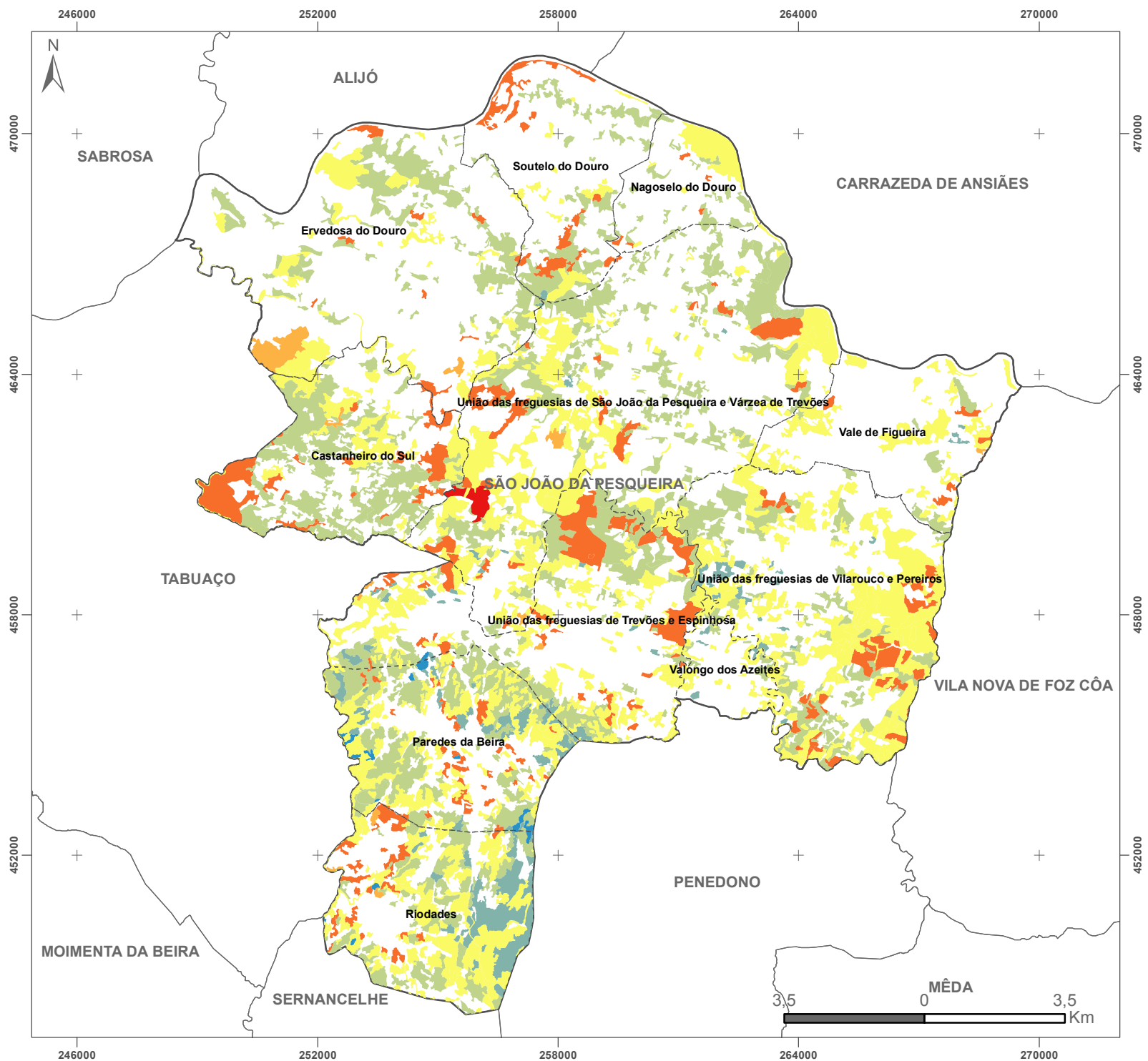
A CMDFCI monitoriza o desenvolvimento das ações previstas nos programas de ação do PMDFCI, efetuando um relatório de execução no final de cada ano de vigência do plano com a colaboração técnica do GTF.

Tabela 41 | Eixos estratégicos - estimativa de orçamento total (Euros) para o quinquénio 2015-2019

Eixos Estratégicos	Estimativa de Orçamento Total (Euros)					
	2015	2016	2017	2018	2019	Total/eixo
1º Eixo Estratégico	737.378	1.024.392	500.342	285.086	294.258	2.841.456
2º Eixo Estratégico	7.100	9.100	7.100	9.100	7.600	40.000
3º Eixo Estratégico	106.500	106.500	106.500	106.500	106.500	532.500
4º Eixo Estratégico	0	0	9.000	2.500	0	11.500
5º Eixo estratégico	0	15.500	5.000	2.500	8.750	31.750
Total/ano	850.978	1.155.492	627.942	405.686	417.108	-
Total PDMFCI						3.457.206

ANEXO

CARTOGRAFIA



MAPA DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Freguesias
- Concelho S. João da Pesqueira
- Limite de Concelhos

Modelo de Combustível Florestal

- 2
- 3
- 5
- 6
- 7
- 9
- 11

Projeção rectangular de Gauss
 Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
 Coordenadas Hayford - Gauss

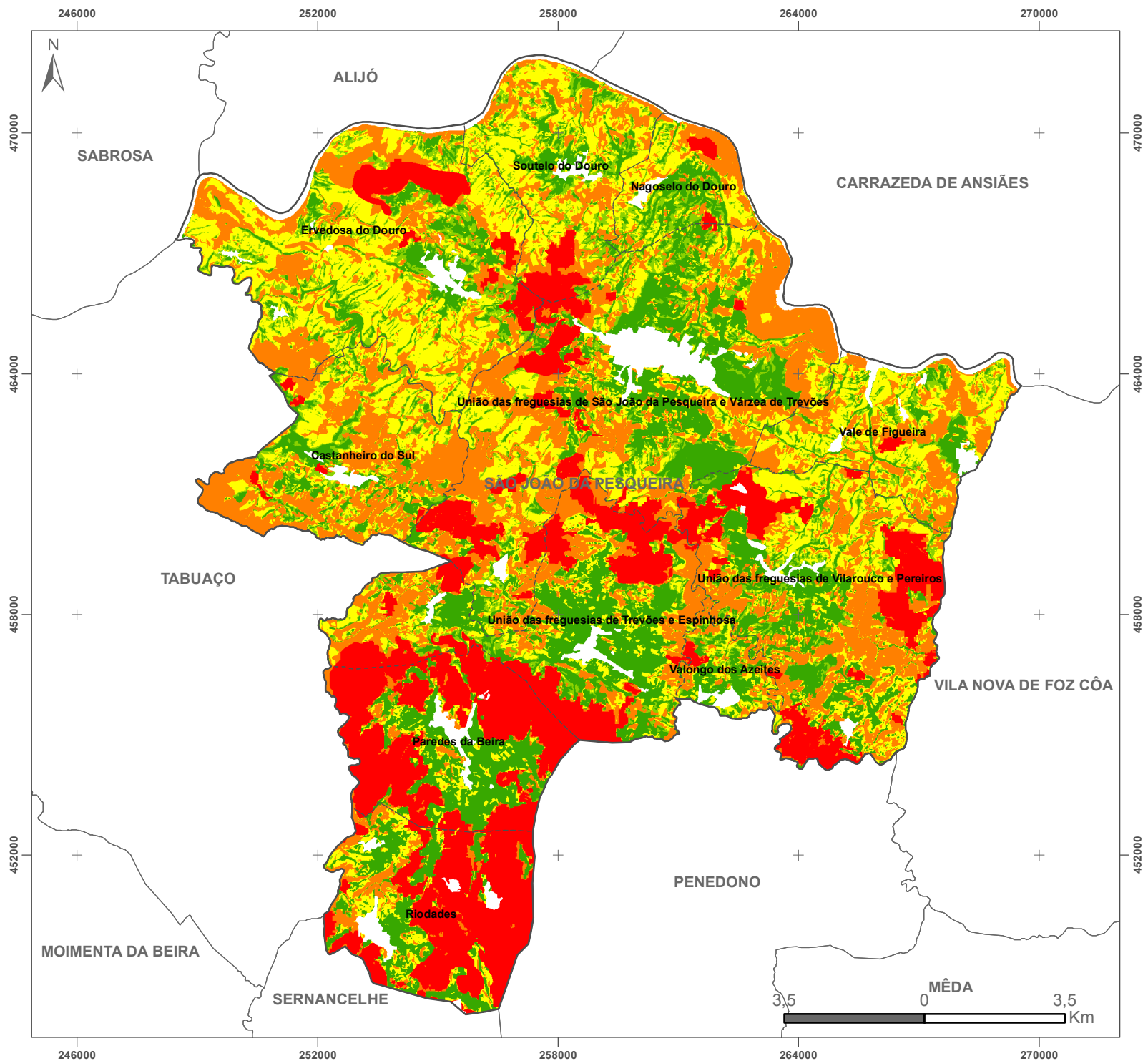
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE E GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 1



MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

Perigosidade

- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito Alta

Projeção rectangular de Gauss
 Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
 Coordenadas Hayford - Gauss

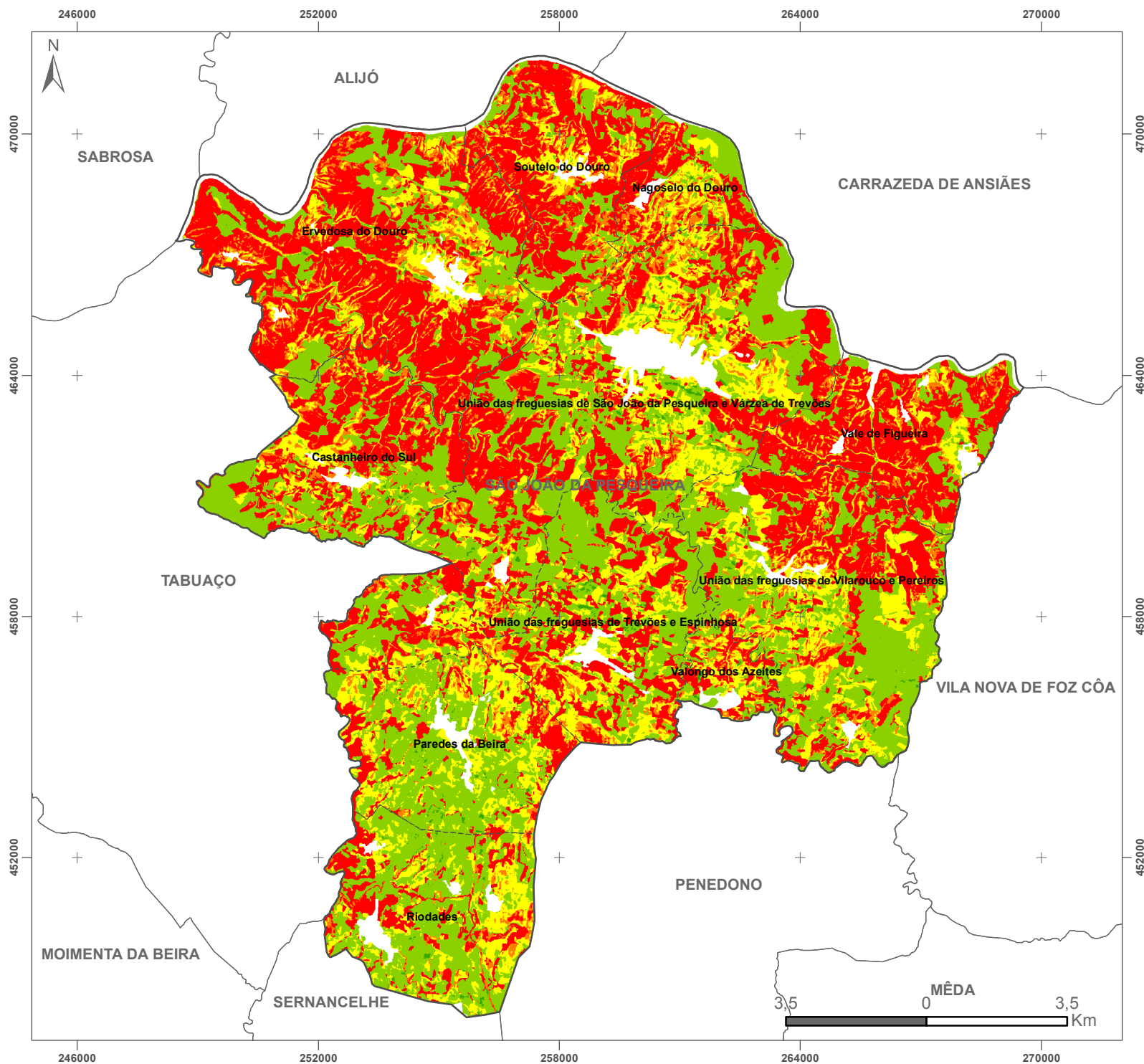
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); GTF 2014;

ELABORADO POR:



MAPA Nº 2



MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

Risco de Incêndio

- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito Alto

Projecção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

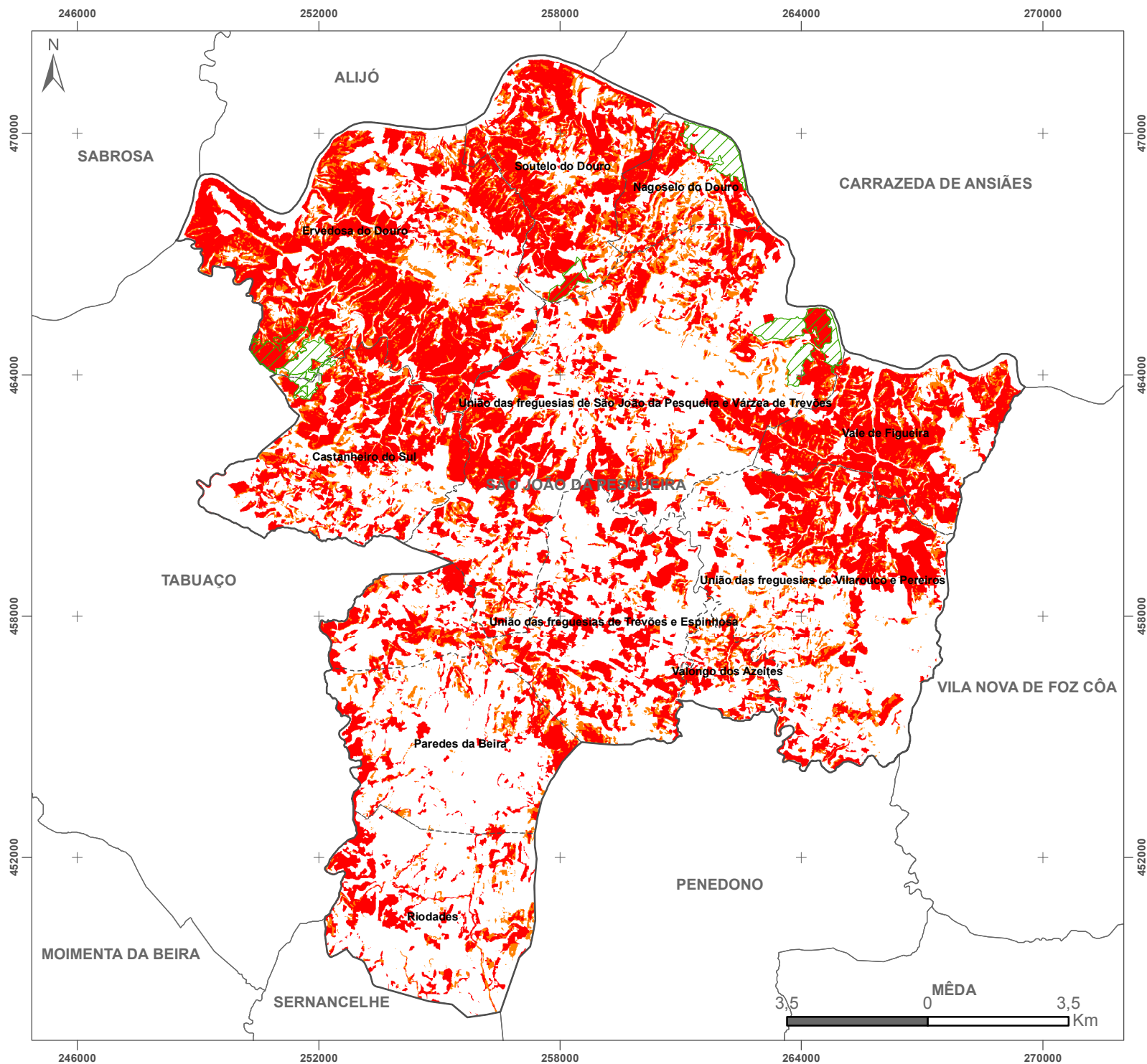
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); GTF 2014;

ELABORADO POR:



MAPA Nº 3



MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

Áreas a Proteger

- Manchas Florestais

Risco de Incêndio

- Alto
- Muito Alto

Projecção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

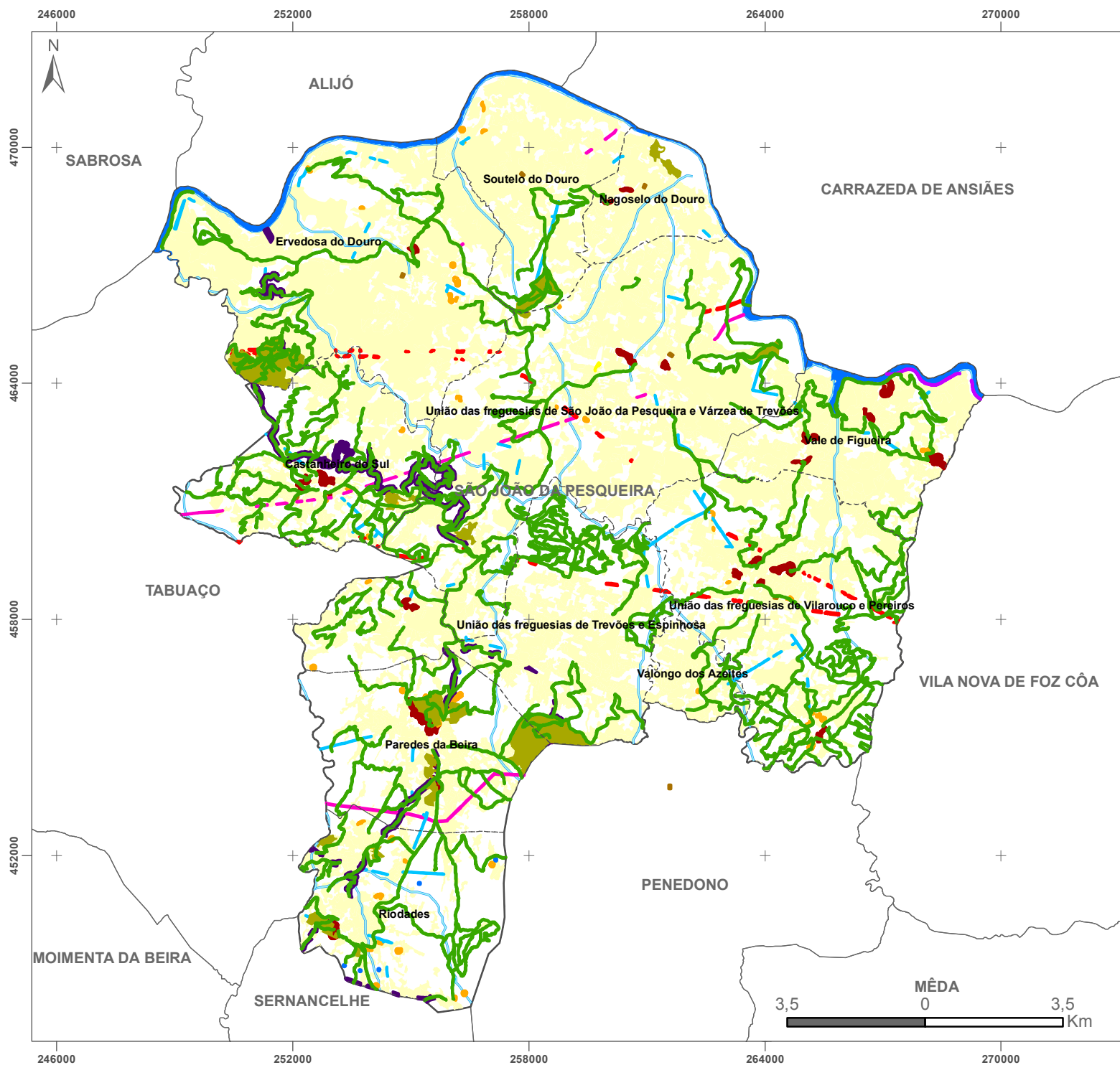
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 4



MAPA DAS FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias
- Aglomerados Populacionais
- Edifícios Isolados
- Mosaicos de Gestão de Combustível
- Parque Industrial
- Rede Elétrica - AT
- Rede Elétrica - MAT
- Rede Elétrica - MT
- Rede Primária
- Rede Ferroviária
- Rede Pontos de Água
- Rede Viária Florestal
- Planos de Água
- Proteção das Linhas de água
- Campos de Futebol
- Área Agrícola

Projecção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

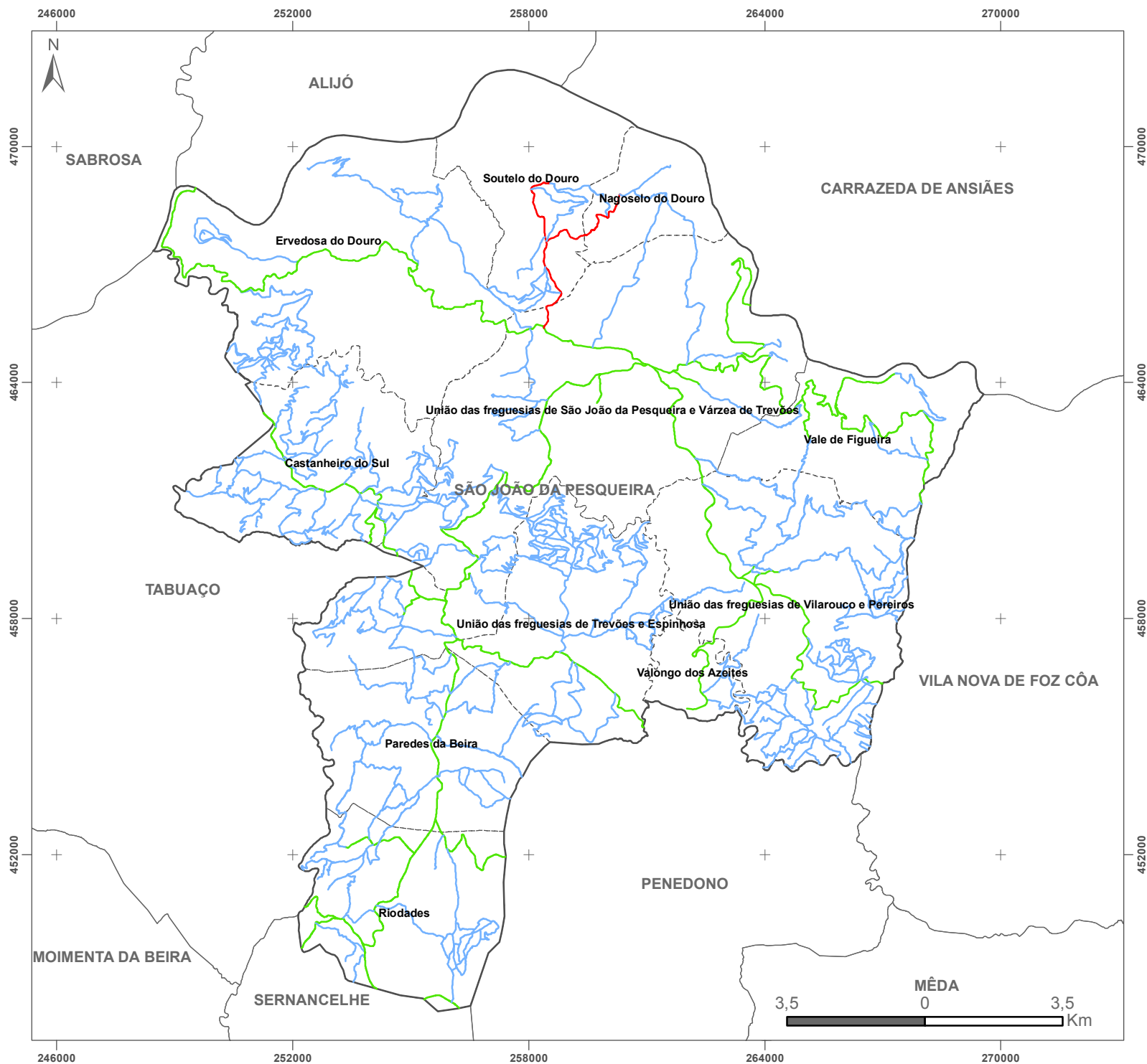
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE E GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA N° 5



MAPA DA REDE VIÁRIA FLORESTAL

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

Rede Viária Florestal

- 1.^a Ordem
- 2.^a Ordem
- Complementar

Projecção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

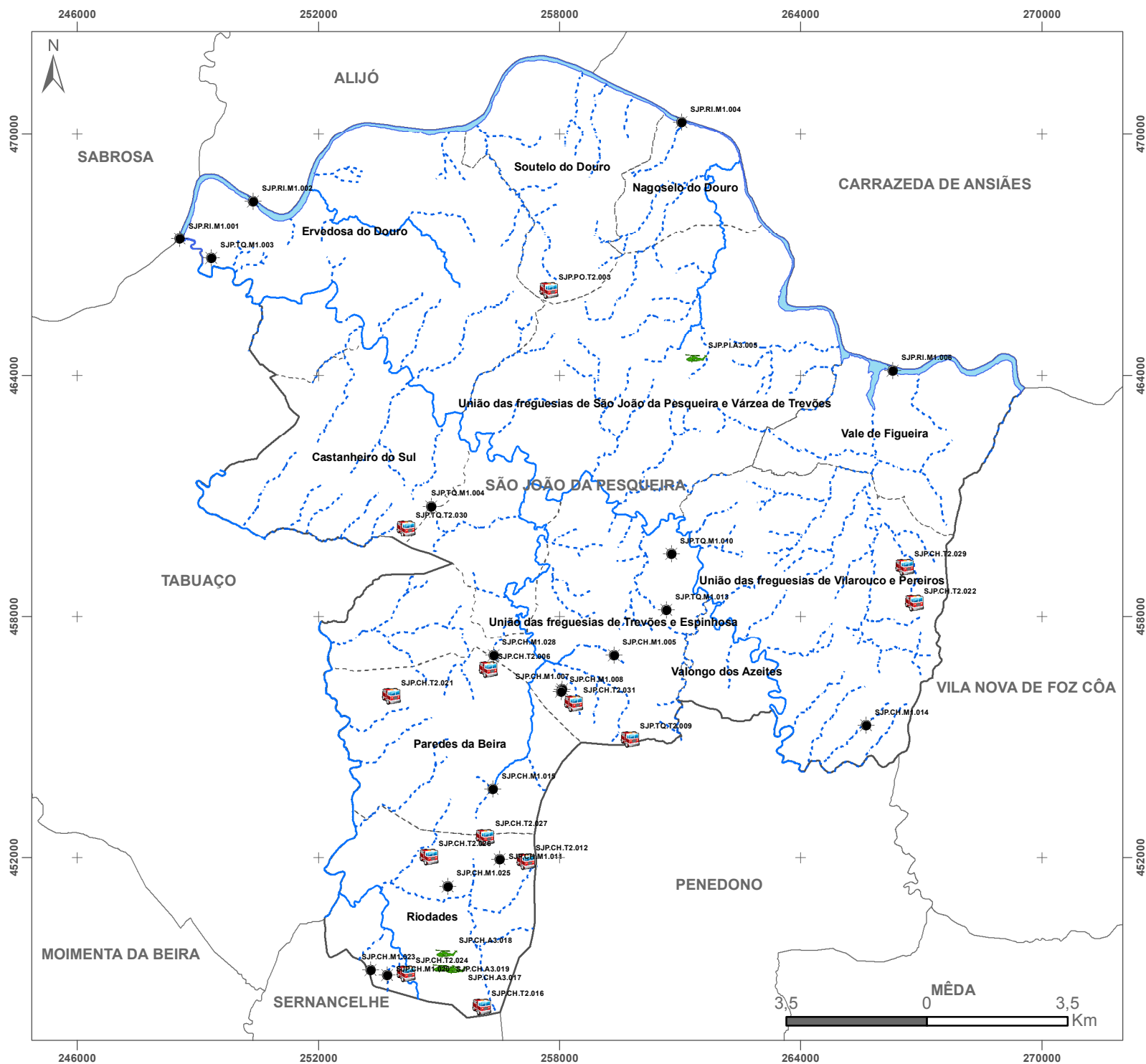
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE E GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA N.º 6



MAPA DA REDE
DE PONTOS DE ÁGUA

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
 Concelho S. João da Pesqueira
 Freguesias

Rede de Pontos de Água

-  Aéreo
-  Misto
-  Terrestre

Cursos de Água

- Permanentes
- - - Não Permanentes

Massas de Água

- Albufeiras

Projecção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

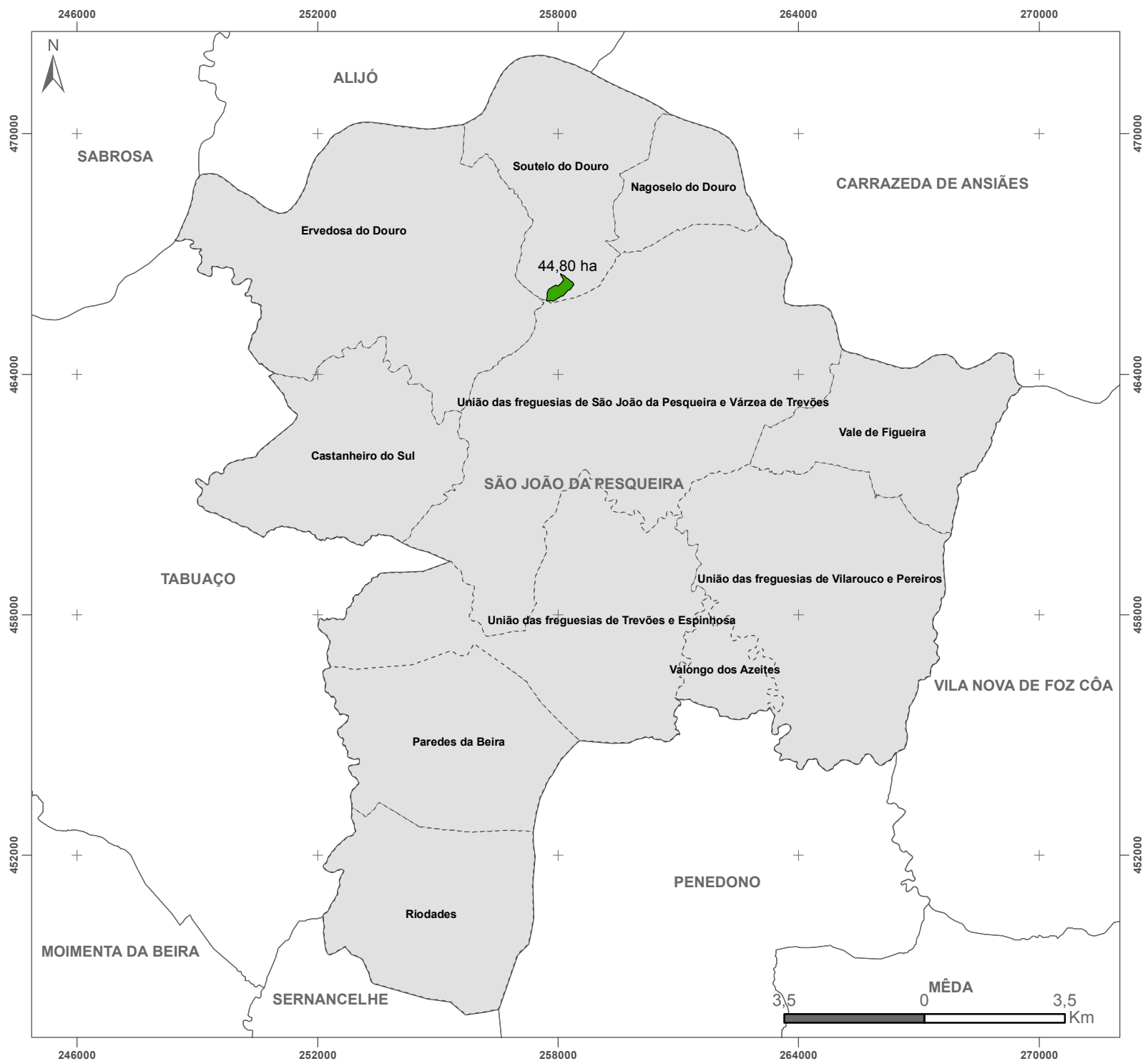
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA N° 7



MAPA DAS PARCELAS DE SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias
- Silvicultura DFCI

Projeção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

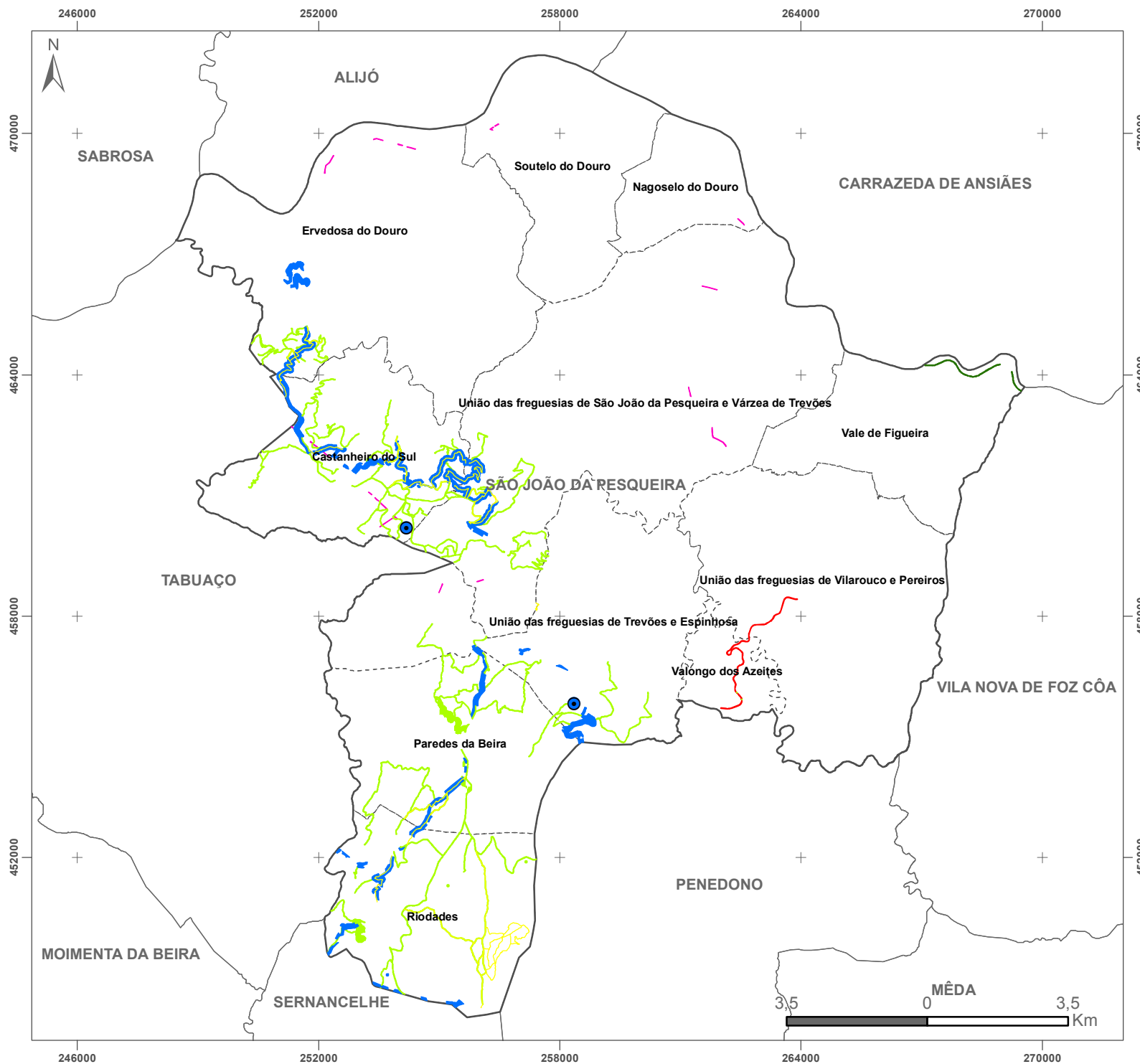
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE E GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 8



MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NO PROGRAMA DE AÇÃO DA REDE REGIONAL DE DFCI 2015

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

Rede de Pontos de Água

- A - Construir

Rede Viária Florestal

- 3.ª Ordem-Manter/Beneficiar (39,40 Km)

INTERVENCA

- EDP - Distribuicao (7,83 Ha)
- EP (10,09 Ha)
- Município (291,26 Ha)
- Privados (251,74 Ha)
- Refer (5,39 Ha)

Projecção rectangular de Gauss
 Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
 Coordenadas Hayford - Gauss

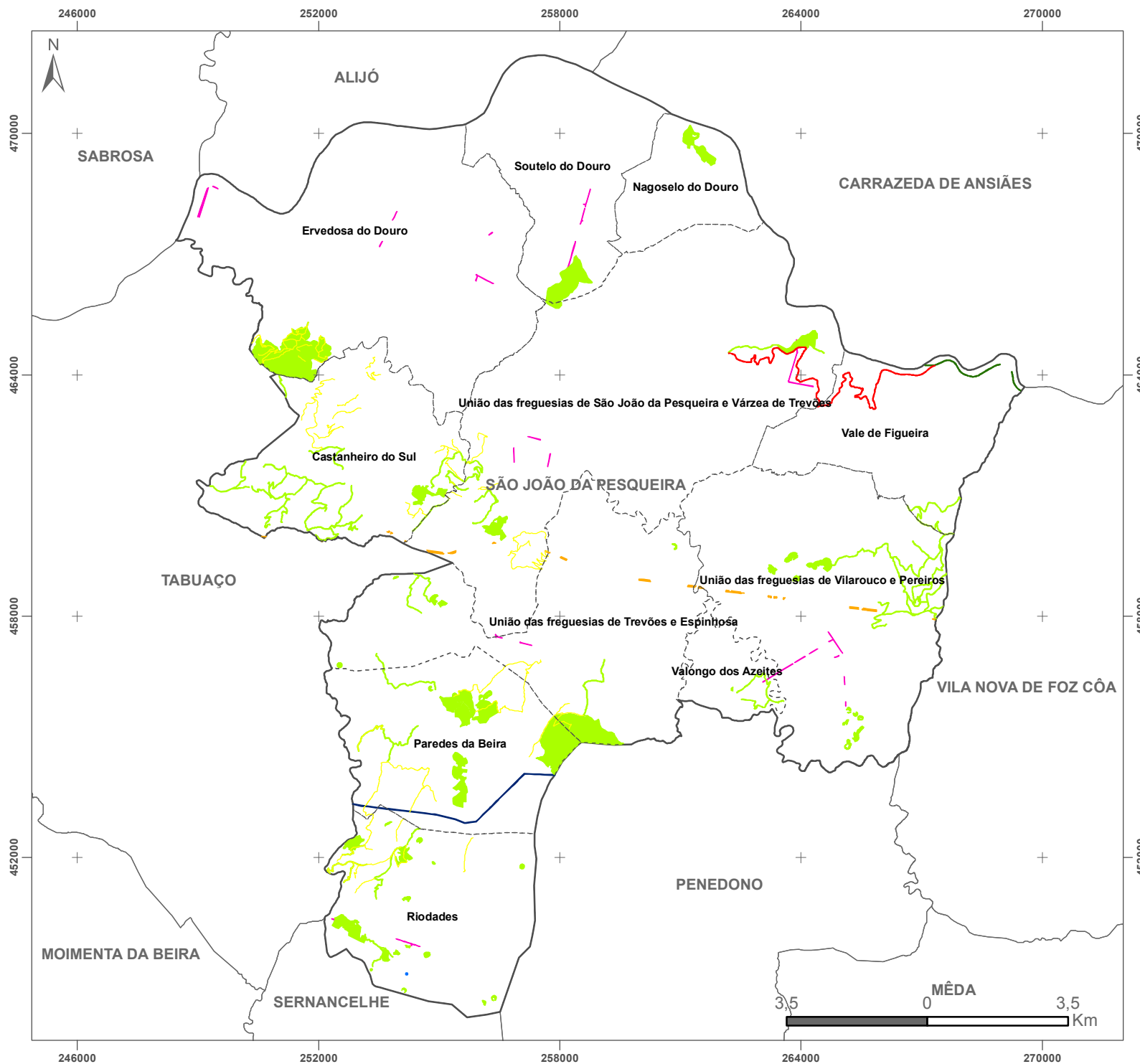
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE E GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 9



MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NO PROGRAMA DE AÇÃO DA REDE REGIONAL DE DFCI 2016

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

Rede viária Florestal

- 3.ª Ordem-Manter/Beneficiar (55,4 Km)

INTERVENÇA

- EDP - Distribuicao (16,22 Ha)
- ENEOP2 (13,91 Ha)
- EP (21,49 Ha)
- Municipio (0,28 Ha)
- Privados (758,72 Ha)
- REN (11,97 Ha)
- Refer (5,39 Ha)

Projecção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

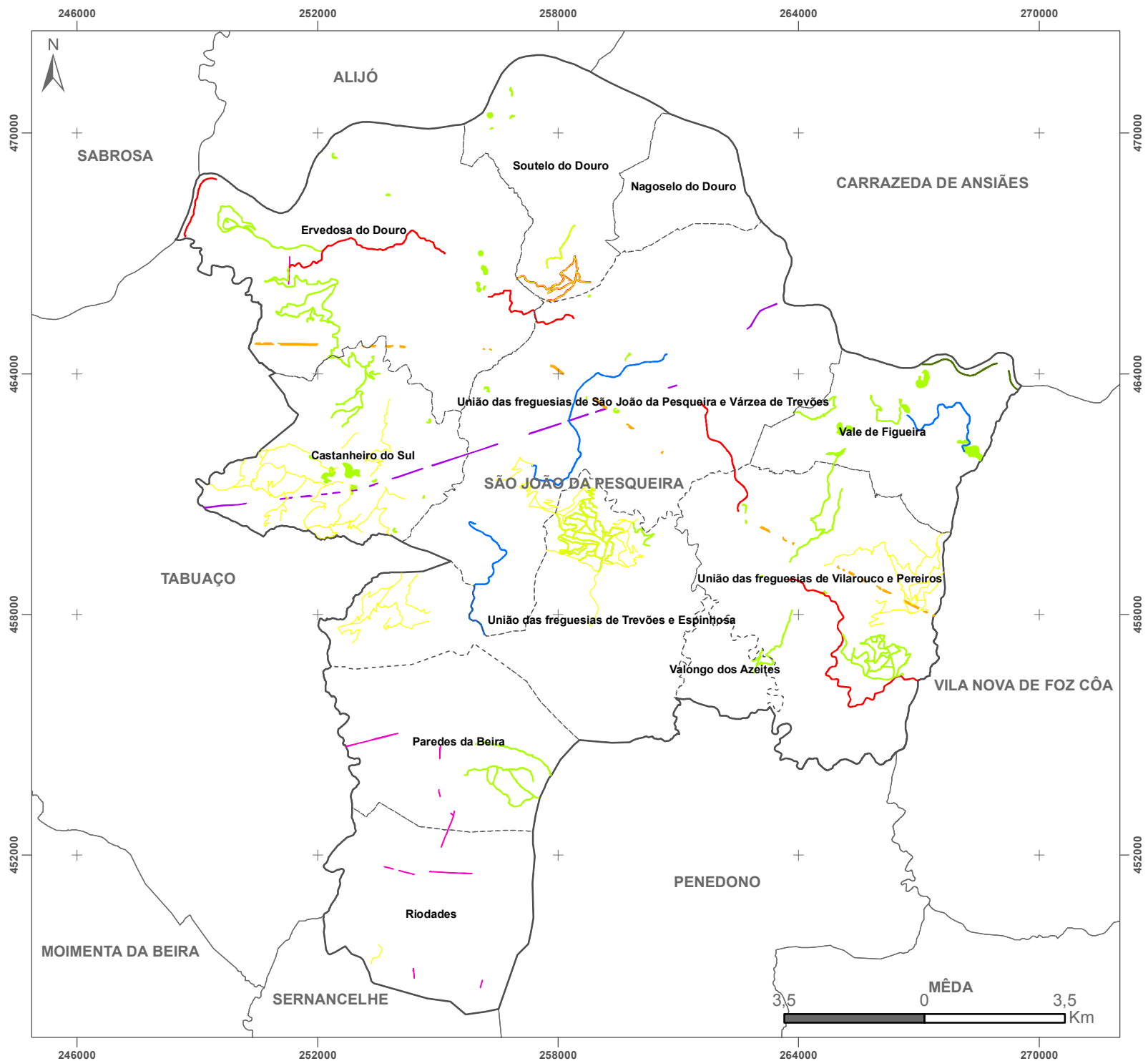
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE E GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 10



MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NO PROGRAMA DE AÇÃO DA REDE REGIONAL DE DFCI 2017

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

Rede Viária Florestal

— 3.ª Ordem-Manter/Beneficiar (98,6 Km)

INTERVENÇA

- EDP - Distribuição (7,92 Ha)
- EDP - Produção (15,16 Ha)
- EP (52,74 Ha)
- Município (28,48 Ha)
- Privados (210,72 Ha)
- REN (18,17 Ha)
- Refer (5,39 Ha)

Projeção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

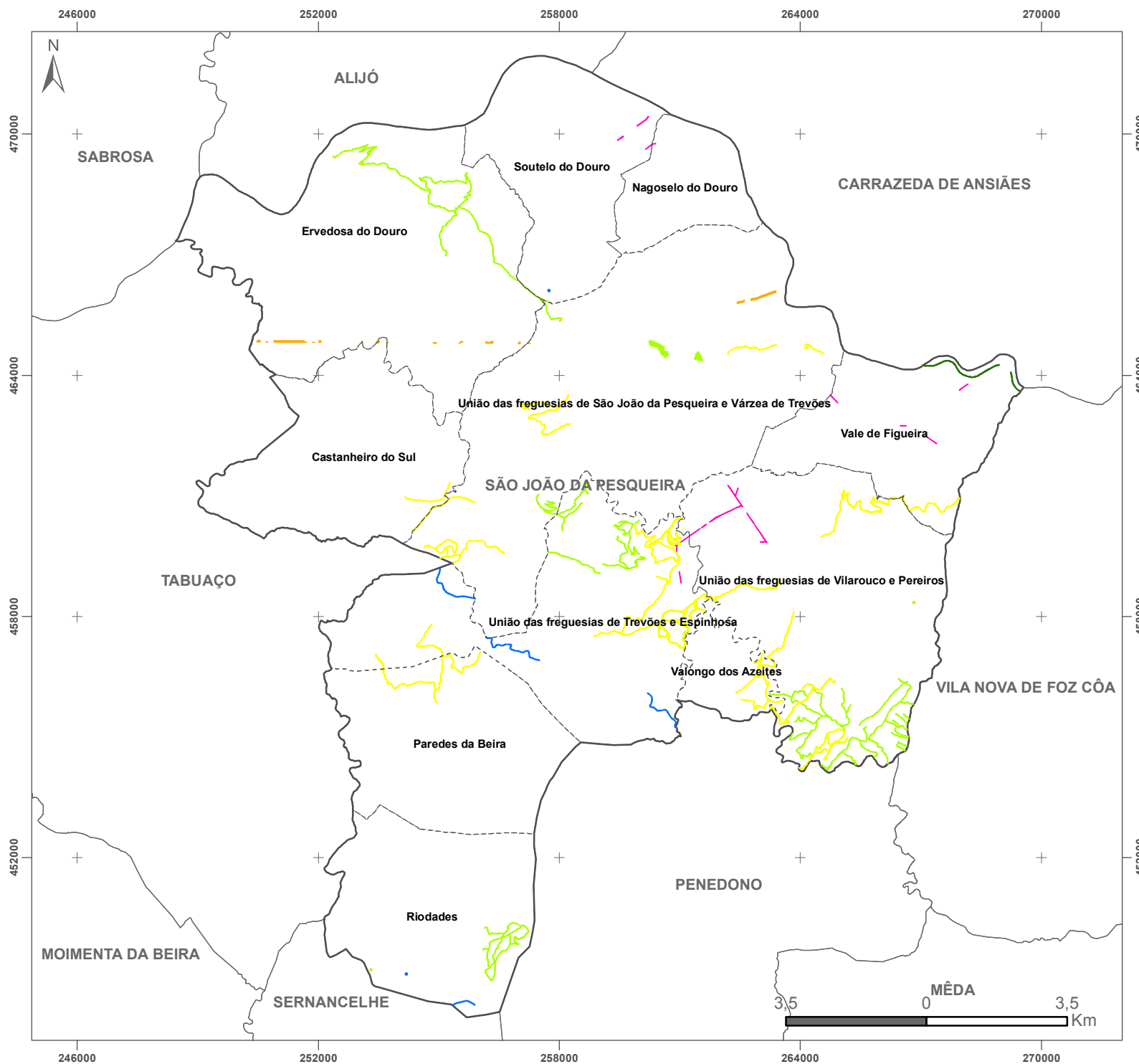
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE E GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 11



MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NO PROGRAMA DE AÇÃO DA REDE REGIONAL DE DFCI 2018

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

Rede Viária Florestal

- 3.ª Ordem-Manter/Beneficiário (63,0 Km)

INTERVENÇA

- EDP - Distribuição (8,58 Ha)
- Município (11,25 Ha)
- Privados (150,23 Ha)
- REN (9,23 Ha)
- Refer (5,39 Ha)

Projeção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

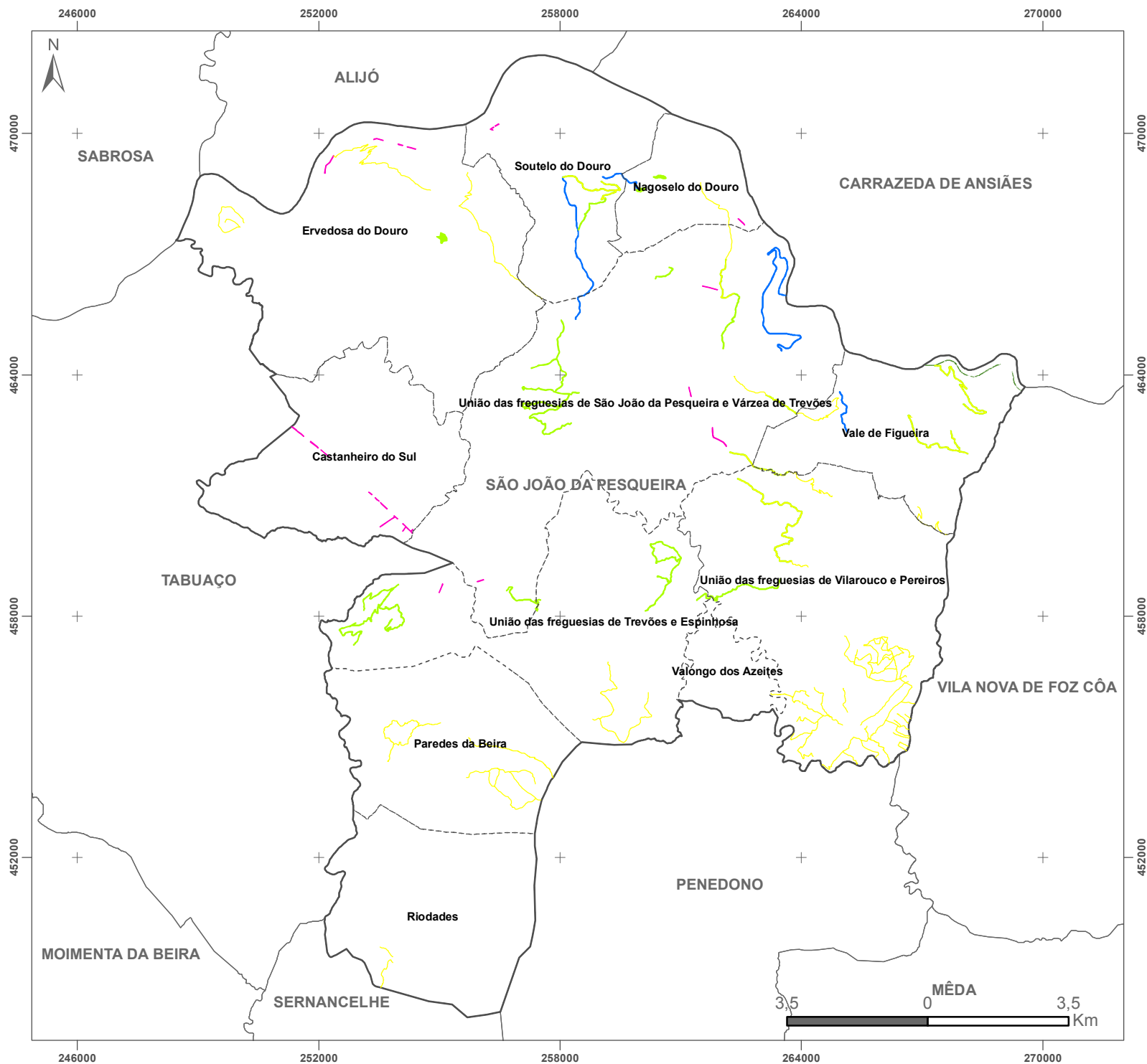
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE E GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 12



MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NO PROGRAMA DE AÇÃO DA REDE REGIONAL DE DFCI 2019

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

Rede Viária Florestal

3.ª Ordem-Manter/Beneficiar (89,2 Km)

INTERVENCA

- EDP - Distribuição (7,84 Ha)
- Município (25,12 Ha)
- Privados (99,61 Ha)
- Refer (5,39 Ha)

Projecção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

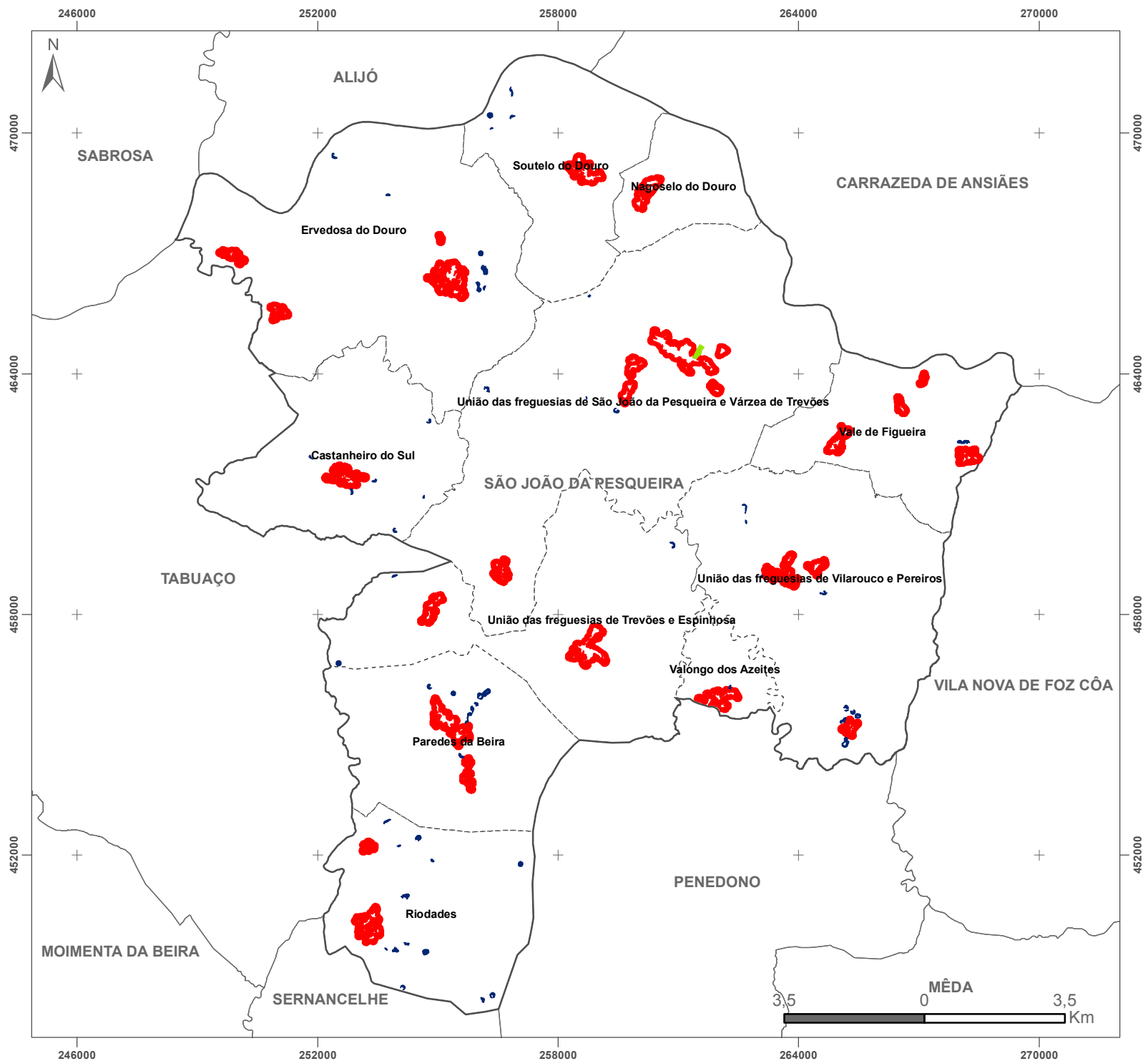
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

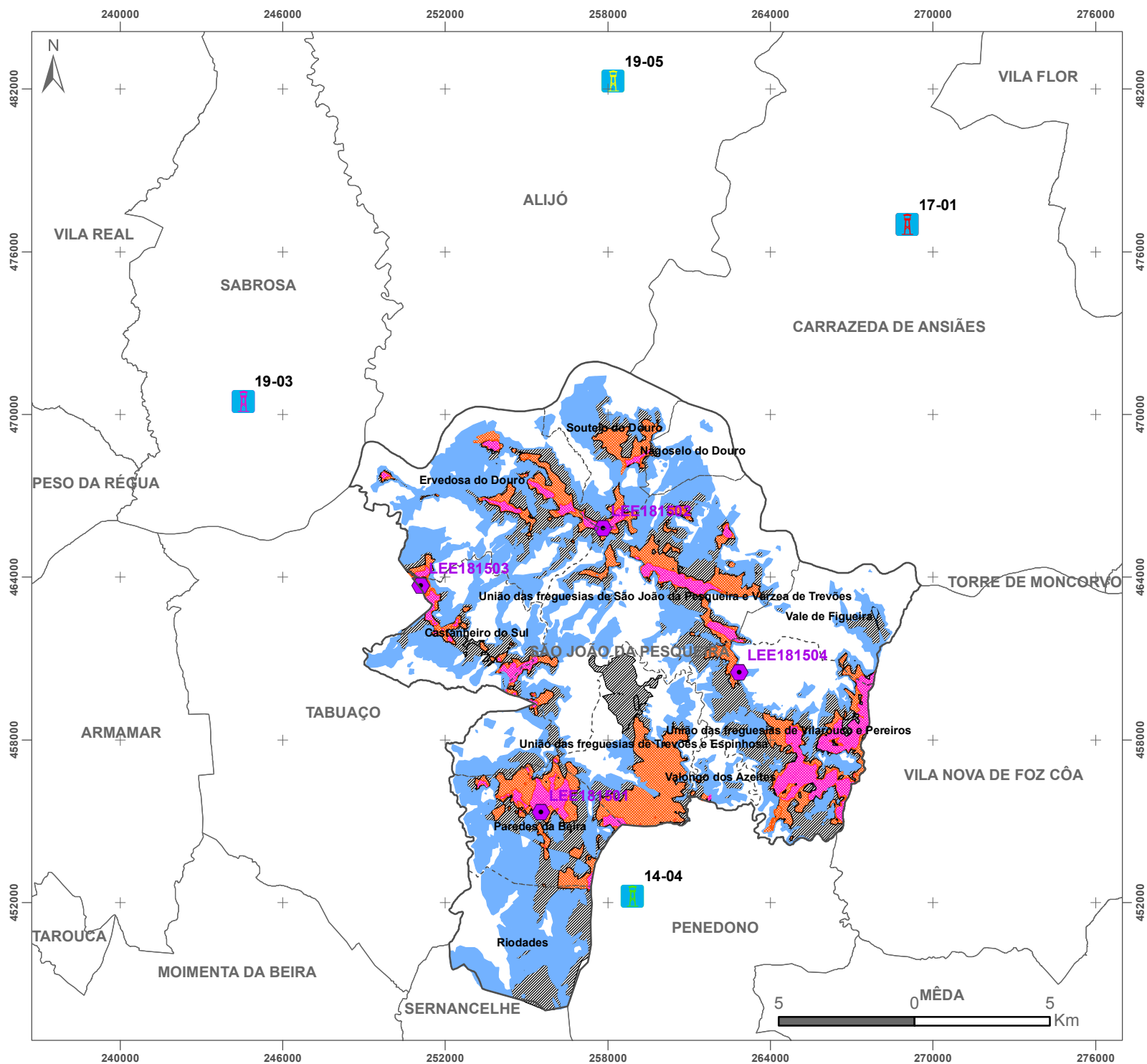
Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE E GTF 2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 13





MAPA DE VIGILÂNCIA E DETECÇÃO DE INCÊNDIOS

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

LEE

Postos de Vigia

- 14-04
- 17-01
- 19-03
- 19-05

Intervisibilidades

- Nulo
- 1 Posto de Vigia
- 2 Postos de Vigia
- 3 Postos de Vigia
- 4 Postos de Vigia

Projeção rectangular de Gauss
 Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
 Coordenadas Hayford - Gauss

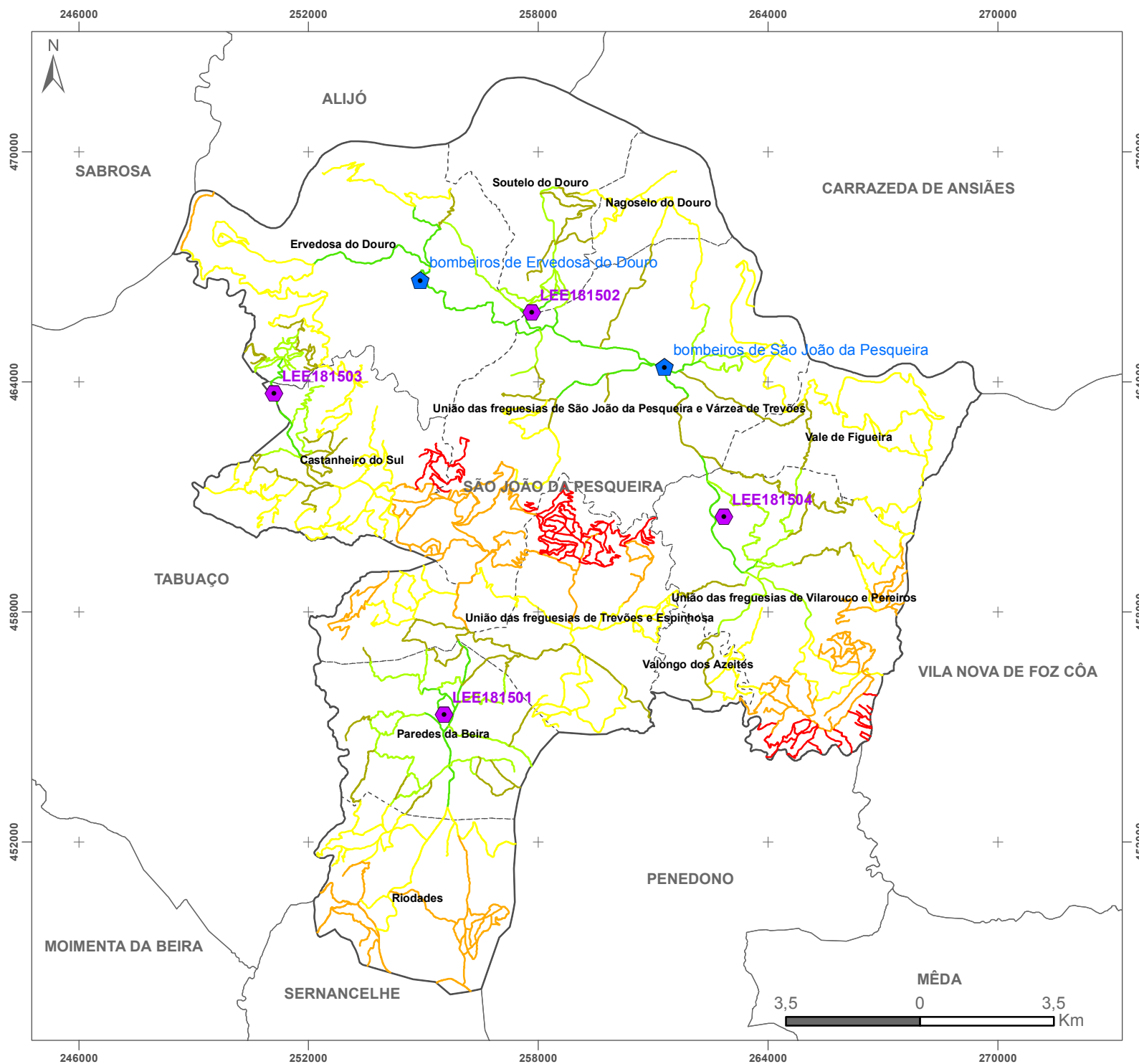
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); IGEO-E 2014;

ELABORADO POR:



MAPA Nº 15



MAPA DE 1.ª INTERVENÇÃO

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias

◆ LEE

◆ Aquartelamentos

Tempo de chegada 1.ª Intervenção

- 0 - 5 minutos
- 5 - 10 minutos
- 10 - 15 minutos
- 15 - 20 minutos
- 20 - 30 minutos
- 30 - 60 minutos

Projeção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

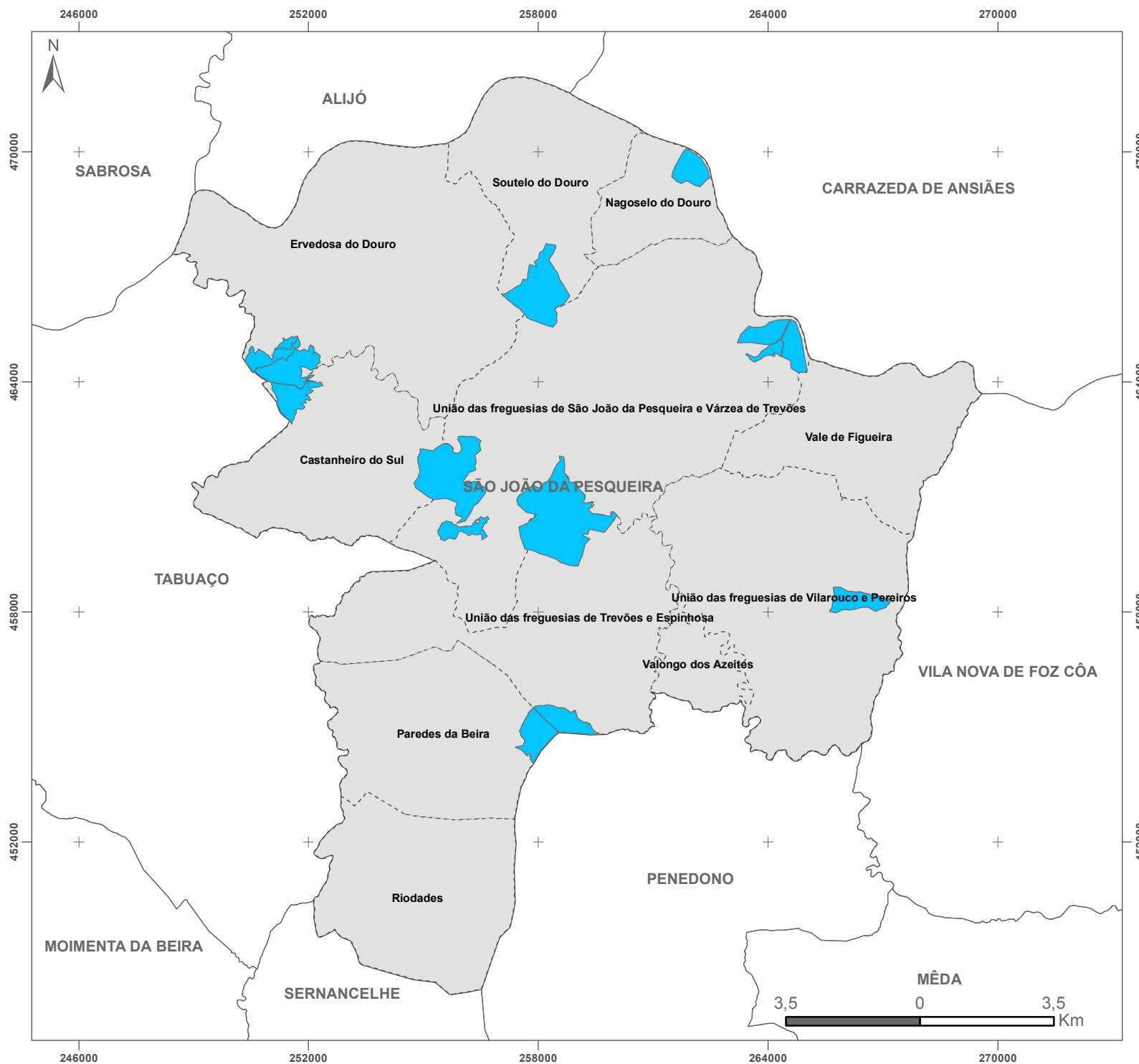
Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLORE GTF (2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 16



MAPA DAS ÁREAS COM POSSÍVEL NECESSIDADE DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelhos
- Concelho S. João da Pesqueira
- Freguesias
- Áreas de Estabilização de Emergência

Projecção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford - Gauss

Elaboração: 29 de Janeiro de 2015

Fonte(s): IGP (CAOP2014); RIBAFLOR E GTF (2014);

ELABORADO POR:



MAPA Nº 17